



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio aos Objetivos
Desenvolvimento Sustentável- trajetórias, perceções e desafios
nas ONGD portuguesas

Beatriz Isabel Jardim Camacho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos do Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Luís Francisco dos Santos Gomes de Carvalho, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio aos Objetivos
Desenvolvimento Sustentável - trajetórias, perceções e desafios
nas ONGD portuguesas

Beatriz Isabel Jardim Camacho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos do Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Luís Francisco dos Santos Gomes de Carvalho, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

Não deixar ninguém para trás”
(agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável)

Agradecimentos

Apesar de considerar que o processo de elaboração desta dissertação foi um caminho solitário, não teria sido possível sem uma série de apoios e incentivos de pessoas e instituições que fizeram com que este processo fosse bem mais fácil.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao professor doutor Luís Francisco dos Santos Gomes de Carvalho, meu orientador, pela paciência, dedicação e simpatia. Por me ter exigido sempre mais e por me ter dado todo o apoio que necessitava sempre em todas as fases. Um obrigada por todas as suas contribuições, correções e dicas valiosas para a realização deste trabalho.

A todas as organizações que participaram neste trabalho: Par-Respostas Sociais, Centro de Investigação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), Instituto Marques Vale Flôr (IMVF), Fundação Gonçalo da Silveira e Aid Global, o meu obrigada pela sua colaboração.

À minha família, à qual dedico este trabalho, por ser unida, por sermos tão felizes e por me fazerem sentir sempre tão acarinhada e acompanhada, o meu obrigada.

À minha mãe, agradeço pela paciência, dedicação e amor. Por não me pressionar e por me aceitar como sou. Por me apoiar sempre nas minhas escolhas e mudanças nas rotas traçadas e por compreender todas as vezes em que troquei os programas familiares para ficar a escrever. Por nunca ter deixado de acreditar em mim. A ela agradeço tudo o que sou e o que tenho. A ela agradeço este caminho. A ela agradeço ser feliz.

À avó Odete e ao meu pai as minhas eternas estrelinhas.

À minha prima/irmã Cristininha, por me acompanhar nos fins- de- semana de biblioteca, pelas boleias, por me ajudar na revisão desta dissertação e por me puxar sempre para cima. Pelos desabafos semanais, pelos telefonemas, pelo seu tempo e alegria em tantos momentos bem passados.

À Constança pela ajuda preciosa com as traduções.

Às minhas tias por todos os telefonemas de apoio. À madrinha pelos jantares e almoços e à tia Belinha por todo o apoio e pela estabilidade.

À tia Helena pelos comentários e sugestões.

Ao Bernardo que me acompanhou desde o início e que esteve sempre lá em todos os momentos, que me ensinou a descontrair e que não desistiu de mim, a minha motivação em muitos dos momentos.

Aos meus colegas de trabalho e amigos que foram um apoio indispensável ao longo destes anos, em especial à tia Náná que me puxou sempre para cima.

Agradeço a todos os meus amigos pela sua amizade e apoio. Em especial à Helena por todo o apoio, pelos apontamentos e pela sua amizade. Ao Maycon que me entusiasmou a ingressar neste mestrado e que durante um ano foi o meu companheiro de estudo, à Bárbara pelas conversas À Joaquina por me descomplicar, pela sua energia e pela sua amizade, pela sua maneira única de viver a vida. Ao Leo pela sua ajuda preciosa com as tecnologias e formatações.

Às imagens por serem o meu momento de descontração ao final do dia, por me fazerem testar e superar e por me permitirem fazer uma das coisas que mais me faz feliz: dançar.
A todos eles o meu sincero obrigada.

Resumo

O fim da era dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) iniciou uma nova fase para o desenvolvimento global com a agenda pós-2015 que tem no seu núcleo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que deverão ser cumpridos até 2030. Esta é uma agenda que pretende “não deixar ninguém para trás”, que se destina a todos os países, diferindo da agenda prévia por incluir grandes desafios para os países desenvolvidos. Estes países são agora chamados a fazer parte não apenas como doadores, mas como participantes ativos com metas muito específicas a cumprir.

Esta dissertação pretende aprofundar a temática da transição dos ODM para os ODS nas Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesas.

Neste trabalho consta uma descrição sobre a perceção das ONGD portuguesas em relação ao modo como experienciaram a década da agenda de desenvolvimento marcada pelos ODM, e o seu posicionamento em relação aos ODS.

A partir da análise documental e das entrevistas realizadas a atores-chave de ONGD incluídas nesta investigação, verificou-se que existe uma atitude de reflexão e crítica em relação aos objetivos de desenvolvimento, sobretudo os ODS. Adicionalmente foram identificados desafios que se colocam às ONGD e a outras organizações da sociedade civil a serem superados por forma a que Portugal possa cumprir com as metas estabelecidas até 2030.

Palavras-chave: Agendas de desenvolvimento, Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)

Abstract

The end of the Millennium Development Goals (MDGs) Era launched a new phase for global development with a new post-2015 agenda which had in its core the Sustainable Development Goals (SDGs) to be achieved by 2030, the Sustainable Development Goals (SDGs). This is an agenda that pretends “to leave no one behind” and, as such, is meant for every country, differing from the previous agenda by including significant challenges for developed countries. These countries are now called upon to participate not just as donors, but as active participants with specific goals to accomplish.

This dissertation intends to develop the topic of the transition from the MDGs to the SDGs in the Portuguese Non-Governmental Organizations for Development.

This work consists in a description about the perception that the Portuguese NGOs have regarding the way they have experienced the decade of the development agenda set by the MDGs, and their position regarding the SDGs.

From the documental analysis and the interviews of key-actors in NGOs that were included in this investigation, it was possible to establish the existence of a reflection and critical attitude towards the development goals, especially the SDGs. Additionally, this dissertation points to some challenges to be met by NGOs and other organisations of civil society so that Portugal may accomplish the establish goals until 2030.

Keywords: Development Agendas, Millennium Development Goals (MDG), Sustainable Development Goals (SDG), Non- governmental Organization for Development (NGO)

Índice

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
ÍNDICE DE FIGURAS	XIII
ÍNDICE DE QUADROS.....	XV
GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	XVII
I. INTRODUÇÃO.....	19
I.1. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS	19
I.2. FUNDAMENTAÇÃO	19
I.3. MOTIVAÇÃO PESSOAL.....	20
I.4. OBJETIVOS.....	20
I.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	21
II. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CONCEPTUAL	23
II.1. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO	23
II.1.1. INTRODUÇÃO E NOTA METODOLÓGICA	23
II.1.2. ANTECEDENTES.....	26
II.1.2.1. AS CONFERÊNCIAS DA ONU	26
II.1.2.2. O COMITÉ DE ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO (CAD).....	28
II.1.3. DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (ODI) À DECLARAÇÃO DO MILÉNIO.	32
II.1.4. DA DECLARAÇÃO DO MILÉNIO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM)...	35
II.1.5. LIMITAÇÕES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO	39
II.2. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	42
II.2.1. INTRODUÇÃO E NOTA METODOLÓGICA	42
II.2.2. PROCESSO DE DEFINIÇÃO DOS ODS.....	44
II.2.2.1. ANTECEDENTES:	44
II.2.2.2. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS ODS.....	45
II.2.3. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	49
II.2.4. LIMITAÇÕES DOS ODS.....	53
III. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO NACIONAL.....	57
III.1. A EMERGÊNCIA DAS ONG E ONGD EM PORTUGAL	57
III.2. O PERCURSO HISTÓRICO.....	59
III.3. ODS A NÍVEL NACIONAL	60
IV. ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO	65
IV.1. METODOLOGIA.....	65
IV.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA:	66

IV.3.	BREVE DESCRIÇÃO DAS ONGD	67
V.	RESULTADOS	68
V.1.	NOTA METODOLÓGICA	68
V.2.	AS ONGD E OS ODM	69
V.2.1.1.	CATEGORIA 1: PERCEÇÃO DA TRAJETÓRIA DOS ODM EM PORTUGAL	69
V.2.1.2.	CATEGORIA 2: POSICIONAMENTO DAS ONGD FACE AOS ODM	71
V.2.1.3.	CATEGORIA 3: PROJETOS ODM DAS ONGD	71
V.2.2.	CATEGORIA 4: OUTROS PROJETOS E INICIATIVAS REFERIDOS PELAS ONGD	73
V.2.2.1.	CATEGORIA 5: ASPETOS POSITIVOS	75
V.2.2.2.	CATEGORIA 6: LIMITAÇÕES DOS ODM	75
V.3.	AS ONGD E OS ODS	76
V.3.1.	CATEGORIA 7: PERCEÇÃO DA TRAJETÓRIA DOS ODS EM PORTUGAL	76
V.3.2.	CATEGORIA 8: POSICIONAMENTO DAS ONGD FACE AOS ODS	77
V.3.3.	CATEGORIA 9 : PROJETOS DAS ONGD SOBRE OS ODS	78
V.3.4.	CATEGORIA 10: ASPETOS POSITIVOS	78
V.3.5.	CATEGORIA 11: LIMITAÇÕES DOS ODS	79
V.3.6.	CATEGORIA 12: DESAFIOS PARA AS ONGD	80
VI.	CONCLUSÃO	85
VII.	BIBLIOGRAFIA	89
VIII.	ANEXOS	93
	Anexo A: Os 10 Compromissos da Conferência de Desenvolvimento Social, Copenhaga 1995	93
	Anexo B – ODM – Metas e indicadores	94
	Anexo C – ODS Metas	99
	Anexo D - Guião das entrevistas	109
	Anexo E – Tabela sistematização da informação recolhida.....	110

Índice de figuras

Figura 2.1- Imagem gráfica dos ODM	37
Figura 2.2- Os 5 "ps" para o Desenvolvimento Sustentável	48
Figura 2.3- Imagem Gráfica dos ODS (ícones).....	51

Índice de Quadros

Tabela 2. 4- Objetivos do Relatório do Painel de Alto-Nível nomeado pelas Nações Unidas, maio de 2013	46
Tabela 2.5- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	51
Tabela 3.1- Temas prioritários que devem de ser refletidos em objetivos específicos da agenda pós-2015 - Camões.....	62
Tabela 3.2 - recomendações da Plataforma Portuguesa das ONGD	63

Glossário de siglas e abreviaturas

ACIDI- Alto Comissariado para as Migrações e Diálogo Intercultural

BM- Banco Mundial

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento-

CIDAC- Centro de Investigação e Documentação Amílcar Cabral

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

ED - Educação para o Desenvolvimento

ECG – Educação para a Cidadania Global

ENED- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

FGS - Fundação Gonçalo da Silveira

FMI- Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMVF - Instituto Marquês Valle Flôr

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MDG - Millenium Development Goals

NOEI- Nova Ordem Económica Internacional

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODI - Objetivo de Desenvolvimento Internacional

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT- Organização Internacional do Trabalho

ONGA Organizações não Governamentais de Ambiente.

ONGD - Organizações não Governamentais para o desenvolvimento

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento

SDG - Sustainable Development Goals

UNICEF - United Nations Children's Fund

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VIH - Vírus da imunodeficiência humana

WACT - We are changing together

I. Introdução

I.1. Problemática e Objetivos

Este trabalho de investigação insere-se no Mestrado de Estudos de Desenvolvimento – Diversidades Locais, Desafios Mundiais do ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.

Esta dissertação tem como título “Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio aos Objetivos Desenvolvimento Sustentável- trajetórias, perceções e desafios nas ONGD portuguesas” e resulta de um interesse pessoal em aprofundar este tema, em particular compreender como se deu a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Portugal.

I.2. Fundamentação

Com a era dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) a chegar ao fim, entrou em vigor a partir do dia 1 de janeiro de 2016 a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o Mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas que irão vigorar durante 15 anos. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram pensados a partir do sucesso dos ODM e pretendem ir mais longe, colmatando as falhas dos seus antecessores e acabando com todas as formas de pobreza. Esta nova agenda tenta resolver as necessidades das pessoas, não só nos países em desenvolvimento, como nos países desenvolvidos, tendo como mote o lema “ninguém fica para trás”.

De acordo com os dados sobre desenvolvimento disponibilizados pelos Eurobarómetros de 2009 e 2011 durante o período de vigência dos ODM existiu um profundo desconhecimento sobre os ODM na Europa. da mesma forma, verifica-se escassez de projetos de investigação científica e/ou dissertações sobre este tema em Portugal.

Num momento de transição de agendas de desenvolvimento global, é importante fazer um balanço dos antigos ODM, perspetivar os ODS, e chamar a atenção para os desafios trazidos por esta nova agenda aos países desenvolvidos.

No que se refere à realidade portuguesa, as ONGD são os informadores privilegiados sobre os ODM, uma vez que foram praticamente as únicas organizações da sociedade civil a refletir e a agir sobre este assunto, motivo pelo qual foram escolhidos como objeto de estudo.

Os ODS requerem que seja criada uma nova dinâmica para que uma multiplicidade de actores reúnam esforços e tracem um caminho comum. Estamos neste momento perante um desafio que diz respeito a todos e este trabalho pretende ser o primeiro passo da minha contribuição para este caminho.

I.3. Motivação pessoal

A nível pessoal o meu interesse por este tema surgiu ainda com os ODM. Em 2010 fui representante da Região da Madeira num encontro nacional de jovens escuteiros (Cenáculo) onde se debateram os ODM. Foi a partir daqui que comecei a fazer voluntariado e mudei a minha área de estudos da Comunicação para Estudos do Desenvolvimento inscrevendo-me neste mestrado.

Em 2015, fui convidada a fazer parte da equipa nacional pedagógica do Corpo Nacional de Escutas para desenvolver um Guia Pedagógico com atividades para crianças e jovens dos 6 aos 18 anos, com o objetivo de sensibilizar para o cumprimento de cada um dos ODS. Durante este trabalho, que começou logo que se deu a oficialização dos ODS, em janeiro de 2016, deparei-me com inúmeras dificuldades como a falta de informação e a linguagem demasiado técnica e fiquei desperta para saber mais sobre o tema. Este foi o ponto de partida para uma reflexão mais abrangente sobre as agendas de desenvolvimento.

Em 2015 fui eleita para os órgãos sociais da ONGD Par- Respostas Sociais que tem uma significativa ação na área da educação para o desenvolvimento e que teve diversos projetos com jovens na área dos ODM.

Em 2016, no âmbito da pesquisa para conhecimento desta problemática, realizei uma entrevista exploratória à Plataforma Portuguesa das ONGD após a qual fiquei a perceber que era importante nesta fase auscultar junto das ONGD, em especial aquelas que tiveram um papel mais interventivo nos ODM, qual o seu balanço em relação à concretização dos ODM em Portugal e qual a sua perceção sobre os novos ODS.

Apesar das limitações, nomeadamente em termos de representatividade numérica e geográfica da amostra, este estudo é um dos pioneiros na aquisição de informação acerca da transição dos ODM para os ODS em Portugal, e pretende ser um incentivo à produção científica nesta área.

Este é sem dúvida um tema atual e por isso traz também as suas dificuldades como a falta de bibliografia para o capítulo do enquadramento teórico e a constante saída de documentação atualizada sobre os ODS, que torna difícil a constante actualização deste trabalho, mas, por outro lado, é essa mesma atualidade que o torna num tema relevante do ponto de vista social.

I.4. Objetivos

Os objetivos desta investigação são:

- Aquisição de conhecimentos sobre como se desenrolou a nível internacional o processo de formulação destas duas agendas (ODM e ODS)
- Compreender a perceção das ONGD portuguesas em relação ao modo como experienciaram o período da agenda de desenvolvimento marcada pelos ODM e qual foi o seu modo de atuação visando o seu cumprimento.
- Averiguar o posicionamento destas organizações em relação aos ODM e ODS e que desafios precisam de ser ultrapassados para que as metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável possam ser alcançadas em Portugal até 2030.

I.5. Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos distintos.

No primeiro capítulo é feita uma introdução onde é apresentado o tema, explicado porque o consideramos importante a nível académico e pessoal e são enumerados os objetivos da investigação. O capítulo II apresenta um enquadramento histórico e conceptual dentro do qual foram pensados e desenvolvidos os ODM e ODS. Considero que este é um exercício essencial para a compreensão da temática do trabalho, pois, como veremos, os objetivos tal como os conhecemos são fruto de um contexto específico do qual surgiram e à luz do qual devem de ser analisados. Neste capítulo é ainda apresentado as duas agendas de desenvolvimento representadas pelos ODM e ODS e uma reflexão com base na revisão da literatura sobre as limitações e aspetos positivos de cada uma das listas de objetivos de desenvolvimento.

No capítulo III descreve-se a estratégia de investigação expondo a metodologia utilizada, é feita uma caracterização da amostra e um enquadramento conceptual sobre as ONGD.

No capítulo IV são apresentados os resultados que correspondem às perceções que as ONGD participantes têm quer sobre os ODM, quer sobre os desafios que os ODS trazem para estas organizações e outras da sociedade civil.

Por fim, a conclusão (capítulo V) onde são esquematizadas as principais conclusões e apresentam-se propostas para investigações futuras.

III. Enquadramento Histórico e Conceptual

III.1. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

III.1.1. Introdução e nota metodológica

Os ODM oficializados no ano 2000 foram, sem dúvida, um marco na história do desenvolvimento global. Esta lista de objetivos para o desenvolvimento foi pioneira em várias questões, tendo sido nela depositadas todas as esperanças para o novo século. Por todo o ambiente positivo e de grande esperança depositado em torno dos ODM e pela comunicação utilizada cheia de boas intenções e conforto moral, foi designada por Hulme (2009) como “A grande promessa do Mundo”.

No entanto, nos círculos académicos e profissionais, os ODM foram alvo de um grande debate que evidenciou algumas das suas contradições e limitações. Parte deste debate foi objeto de estudo neste trabalho, pois é da discussão destas limitações que nasce a construção dos objetivos sucessores (ODS).

Ao analisarmos os ODM e os ODS é imprescindível perceber o contexto histórico no qual surgiram e o processo que levou à sua definição. É essencialmente nestes dois aspetos que esta introdução irá centrar-se.

Esta secção da dissertação não pretende ser uma revisão exaustiva sobre acontecimentos históricos. Serão apenas realçados marcos históricos e sociais que contextualizam e que explicam o processo de elaboração dos ODM, ainda que esta apresentação mais generalista não reflita toda a sua complexidade.

O conceito de desenvolvimento esteve, durante muito tempo, diretamente associado ao crescimento económico, utilizando-se o rendimento *per capita* como indicador para classificar os países em termos de desenvolvimento. A associação destes conceitos (desenvolvimento e crescimento económico) começa a ser questionada a partir dos anos 50 (Roque Amaro, 2003) mas é nos anos 70, fruto de vários acontecimentos que decorreram nessa época, que se dá uma viragem mais marcada nas abordagens e práticas do desenvolvimento. Entre meados da década de 40 e princípios da década de 70, os chamados “anos dourados” ou “os 30 gloriosos”, existiu um período de grande crescimento económico dos países mais desenvolvidos com aumento da produção, aumentos dos níveis da produtividade média, melhoria das condições de saúde, melhoria generalizada do bem-estar, entre outros. No entanto, para alguns países, esse mesmo período significou tempos de privação e de retrocessos: “Os trinta gloriosos também provocaram muitas dores em todos os países (...) sendo para a maior parte do planeta mais dolorosos que gloriosos” (Roque Amaro, 2003: 4).

Como já referido, neste período predominava uma visão economicista do desenvolvimento ligado ao crescimento económico em que a redução da pobreza estava diretamente associada a este indicador. No entanto, nesta altura começam a surgir as primeiras críticas ao modelo vigente, muito graças aos

técnicos da Organização das Nações Unidas (ONU) que, ao se deslocarem para os países em desenvolvimento, deram conta da inadequação do conceito teórico às práticas necessárias.

Os anos que se seguiram foram fundamentais para repensar os conceitos de desenvolvimento, graças a um conjunto de acontecimentos que ocorreram nos anos 60 e 70.

A começar pelo fracasso das décadas de desenvolvimento da ONU. A primeira década, considerada um fracasso porque os países não conseguiram cumprir os compromissos de ajuda à cooperação com 1% do PIB (Produto Interno Bruto), e a segunda, com novas falhas nos compromissos acordados.

Outros acontecimentos importantes na década de 60 foram a Revolução Cultural Chinesa (1967) e as revoluções estudantis de maio de 68 e 69 que vêm questionar a sociedade de consumo e a legitimidade das hierarquias. No início da década de 70 é de destacar a nível político a guerra contra o imperialismo (simbolizado na guerra do Vietname) e os consequentes protestos contra a mesma.

Em 1972 acontece em Estocolmo a conferência da ONU sobre ambiente. Nesta conferência, chama-se, pela primeira vez, a atenção do mundo para os perigos da poluição, exploração dos recursos naturais e desertificação.

Em muitos aspetos a primeira metade da década de 70 marcou o fim da hegemonia do Ocidente em relação ao sul “The 1970 will go down in history as the decade when the South’s power seemed to be growing. It was time for hope and enthusiasm about the role that had finally been recognized for it within the international order” (Rist, 2008: 140).

Em 1974 destaca-se a tentativa de estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI). Segundo Rist (2008) a NOEI foi uma tentativa de cooperação entre Estados no sentido de corrigir as desigualdades existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O autor refere ainda que os interesses mútuos e o discurso da comunidade internacional não tornaram possível a redução das desigualdades, pelo que começaram a ser desenhadas novas propostas visando a eliminação da pobreza.

No final dos anos 70, já era visível e aceite que os projetos de desenvolvimento não tinham cumprido com as esperanças que neles foram depositadas, e que a maior parte da população do sul vivia ainda em pobreza extrema, sendo que o norte se recusava a alterar as estruturas internacionais (Rist, 2008).

Na década seguinte, os programas de ajustamento estrutural vieram impor uma política do Norte sobre o sul. A influência da ONU começa a diminuir enquanto o FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial) começam a impor uma receita de liberalização, privatização e redução da influência do governo (Hulme, 2009). Acontece também a crise nos países socialistas que culmina com a queda do Muro de Berlim e em 1989 e desmantelamento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

MC Arthur (2014) refere ainda outros acontecimentos importantes dos anos 90 que ajudam a compreender as dinâmicas globais desta altura, como a crise económica asiática (1997) (que lançou ondas de choque por todo o globo, piorando ainda mais a credibilidade do BM e do FMI), os orçamentos da guerra fria (que entraram em declínio), a situação da África Subsariana (que acabava de sofrer

décadas de perdas a nível de crescimento económico) e o flagelo do VIH (vírus da imunodeficiência humana) que havia infetado mais de 35 milhões de pessoas.

Nesta altura, tornou-se claro que a conceção de desenvolvimento e as políticas de crescimento económico adotadas tinham atingido resultados limitados, em especial em regiões como a África Subsariana e América Latina onde a pobreza agravou.

Os programas de ajustamento estrutural e todas as suas condicionantes, não só não estavam a cumprir as suas promessas, como também causaram sofrimento humano. Por isso este período denominado por Vaggi (2015) como “pós-consenso de Washington” é caracterizado por fortes críticas aos programas de ajustamento estrutural.

Todo este contexto levou a que os conceitos de desenvolvimento até agora existentes começassem a ser criticados, trazendo uma discussão e movimentação a nível académico e profissional com vista à redefinição dos mesmos. É neste ambiente que se dá a passagem do conceito de desenvolvimento assente exclusivamente no crescimento económico, para uma conceção de desenvolvimento mais abrangente. Os ODM nascem embebidos desta nova conceção, que surge nos anos 90, e que se denomina por desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano surge como resultado de vários debates que ocorreram na década de 70 (Clark, 2006) apesar da maioria das ideias centrais só terem sido escritas em 1981, num livro chamado *First Things First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries* que interliga a abordagem das “necessidades básicas” ao desenvolvimento. Uma das principais preocupações desta teoria, que contrasta com o modelo anterior, é o de criticar a utilização do PIB *per capita* como indicador por não representar as camadas mais pobres da sociedade.

Na década de 1980 abandonou-se a escola das “necessidades básicas” e redefiniu-se o conceito olhando para o desenvolvimento como uma expansão das capacidades humanas, ou seja, passou-se a considerar o ser humano como um fim em si mesmo e não como um meio. Esta abordagem surge de uma preocupação generalizada por vários pensadores de desenvolvimento que temiam que a obsessão pelo crescimento económico colocasse em esquecimento o ser humano.

A partir dos anos 90 a teoria do desenvolvimento humano tornou-se numa ideia central para o desenvolvimento internacional. Foi pela primeira vez usada no “Relatório de Desenvolvimento Humano” (1990) do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) apresentando uma noção de desenvolvimento associada à expansão das capacidades humanas e ao aumento das escolhas.

A ideia central nele [contida] é a do aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões (saúde, educação, bem-estar material, cultura, etc (Roque Amaro, 2003: 15).

Como alternativa ao PIB foi desenvolvido o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que inclui as dimensões rendimento, saúde e o conhecimento; embora não reflita todas as dimensões do desenvolvimento humano procura superar as limitações do PIB.

Todo este contexto histórico e intelectual levou à criação de um ambiente propício à reativação das conferências da ONU nas quais seriam discutidos temas que iriam influenciar de uma maneira determinante o processo de definição dos ODM.

III.1.2. Antecedentes

De forma a perceber como se desenrolou o processo de definição dos ODM é importante identificar quais foram os seus antecedentes, ou seja, o conjunto de acontecimentos/documentos que o precederam e que tiveram influência “preparando” o caminho para a lista final. Neste documento são considerados como antecedentes dos ODM as conferências da ONU na década de 90 (e os documentos e objetivos nelas estipulados) e todo o trabalho desenvolvido pelo CAD (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento) que culminou com os Objetivos de Desenvolvimento Internacional (ODI).

Esta divisão é uma mera simplificação para que seja mais fácil a exposição.

III.1.2.1. As conferências da ONU

O ambiente de descontentamento generalizado em relação ao desenvolvimento levou a uma mudança do ambiente intelectual em relação ao mesmo. A partir de 1990 (que podemos considerar um ano de viragem) foi criada uma espécie de contramovimento em resposta às estratégias utilizadas pelo BM e FMI, organizado por várias instituições da ONU, que veio colocar na agenda o conceito de desenvolvimento humano, como indicado no ponto anterior.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (publicado pelo PNUD) e a reativação das Conferências da ONU foram dois marcos fundamentais que tiveram grande influência na elaboração dos ODM.

Ao longo da década de 90 (no período pós-guerra-fria) a ONU organizou um conjunto de conferências sobre temas globais como educação, Direitos Humanos, ambiente, etc. Nestas conferências produziu (para cada uma delas) uma série de documentos que definiram prioridades e objetivos para a agenda internacional, sendo que alguns deles serviram de base e outros integraram os ODM.

Desta série de conferências destacam-se aquelas que de alguma forma trouxeram contribuições importantes e influenciaram o processo de construção dos ODM. São elas: a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990) a Cimeira Mundial pelas Crianças (Nova York, 1990) a Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992) a Conferência internacional da Alimentação e Nutrição (Roma, 1992) a Conferência dos Direitos Humanos (Viena, 1993) Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhaga, 1995).

Neste ponto iremos analisar em que medida cada uma destas conferências contribuiu direta ou indiretamente para o processo de desenvolvimento da lista de ODM.

Na primeira conferência “Educação para Todos” (Jomtien, 1990) foram definidos um conjunto de compromissos com vista à satisfação de necessidades básicas de aprendizagem, e foram pela primeira vez integradas metas quantitativas. Manning (2009) realça a importância deste aspeto, referindo que

graças à quantificação de metas foi possível começar a fazer-se uma comparação de dados e de progresso.

Por sua vez, vários autores consideram que é na Cimeira Mundial das Crianças (Nova York, 1990) que se encontra as raízes dos ODM “The Development of MDG’s has its roots in the world of Children 1990” (Manning 2009: 9 *apud* Bradford, 2002). Esta conferência foi extremamente importante: em primeiro lugar, pelos compromissos que traçou no que se refere à melhoria de vida das crianças com a definição de sete objetivos (incluindo objetivos específicos para a infância, mortalidade materna e infantil, acesso universal à educação primária, avanços na literacia para adultos, redução da má nutrição, e acesso universal à água e serviços sanitários); em segundo lugar, porque dos sete objetivos, seis eram considerados quantificáveis; em terceiro lugar, porque estabeleceu um modelo de conferência que foi seguido pelas conferências que se seguiram; e por fim, porque tornou evidente que Cimeiras com sucesso poderiam gerar acordos políticos e recursos financeiros adicionais. Manning (2009) considera ainda que foi uma das conferências mais detalhadas e com metas mais ambiciosas, estando em consonância com importância que a UNICEF (United Nations Children’s Fund) já atribuía às metas quantificáveis.

A próxima grande conferência decorreu em 1992 no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas, sobre Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por Cimeira da Terra. Também de grande importância porque conseguiu mobilizar a atenção pública para o tema, embora tenha falhado no grande objetivo de alcançar um consenso global em questões como alterações climáticas e desflorestação (Hulme, 2009). Ainda nesta Cimeira importa referir que o movimento feminino começou a construir as suas competências de *lobbying* e reforçou o seu impacto enquanto movimento nas declarações da ONU.

Em 1992 na Conferência Internacional da Alimentação e Nutrição em Roma ficou estabelecido como meta a redução para metade do número de pessoas com fome no mundo, objetivo que mais tarde veio a ser um dos ODM.

A conferência dos Direitos Humanos realizada em Viena em 1993 veio reforçar o compromisso dos membros da ONU em relação aos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. Segundo Hulme (2009) esta conferência teve alguma influência nos ODM, pois reafirmou os Direitos Humanos como os princípios que os sustentam, pela própria natureza do discurso dos Direitos Humanos que é ampla e compreensiva. Embora os Direitos Humanos tenham sido contemplados na declaração da qual fazem parte os ODM, muitos autores criticam o facto de não serem contemplados nos objetivos.

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo (1994) foram debatidos os temas da saúde reprodutiva e empoderamento da mulher e formas de melhorar a saúde. Nesta conferência os católicos, os cristãos conservadores e os muçulmanos alegaram que indiretamente os feministas e os liberais estavam a defender o direito ao aborto.

O ano de 1995 representou o pico das conferências. A mais importante deste ano, para o tema da dissertação, foi a Cimeira Mundial em Desenvolvimento Social que aconteceu em Copenhaga. Esta Cimeira tentou ser uma síntese de todas as suas antecessoras e centrou-se essencialmente em três

temas fundamentais: pobreza (que dominou as discussões), desemprego e integração social. Além de ser uma das conferências mais ambiciosas em termos do uso de metas quantitativas, a declaração resultante desta Cimeira reafirmou e resumiu as declarações anteriores em 10 pontos que formaram as bases dos ODM.¹Esta conferência deu também um grande passo no compromisso político para a redução da pobreza (Hulme, 2009).

Apesar dos avanços que esta conferência promoveu, Hulme (2009) explica que as ONG afirmaram que a declaração resultante da conferência não era suficientemente radical. Como resposta a esta crítica o PNUD reestruturou os seus programas por forma a que a redução da pobreza fosse o seu objetivo principal e a ONU declarou o ano de 1996 como o ano internacional para a erradicação da pobreza.

Como resultado destas conferências temos não só uma mudança de paradigma no conceito de desenvolvimento, como também um número significativo de objetivos e metas (expressos nas declarações geradas pelas conferências) subscritos pelos governos que vão proporcionar um terreno fértil ao surgimento dos ODM.

De uma forma geral estas conferências foram também importantes porque reforçaram a tradição da ONU em definir objetivos internacionais, mostrando sucesso neste tipo de estratégia e reforçaram a crença de que estratégias orientadas para objetivos podem ser alcançadas quando países, agências da ONU e comunidades de doadores são mobilizados para a sua conquista.

Por fim, vieram mostrar uma alternativa para o progresso social que não fosse por meios de ajustamentos estrutural, que muitos países experimentaram nos anos anteriores, e que nem sempre obtiveram os resultados desejados.

O sucesso destas conferências criou em muitos países e doadores uma atitude mais positiva em relação à utilização de objetivos. Não obstante, apesar deste progresso, havia um ambiente de fadiga e saturação em relação a tantas recomendações, surgindo uma necessidade de mudar o panorama das conferências, até porque muitas vezes estas geravam uma declaração com compromissos, que eram rapidamente esquecidos.

III.1.2.2. O Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD)

Estas conferências que se realizaram um pouco por todo o Mundo, foram dando lugar, nos anos seguintes, a encontros mais pequenos e informais realizados por representantes do “mundo industrializado” (Hulme, 2009).

Nestes encontros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) juntaram-se os representantes dos países doadores mais importantes e membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Este Comité surge num contexto de diminuição dos orçamentos destinados à ajuda externa (década de 90) e em que, por um lado os líderes mundiais fizeram grandes promessas nas conferências e respetivas declarações, mas por outro havia uma incapacidade

¹ Consultar anexo A

financeira das agências de todo o mundo para implementar ações que fizessem cumprir as promessas. Face a este contexto o Comité traçou como objetivo o de fazer pressão para que houvesse um aumento da ajuda ao desenvolvimento e de tentar torná-la mais efetiva (Manning,2009).

O CAD representou um corte com o ambiente que até então tinha dominado a agenda (as conferências da ONU). Em primeiro lugar, por ter um número reduzido de participantes, em segundo porque não envolvia os *lobbyings* das ONG e por fim porque estava integrado no enquadramento de referência da OCDE.

O CAD passa então a ter liderança e são as preocupações políticas da OCDE que vão determinar o que poderá ou não entrar na lista que mais tarde deu origem aos Objetivos de Desenvolvimento Internacional (ODI).

No ano de 1995 num encontro de alto-nível deste comité discutiu-se sobre a falta de apoio público para o desenvolvimento a longo prazo e foi aprovado o documento intitulado *Development Partnership in the New Global Context*. De forma resumida, este documento refere quatro pontos importantes: a ajuda à cooperação é um investimento e não uma despesa; são possíveis identificar estratégias de sucesso nessa área; os países têm falta de recursos para promover o crescimento de emprego e coesão social; e os países devem aumentar a ajuda ao desenvolvimento e tornar a abordagem ao desenvolvimento mais eficaz e eficiente. Este encontro terminou com a ideia de formar um grupo de Reflexão com o objetivo de debater sobre o futuro da ajuda ao desenvolvimento e rever o papel do CAD.

O “Grupo de Reflexão” começou por procurar uma nova visão para a assistência ao desenvolvimento que fosse coerente com o mundo em constante mudança (Manning, 2009).

Em 1996, em Tokyo, o governo Japonês organizou uma reunião onde os países em desenvolvimento da região foram convidados a participar. Neste encontro foi proposto ao CAD utilizar as metas que foram definidas nas conferências da ONU e juntá-las num só documento.

Hulme (2009) explica que inicialmente o grupo não sabia muito bem como cumprir esta tarefa, no entanto havia dois pressupostos dos quais sabia ter de partir. Por um lado, tinha de ser apelativo aos políticos e por outro ter apoio do público-alvo da OCDE. Esta tarefa gerou discordância e dividiu o CAD em dois grupos com opiniões distintas; de um lado, um conjunto de países que defendiam que o melhor era focar a redução da pobreza num único objetivo (como o Reino Unido e Japão) enquanto outros defendiam que o mais eficaz era ter uma lista de vários objetivos, pois dessa forma estava garantida a legitimidade democrática, tendo em conta que o conjunto de objetivos resultaria das Conferências da ONU.

No fim das discussões, surgiu o principal documento deste grupo *Shaping XXI century; The Contribution of Development Cooperation* que foi aprovado no Encontro de Alto Nível do CAD. Este documento é constituído por duas partes; uma primeira onde integra a sua visão de progresso e novas estratégias para desafios futuros e, uma segunda, onde é apresentada importância do *ownership* local e do aumento do volume da ajuda e da coerência das políticas. O documento final tem 20 páginas, mas é facilmente resumido pelos os Objetivos de Desenvolvimento Internacional (ODI) que estão agrupados em três grupos: económico, social e ambiental.

Objetivos de Desenvolvimento Internacional

Bem-estar económico:

- Reduzir até metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza extrema até 2015.

Desenvolvimento Social:

- Educação primária universal em todos os países até 2015.
- Demonstrar progresso na igualdade de género e no empoderamento das mulheres através da eliminação da disparidade de género na educação primária e secundária até 2005.
- A redução de dois terços nas taxas de mortalidade para bebés e crianças até aos 5 anos e a redução de três terços na mortalidade materna, até 2015.
- Acesso através dos cuidados primários aos serviços de saúde reprodutiva para todos os indivíduos nas idades apropriadas assim que possível e não mais tarde que 2015.

Sustentabilidade Ambiental e regeneração

- A implementação de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável em todos os países até 2005, reverter efetivamente as tendências na perda de recursos naturais a nível global e nacional até 2015.

Tabela 2.1- Os objetivos de Desenvolvimento Internacional (ODI)

Tendo por base as considerações gerais que Manning (2009) fez ao documento, o autor destaca vários pontos importantes como: a inexistência de objetivos nas áreas dos Direitos Humanos e boa governança (justificado pelo comité pela inexistência de indicadores para essas áreas) a origem de cada um dos objetivos ter sido expressa no documento (ou seja, a Conferência da ONU que lhe deu origem); o documento ter apelado à necessidade de uma implementação adaptada a cada país; e ter sido um documento que rejeitou qualquer meta de crescimento (expressando a ideia defendida pelos membros do CAD de que não existe ligação clara entre crescimento e redução da pobreza). O autor faz ainda uma nota, afirmando que o grupo referiu que objetivos são parciais e são baseados no julgamento do grupo em relação aos objetivos que acham importantes e que a seleção destes objetivos pelo comité, não quer dizer que o mesmo não esteja comprometido com outros objetivos definidos nas conferências da ONU.

O autor refere ainda a existência de uma ambiguidade ao olharmos para o propósito dos objetivos:

(...) These targets are aspirations for the entire development process, not just for co-operation efforts', but, in the very next sentence, that 'They represent only a proposal of what we as donors consider to be helpful measures of progress to inspire effective development co-operation' [my emphasis]. There was thus some ambiguity over whether the main purpose, as conceived by DAC members, was to incentivize development or to make aid more effective (and, by implication, sustain public support for it) ²(Manning, 2009: 85).

Olhando agora mais concretamente para os objetivos, Hulme (2009) aponta que só tiveram atenção dos media durante um período curto de tempo, não conseguindo atingir a importância desejada enquanto objetivos para o desenvolvimento. Outras críticas apontadas centram-se na pouca

importância dada aos países em desenvolvimento e ao facto dos países que não faziam parte do CAD (sejam doadores ou recetores de ajuda) não estarem de nenhuma maneira vinculados às suas metas (Manning, 2009).

Em termos de aceitação dos ODI esta foi bastante variável. Hulme (2009) afirma que “(...) for the UN the report and the IDGs had significance (...). The IDG registered at the World Bank but appear to have had little impact at the IMF (...) The responses of NGO’s varied depending on their goals and ideological orientation” (Hulme, 2009: 17-18).

Já Manning refere que “The paper³ reported that consultations had showed that ‘the NGO community was, in general, supportive of the use of international development goals drawn from various UN conferences and agreed by members of the Development Assistance (...)” (Manning, 2009: 89).

Estes objetivos, tiveram alguma influência nos ODM, pois vários aspetos dos mesmos aparecem no conjunto de objetivos final: Manning (2009) refere por exemplo o facto de também serem objetivos simples seguindo o lema *less is more* e terem uma operacionalização a nível do país com um entendimento de cada contexto e uma adaptação reconhecendo o valor dos indicadores intermédios. Manning chega mesmo a afirmar que “(...) the DACs International Development Goals were clearly a principal influence on the similar but not identical Millenium Development Goals” (Manning, 2009: 86).

Os ODI alcançaram o seu pico de popularidade em 1997 com a chegada do New Labour ao poder no Reino Unido. Este partido liderado por Tony Blair trouxe uma política forte para a pasta do desenvolvimento internacional pela mão de Clara Short (secretária de estado para o desenvolvimento internacional) que focou a sua política na redução da pobreza, utilizando para isso os ODI.

O gabinete da secretária preparou uma série de documentação que explicava como é que o “Programa de Ajuda Internacional” do Reino Unido poderia contribuir para o cumprimento dos ODI, tentando também “vendê-los” aos colegas de gabinete de forma a tentar influenciar outras áreas de desenvolvimento internacional.

Em paralelo com estes processos mais políticos criaram-se grupos de trabalho no sentido de desenvolver uma estratégia integrada para monitorizar o progresso através dos objetivos com a colaboração do secretariado da OCDE, Nações Unidas e Banco Mundial que em 1998 produziram uma síntese das propostas. Uma das principais conclusões deste grupo, referida por Manning (2009) centra-se na ideia de que alguns objetivos podem ser monitorizados por um simples indicador enquanto outros precisam de indicadores adicionais; por outro lado um mesmo indicador pode dizer respeito a mais do que um objetivo. Este processo culminou numa lista constituída por 21 indicadores e 7 objetivos que foram aprovados no encontro de alto nível do CAD em abril de 1998. Passou-se então de seis para sete objetivos com a separação do objetivo da mortalidade infantil com o de mortalidade materna. Os ODI permaneceram desde 1996 até 2000, ano em que foram aprovados oficialmente os ODM.

³Documento chave preparado pelo staff do FMI e BM para a reunião da Comissão de Desenvolvimento em 1999

III.1.3. Dos Objetivos de Desenvolvimento Internacional (ODI) à Declaração do Milénio

Ao mesmo tempo que este trabalho mais técnico dos ODI estava a ser desenvolvido, a ONU começa a fazer planos para a Assembleia do Milénio das Nações Unidas que iria realizar-se em 2000, em Nova York. É aqui que se inicia mais concretamente o processo de definição dos ODM.

Havia uma grande esperança nesta Cimeira e o secretário-geral da ONU, na altura Kofi Annan, tinha consciência que nela residia uma oportunidade sem precedentes para abrir espaço e discussão política para assuntos globalmente importantes (Hulme, 2009).

Nesta altura, o secretário-geral inicia um trabalho de preparação reunindo-se com o Estados membros e ONG de forma a selecionar os tópicos que seriam alvo de discussão na Assembleia do Milénio. Nesta preparação, as agências nacionais, ONG e ativistas começaram a tentar incluir as suas propostas no conteúdo da Assembleia do Milénio. Ter o seu tema incluído no documento preparatório desta assembleia era muito importante, pois significava espaço para o mesmo no debate internacional sobre desenvolvimento nos próximos anos.

No ano de 2000 é publicado o resultado deste trabalho de preparação num relatório *We the peoples, the United Nations in the 21st century* onde é apresentado o objetivo da Cimeira do Milénio: “A Cimeira do Milénio constitui uma oportunidade para refletir. A Assembleia Geral convocou esta reunião de chefes e do governo, para que se debrucem sobre o papel das Nações Unidas irão desempenhar no séc. XXI” (Annan: 5).

Este documento com cerca de 80 páginas apresenta como tema principal a erradicação da pobreza e nele são apresentados objetivos que todos deveriam empenhar-se em fazer cumprir.

Para consideração pelos participantes na Cimeira:

- Reduzir para metade, num prazo de 15 anos, a percentagem da população mundial (atualmente, 22%) cujo rendimento é inferior a um dólar por dia.
- Reduzir para metade, no mesmo prazo, a percentagem de indivíduos (atualmente, 20%) que não têm possibilidade ou meios para ter acesso a água potável.
- Fazer que, no mesmo prazo, todas as crianças, rapazes e raparigas, possam terminar o ciclo do ensino primário e que as raparigas tenham acesso, em pé de igualdade com os rapazes, a todos os ciclos do ensino.
- Fazer que, no mesmo prazo, tenhamos contido a propagação do VIH/SIDA e começado a fazer recuar a doença.
- Melhorar consideravelmente até ao ano 2020 as condições de vida dos cerca de 100 milhões de habitantes dos bairros de lata em todo o mundo.
- Definir estratégias que permitam que os jovens de todo o mundo encontrem um emprego decente.
- Fazer que todos possam beneficiar das vantagens das novas tecnologias, em especial das da informação.
- Fazer que cada governo se empenhe, a partir de agora, na criação e aplicação, em concerto com a sociedade civil, de políticas e programas que visem expressamente lutar contra a pobreza.
 - o A nível internacional, os países mais ricos têm um dever de solidariedade para com os mais pobres. Assim, que se empenhem em:
- Abrir os seus mercados aos bens produzidos nos países mais pobres e, como primeiro passo, disporem-se a adotar, na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, que irá reunir-se em março de 2001, uma política de acesso isento de direitos e de quotas para a quase totalidade das exportações dos países menos desenvolvidos.
- Eliminar os grilhões da dívida que mantêm atualmente muitos dos países pobres prisioneiros da sua pobreza – e, como primeiros passos, aplicarem, sem mais demoras, os programas de redução da dívida dos países pobres muito endividados que foi acordada no ano passado e disporem-se a anular a dívida de todos os países pobres muito endividados que se mostrem determinados a lutar contra a pobreza.
- Colaborar com a indústria farmacêutica e outros parceiros para a criação de uma vacina eficaz e de custo razoável contra o VIH e em generalizar o acesso aos medicamentos contra o VIH nos países em desenvolvimento.
 - o Aos níveis nacional e internacional, os investimentos privados têm um papel indispensável a desempenhar. Assim, empenhemo-nos em:
- Criar parecerias fortes com o sector privado para combater a pobreza em todos os seus aspetos.
 - o A pobreza extrema na África a sul do Sara afeta uma proporção muito maior da população do que em qualquer outra região. A situação é agravada por uma maior incidência de conflitos, pelo VIH/SIDA e por muitos outros flagelos. Assim, empenhemo-nos em:
- Conceder, no âmbito das nossas iniciativas, uma atenção especial às necessidades de África e em ajudar, sem reservas, os africanos na sua luta para vencerem os problemas que assolam o seu continente.

Tabela 2.2- Objetivos do documento “Nós, os povos as Nações Unidas no séc. XXI”

Para além deste conjunto de objetivos são ainda apresentados objetivos dentro das áreas da guerra, ambiente, e reforço do papel das Nações Unidas.

Existem algumas diferenças em relação ao documento do DAC *Shaping the 21st Century* apresentado no ponto anterior. Este documento apresenta um maior número de páginas (cerca de oitenta) e cobre um maior número de temas, apresentando secções maiores sobre governança, conflito e renovação da ONU (Hulme, 2009).

Em relação aos objetivos concretos, são também um pouco diferentes, sendo que alguns dos ODI nem fazem parte deste novo conjunto de objetivos. Segundo Hulme (2009) aqueles que desapareceram foram em geral os objetivos da área da saúde e em particular os relacionados com a igualdade de género e saúde reprodutiva e aqueles que vingaram foram os objetivos que se encontravam dentro das áreas do crescimento económico e tecnologia.

O mesmo autor refere ainda que o documento atraiu uma grande variedade de respostas. Por um lado, algumas pessoas consideraram que o assunto prioritário tinha sido coberto adequadamente, outros, como por exemplo os movimentos feministas, começaram a movimentar-se no sentido de tentar incluir os objetivos das suas áreas de intervenção que haviam sido excluídos, em especial o da saúde reprodutiva.

Em março de 2001 realizou-se um seminário do Banco Mundial (BM) sobre os ODI, no qual participaram as principais agências, e começou a perceber-se que havia uma incoerência entre os ODI e os objetivos do documento que preparava a assembleia geral.

Desta forma, podemos observar que neste ponto coexistiam dois conjuntos de listas de objetivos em paralelo: os ODI constituídos por objetivos de desenvolvimento social elaborados pelo CAD e, por outro a ONU com um exercício semelhante.

No Verão de 2000 são levadas a cabo as últimas negociações sobre o texto final da Declaração do Milénio no qual existem várias posições diversas. Do lado da OCDE e dos seus membros uma vontade de ver os ODI vingarem como os objetivos; do outro lado outros Estados membros da ONU, ONG movimentos sociais e negócios privados que variam a sua preferência de acordo com os seus interesses e valores (Hulme, 2009).

De forma a conseguirem chegar a uma conclusão decidiram fazer uma divisão em dois parágrafos: o parágrafo 19: “resolvemos ainda” e o parágrafo 20: “também resolvemos” assim os interessados podiam jogar ou tudo ou nada ou aceitar o compromisso do parágrafo 20 o que queria dizer que o seu objetivo integrava a lista final, mas não era prioridade.

To deal with these last-minute compromises the UN civil servants involved appear to have developed a particular subtle but useful device. They divided the resolutions into two paragraphs. Paragraph 19- “we resolver further”- includes the items that are to go forward to the plan of action (The Secretary- General’s “road map”) that follow the Millennium Assembly (...) Paragraph 20 “we also resolve” – lists agreements that will not go forward as concrete items for implementation (...) (Hulme,2009:34).

Em setembro de 2000 a Declaração do Milénio foi adotada por 189 países Estados membros da assembleia geral da ONU.

III.1.4. Da Declaração do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

A Declaração do Milênio foi aprovada na Cimeira do Milênio que se realizou entre 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque. Esta foi aprovada por 189 Estados membros da Assembleia Geral da ONU definindo um movimento para a cooperação global no século XXI.

Vários princípios e valores deveriam ser seguidos por todos os Estados membros como liberdade, equidade, solidariedade, tolerância e respeito pela natureza, responsabilidade partilhada no que se refere ao desarmamento, desenvolvimento e erradicação da pobreza, proteção do ambiente comum, Direitos Humanos, democracia e boa governança e proteção dos grupos vulneráveis, reconhecimento das necessidades especiais de África e estreitamento das relações das Nações Unidas.

Após a aprovação da declaração, começou-se a preparar o passo seguinte: a definição de objetivos específicos e metas de desenvolvimento. Para tal foi constituído um grupo (constituído por staff da ONU, OCDE, FMI e BM) que ficou responsável por fazer o *follow-up* da declaração, conhecido por *Road Map*, cuja principal tarefa foi a de harmonizar os ODI com os objetivos da Declaração do Milênio. Segundo Manning (2009) o grupo analisou cuidadosamente todos os pontos da Declaração e partiu de duas premissas: a primeira assente no respeito pela linguagem e conteúdo dos processos políticos da assembleia geral e a segunda de que os indicadores mais apropriados para cada objetivo deveriam ser analisados e indicados por peritos em estatística.

MC Arthur (2014) afirma que todas as metas originais dos ODM foram retiradas da Declaração, sendo que 10 das 18 metas originais tinham uma natureza quantitativa e nove de dez tinham a seu deadline até 2015 (existindo apenas uma exceção na meta sobre as favelas que tinha o seu prazo até 2020).

O trabalho deste grupo resultou num documento (6 de setembro de 2000) no qual constava um anexo que indicava os oito objetivos, 18 metas e 48 indicadores de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ocupando 4 páginas, de um total de 60).

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:

- ODM1- Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- ODM2- Universalizar a educação primária;
- ODM3 - Promover a igualdade entre os sexos e empoderar as mulheres;
- ODM4 - Reduzir a mortalidade de crianças;
- ODM5 - Melhorar a saúde materna;
- ODM6 - Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças;
- ODM7- Garantir a sustentabilidade ambiental;
- ODM8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Tabela 2.3- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁴

⁴ Metas e indicadores em anexo (anexo B)

A primeira lista (apresentada em 2000 na Declaração do Milênio) não era ainda a definitiva, havendo indicações de redefinição posterior para os objetivos 8 e 7. Hulme (2009) refere que estes eram os objetivos que mais poderiam influenciar os países ricos e por isso os mesmos desejavam ter mais flexibilidade. Para Manning (2009) os ODM nunca chegaram a ser apropriados pela assembleia geral devido às reservas dos EUA e do G77 sobre alguns pontos do objetivo 8. Sachs (2015) também comenta que os ODM não fizeram parte de um acordo multilateral, mas foram sim um compromisso não vinculativo, um acordo meramente moral, entre os membros da ONU. Acrescenta ainda que não eram objetivos destinados aos governos, mas tencionavam a uma mobilização de interesse e sensibilização pública na luta contra a exclusão social. Vandemoortele (2011) refere também que na altura de finalização do *Road Map* foi anexado os ODM ao relatório e a assembleia apenas fez uma apreciação ao relatório, ou seja, nunca o referiu de uma maneira formal, chegando a questionar a sua legitimidade e autoridade. No entanto, o grupo de *experts* considerou que uma apreciação formal seria redundante uma vez que todos os Estados membros já tinham aprovado a Declaração anteriormente e os ODM, segundo o grupo, foram retirados da Declaração.

As 18 metas iniciais passaram a ser 21, em 2006, resultado dos acordos intergovernamentais de 2005 aprovados na Cimeira Mundial da ONU. Com as alterações no objetivo 5 foi integrada a meta para “atingir o acesso universal à saúde reprodutiva” e ao objetivo 6 a meta de “garantir o acesso universal ao tratamento do HIV Sida até 2010”. A redução da taxa de perda da biodiversidade até 2010, foi adicionada ao objetivo 7. A meta 16 foi também alterada de forma a incluir um trabalho produtivo e trabalho digno para todos incluindo mulheres e jovens.

Para além destas alterações, houve ainda outra muito importante que foi a definição do ano de base de 1990 para todas as metas até 2015. Este ano foi escolhido por várias razões: por um lado porque os dados de 2000 não estavam disponíveis em muitos dos países e assim, tendo este ano como referência, significava que os esforços de monitorização poderiam começar mais cedo acelerando o processo, por outro porque a equipa declarou que o ano de 1990 seria mais fácil de negociar tendo em conta as tendências históricas. Vandemoortele (2011) acrescenta ainda que o período de 1990 a 2015 perfaz um total de 25 anos, que normalmente é associado a uma geração.

Ao fazermos uma análise comparativa entre os ODM e os ODI, podemos encontrar algumas diferenças, que mostram os diferentes posicionamentos em relação a temas mais sensíveis, mas também alguns aspetos que se mantiveram, afirmando a influência dos primeiros nos ODM.

Hulme (2009) refere que o objetivo da saúde reprodutiva, que era um ODI, acabou por ser politicamente inaceitável para alguns membros da ONU e por isso não integrou os ODM (embora, como vimos acima, integrou mais tarde como meta). Uma das adições mais importantes foi o ODM 8 (com os seus 17 indicadores) que, embora polémico, como vimos anteriormente, veio atribuir responsabilidades aos países desenvolvidos de forma a que fosse possível alcançar metas de desenvolvimento universais. Hulme (2009) refere em forma de conclusão que os objetivos de 1 a 5 e o 7 tiveram as suas origens nos ODI; o objetivo 6 substituiu o da saúde reprodutiva e o 8 foi totalmente

novo. Manning, (2009) afirma que a principal diferença das duas listas em relação às metas e indicadores foi a expansão considerável dos mesmos justificando que a Declaração do Milénio tem uma natureza muito mais abrangente do que a anterior que originou os ODI.

Após a oficialização dos ODM, a ONU levou a cabo várias iniciativas sobre os mesmos em conjunto com uma forte comunicação que ajudaram a que os ODM se tornassem conhecidos por todo mundo.



Figura 2.1- Imagem gráfica dos ODM

De entre as várias iniciativas destacam-se: a *UN Millenium Campaign* que ajudou a inspirar pessoas de todo o mundo a tomarem ação no apoio aos ODM, procurando criar as condições necessárias (através da advocacia e sociedade civil) para que os governos se mantivessem comprometidos com as promessas feitas na Declaração do Milénio. De forma a alcançar este objetivo foram realizados workshops, campanhas e eventos públicos em vários países do Mundo.

De destacar também o Plenário de Alto Nível da Assembleia Geral pela Assembleia Geral na sua 59ª sessão (Nova York, 2005) e que teve por objetivo fazer um *follow up* da Cimeira do Milénio. No seguimento desta Cimeira o grupo de desenvolvimento das Nações Unidas articulou um plano de ação e elaborou um documento no qual referem: a existência de um alto nível de compromisso político desde a Cimeira do Milénio; uma aproximação entre o governo democrático, a sociedade civil, o sector privado e a ciência e tecnologia; e um compromisso para com o desenvolvimento comunitário graças à importância dada à Declaração do Milénio e aos ODM. Por outro lado, o documento também refere que algumas mudanças estavam a ocorrer demasiado devagar em alguns países e que muitos deles não possuíam nem financiamentos nem recursos domésticos ou externos.

O maior evento sobre os ODM decorreu em 2008: O *High- Level Event on Millenium Development Goals* onde foram anunciados novos compromissos e reconhecidos sucessos recentes como a melhoria dos indicadores macroeconómicos, expansão do tratamento da Sida e aumento da produtividade da agricultura. Também foi reconhecido neste evento que o alcance dos objetivos não foi igual em todos os países, enquanto que muitos países em desenvolvimento estavam já no caminho para atingir os ODM, grandes disparidades ainda existiam noutros.

Na Cimeira dos ODM *Keeping de Promise* (cinco anos antes do fim do prazo para cumprir os objetivos) foi adotado um plano para alcançar os oito objetivos anti-pobreza até 2015 com o anúncio de novos compromissos no que se refere às mulheres, saúde infantil, fome e doenças.

Por fim, a conferência global dos ODM *Making the MDG Work* (2013) onde os participantes fizeram o *follow-up* dos esforços para alcançar os ODM, foi mais uma vez reforçado o compromisso para que em dois anos as promessas fossem cumpridas e concordaram em realizar uma cimeira em setembro de 2015 com o objetivo de desenvolver um novo conjunto de objetivos construído sobre os sucessos e fraquezas dos ODM.

Olhando de uma forma geral para o processo que levou à definição dos ODM, podemos concluir que por vários motivos este foi um processo complexo.

Em primeiro lugar, porque não teve um início e um fim bem demarcados sofrendo várias alterações posteriores em relação ao conjunto de objetivos inicial e sem uma distinção clara das suas etapas (planeamento, formulação de objetivos, implementação/execução e avaliação). Foi desenvolvido através de vários canais, em períodos diferentes e por atores que representaram diferentes instituições: primeiramente a ONU com as conferências, depois o CAD na liderança do processo com os ODI (aqui podemos considerar que durante algum tempo a liderança esteve no Reino Unido e alguns países do Norte da Europa que promoveram os ODI); mais tarde passou novamente para o secretariado da ONU com a aproximação da Assembleia do Milénio; depois para a Assembleia Geral que desenhou os documentos preparatórios e a própria Declaração e em 2001, por fim, temos a liderar o processo um grupo heterogéneo constituído por elementos da ONU, OCDE, BM e FMI que concluíram as negociações técnicas e políticas que deram origem aos ODM

Conforme a instituição que liderou o processo o foco foi variando. Como vimos anteriormente, segundo alguns autores, quando a Assembleia Geral liderou o processo temas mais polémicos como a saúde reprodutiva e igualdade de género não tiveram tanto foco, por outro lado, este organismo deu mais importância aos objetivos que estabeleciam metas para os países mais ricos, enquanto que o CAD não o fez.

Este processo de definição dos ODM sofreu algumas críticas de diferentes autores. Um dos aspetos mais criticados foi o da não inclusão de determinados objetivos e metas. Eyben (2006) afirma que a meta do género acabou por ficar restrita à paridade na educação devido à representação japonesa que não concordava com as metas abrangentes propostas inicialmente. Em relação à saúde reprodutiva, alguns autores referem que este desapareceu devido a um pequeno número de membros da ONU que influenciaram a rejeição inicial do objetivo de saúde reprodutiva e do Estado do Vaticano e Estados Islâmicos conservadores que fizeram o objetivo desaparecer da lista original dos ODM (Fehling, et al , 2013).

Os autores destacam que alguns dos objetivos que tinham sido definidos nas Conferências de 90 não apareceram na lista final, como por exemplo o da saúde reprodutiva acordado na Conferência

Internacional da Mulher (Beijing 1995) ou o ODM 1 que foi muito menos ambicioso comparado com o objetivo de redução da pobreza acordado em 1996 na Cimeira Mundial sobre alimentação.

Uma das principais críticas foi mesmo a de não refletir todas as dimensões da Declaração do Milénio. Fehling et al (2013) referem que vários autores apontam que apenas um dos sete objetivos-chave da Declaração (da secção que diz respeito ao desenvolvimento e erradicação da pobreza) tornou-se fundamental no enquadramento dos ODM, outros foram deixados para trás.

III.1.5. Limitações dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

É inegável que em vários sentidos, os ODM foram um sucesso. Para além de terem sido pioneiros numa série de questões que serão enumeradas de seguida, também uniram a comunidade internacional à volta de uma agenda global e trouxeram uma campanha de comunicação muito forte.

No entanto, os ODM ficaram aquém daquilo que era esperado e foram criticados por diversos investigadores, por académicos e pelas próprias ONGD.

O objetivo deste ponto é apontar os aspetos positivos, mas essencialmente as limitações dos ODM tanto a nível estrutural como de conteúdo. Este ponto foca-se numa leitura global do conjunto de objetivos e não na análise de cada um deles.

Ao fazer a revisão da literatura constatamos não haver consenso nesta matéria, uma vez que muitas das limitações apontadas por alguns autores são considerados aspetos positivos por outros. Também verificamos que a maioria das críticas surge numa fase em que já era perspetivada uma nova agenda e em que havia esperança numa nova lista de objetivos que superasse os limites da anterior. A revisão realizada por Fehling et al (2013) demonstrou que a literatura mais crítica e reflexiva sobre os ODM só apareceu numa fase mais tardia, ainda assim, com poucas referências às suas limitações. Esta escassez de críticas pode ser explicada pelo consenso gerado em torno da Declaração do Milénio que levou a uma aceitação positiva global dos ODM.

Destacamos como aspetos positivos aqueles que fizeram dos ODM objetivos pioneiros. Foram pela primeira vez definidas metas quantitativas com limites temporais, o que permitiu a operacionalização de algumas das dimensões do desenvolvimento humano; constituíram um instrumento importante na construção de uma agenda comum de prioridades que levou os governos a tomarem ações concretas de forma a melhorar os esforços na redução da pobreza. Hulme (2009) refere ainda a importância do foco dos ODM em dados estatísticos o que impulsionou a produção estatística em países em desenvolvimento, além de promover uma melhoria nas políticas dos governos e das organizações internacionais. O próprio formato da agenda (objetivo, metas, indicadores) constituiu-se como mais-valia, pois veio permitir a operacionalização da agenda de desenvolvimento internacional, o que por sua vez permitiu mobilizar apoio para o desenvolvimento.

O autor refere a monitorização e a partilha de boas práticas dentro do quadro dos ODM como mecanismos efetivos que fizeram avançar a agenda. Refere ainda que as repostas regionais e sub-regionais (em termos de advocacia) foram essenciais porque estabeleceram uma ligação entre a agenda global e a sua implementação a níveis nacionais.

Em 2012 a ONU criou um documento *Review of the contributions of the MDG Agenda to foster development: Lessons for the post- 2015 development agenda* no qual revê as contribuições da agenda ODM e considera também alguns dos seus pontos fortes:

The MDG´s have been an influential framework for global development cooperation, not only in shaping the international discourse, but in driving the allocation of resources towards key global development priorities and improving policy monitoring (UN System Task Team On the Post-2015 Development Agenda, 2012: 4).

Segundo o mesmo documento, os ODM levaram a um nível de compromisso político sem precedentes estimulando um consenso mundial global. Adicionalmente serviram como ponto de partida para a melhoria da *accountability* através do uso de indicadores simples e robustos, e ainda funcionaram como ferramenta de advocacia para fortalecer a cooperação internacional. Foram ainda destacadas características específicas dos ODM que contribuíram para o seu sucesso global, tais como o foco nos esforços políticos nacionais; a produção de um conjunto de metas claras, simples, quantitativas e com prazos definidos; a facilidade de comunicar; e a construção assente em consensos globais.

No entanto os ODM, também foram criticados numa série de questões, desde a sua conceptualização até à sua implementação e monitorização.

Começando pelo processo de construção dos objetivos, a crítica mais consistente é a de ausência de *ownership*, ou seja, o facto de não terem sido consultados todos os *stakeholders* e de a agenda ter sido construída numa lógica *top-down*. Na sua revisão Fehling, et al. (2013) constataram que muitos autores criticam o processo de construção dos ODM pelo fraco envolvimento dos países em desenvolvimento, apresentando uma lógica Norte-Sul.

Há autores que apontam o facto dos ODM não refletirem a Declaração do Milénio (2000). Este é um dos aspetos mais referidos na bibliografia sobre o tema. Autores como Hulme (2009) e Fukuda-Parr (2016) apontam omissões em áreas como a saúde reprodutiva das mulheres, governança, conflitos, crescimento económico e emprego, paz, segurança, desarmamento, etc, temas estes que vinham expressos na Declaração do Milénio, mas que não integraram os ODM. Os autores defendem que o conjunto de objetivos acabou por ser uma agenda e não uma estratégia de desenvolvimento, pois os objetivos acabaram por ser interpretados de forma independente da declaração que lhes deu origem. Fukuda-Parr (2016) refere que, neste sentido, houve vários protestos por parte da sociedade civil devido à omissão de objetivos na área das desigualdades sociais e à falta de robustez nos objetivos referentes às parcerias globais. A autora refere ainda que muitos especialistas em Direitos Humanos criticaram os ODM por não estarem alinhados com padrões e princípios dos mesmos (equidade, participação, transparência, etc.).

Segundo a *UN System Task – Team On The Post- 2015 Development a Agenda* (2012) apenas integrou as 18 metas originais aquelas que continham indicadores acordados previamente e dados robustos para uma efetiva monitorização, todas as que não cumpriam estes critérios, mesmo fazendo parte da declaração, ficaram de fora.

No entanto, existem muitos autores que afirmaram que houve questões que não entraram na lista final por serem politicamente mais delicadas como as desigualdades e os Direitos Humanos (UN system-Task Team on Post-2015 Development Agenda,2012: 8). Fukuda -Parr (2013) também concorda que

os aspetos mais transformativos da Declaração do Milénio, como os compromissos com a solidariedade, equidade e respeito pelos Direitos Humanos e democracia foram deixados para trás; “The reproductive health agenda is an apt illustration; a major advance of the 1990s, it was deliberately left out of the Millenium Declaration and the 2001 MDGs, and was only incorporated as a target in 2005 after much lobbying by key stakeholders” (Fukuda-Parr, 2013:np).

O documento *UN System Task Team On the Post-2015 Development Agenda* (2012) acrescenta ainda outros aspetos mais críticos dos ODM: a falta de consideração pelas condições iniciais de várias regiões e países e o facto de se basearem nos alcances mínimos, ou seja, existem metas que são muito ambiciosas para uns países enquanto para outros não são muito desafiantes. Por exemplo, a redução para metade da pobreza extrema em vez de uma visão multidimensional da pobreza o que faz com que não sejam consagrados os desafios dos países de rendimento médio, por exemplo. Fukuda-Parr (2013) comenta este aspeto “(...) privileging consensus favors the lowest common denominator, an agenda that builds on status quo thinking. Thus, unsurprisingly, the MDG’s lack of ambition is often criticized (...)” (Fukuda- Parr, 2013, np). O conjunto de objetivos não enfatiza a dimensão nacional dos problemas o que é problemático no sentido em que existem muitas questões regionais e globais que afetam o cumprimento dos ODM. A literatura refere que houve metas que foram traçadas em níveis irrealistas para os países mais pobres alcançarem. Hulme (2009) aponta também que as vulnerabilidades dos países mais propícios a catástrofes naturais não foram tidas em conta.

Outra crítica aos ODM é serem limitados. Ferreira (2013) explica que isto acontece porque tentam agregar, num número pequeno de objetivos, várias questões que só por si já são complexas e multidimensionais. A autora afirma ainda que, muitas das questões (como a educação e saúde) não refletem de forma completa aquilo que já era o pensamento sobre o tema na altura (ficando aquém das recomendações e conclusões das grandes conferências de 90, como vimos anteriormente). Existe então uma “super-simplificação” do processo complexo de desenvolvimento.

Fehling, et al. (2013) afirmam que muitos autores apontaram o facto dos ODM ter apenas 8 objetivos o que levou a que fosse ignorada a sua interconetividade. Pelo contrário Sachs (2012) e outros autores acreditam que o facto de terem sido apenas 8 objetivos foi uma das principais chaves para o sucesso dos ODM.

Fukuda-Parr (2016) critica os oito objetivos por não se referirem às causas estruturais da redução da pobreza e exclusão social porque não colocam em causa o modelo económico dominante. Assim a autora afirma que alguns dos desafios mais importantes do mundo contemporâneo foram deixados de parte, como por exemplo as alterações climáticas, volatilidade do mercado financeiro, migração, ineficiência das instituições globais para gerir a globalização, etc. “The MDG presented a simplistic vision of meeting basic needs for all without recognizing the root causes of poverty embedded in power relations and exacerbated by current economic models of neoliberal globalization that prioritize corporate profit over human rights” (Fukuda-Parr 2016 p, 46). Vaggi (2015) destaca a enfase nos *outcomes* e não nos processos de desenvolvimento: “The distinction between ends and means it is necessary not in order to downgrade the means, but to avoid that some ends could be treated as if they

were means" (Vaggi, 2015: 22).O autor conclui que apesar de tudo a pobreza continuou a estar reduzida ao seu carácter económico, só que o facto de a visão de desenvolvimento estar , agora, presente no conjunto de metas faz com que deixemos de olhar para a pobreza no seu conjunto sistémico.

Fukuda-Parr (2013) argumenta que os ODM apresentam objetivos limitados e pobremente definidos o que leva a uma distorção das prioridades na avaliação e performance.

A simplicidade desta lista de objetivos teve como consequência uma distorção do planeamento dos recursos e dos esforços de desenvolvimento. Fehling, et al (2013) referem que os ODM levaram a que houvesse um investimento apenas nas áreas focadas pelos mesmos, havendo um desinvestimento em outras áreas importantes. Por outro lado, não refletem de forma correta as prioridades nacionais, levando a um pensamento reducionista sobre as causas e soluções. "The reductionism resulting from 'simple' goals can have serious consequences if they are applied literally as a planning framework to set priorities and allocate resources, and to frame thinking about human progress" (Fukuda- Parr, 2013, np).

Em relação à falta de abrangência e de responsabilização social, vários autores referem que os ODM foram pensados maioritariamente na perspectiva dos doadores (donor-driver).

Como podemos concluir, os ODM foram um sucesso e trouxeram alguns progressos. Há autores como Fehling et. Al (2013) que indicam que houve algum progresso por exemplo em áreas como na saúde e bem-estar; no acesso à água e na redução das taxas de pobreza (muito devido à prosperidade económica da China). No entanto, desde cedo se soube que era muito improvável que todas as metas se cumprissem até 2015. Fehling et.al (2013) refere por exemplo que o progresso do objetivo 8 (o único ODM dirigido especificamente aos países desenvolvidos) foi preocupante, segundo o relatório da UN System Task- Team on Post-2015 Development Agenda (2012) a ajuda ao desenvolvimento caiu pela primeira vez em mais de uma década.

III.2. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

III.2.1. Introdução e nota metodológica

Para muitos autores a chave para o êxito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dependia fortemente da análise crítica e reflexiva dos limites dos ODM de forma a que estes fossem superados.

Muitas das lacunas apontadas aos ODM foram suprimidas na nova lista e isso é visível desde o início do processo de desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apesar de alguns aspetos mais estruturais (que já eram criticados nos ODM) continuarem presentes.

Este ponto irá centrar-se, primeiramente, na análise do processo de definição dos ODS, tendo em conta o seu contexto, passando depois à análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e concluindo com os seus aspetos positivos e limitações. É de referir, mais uma vez, a escassa bibliografia existente

sobre este tema, devido a ser um assunto muito recente (entraram em vigor em janeiro deste ano, 2016).

O contexto do qual surgiram os ODS foi completamente diferente daquele que encontramos nos ODM, basta pensar que estes últimos surgiram num período pré 11 de setembro e guerra do Iraque, acontecimentos importantes que vieram mudar o mundo.

Os seus antecessores, apesar das dificuldades e desafios inerentes ao período em que surgiram, “nasceram” num período propício, em termos financeiros, aos países mais ricos. Já os ODS surgem num mundo global cheio de desafios como o aumento das desigualdades sociais e económicas (não apenas entre países, mas dentro dos próprios países) aumento da pobreza infantil nos países do norte e economias fracas da zona euro.

Ferreira (2013) refere que os ODS surgiram num período de grandes alterações no equilíbrio de poder, com o aumento da influência de alguns países em desenvolvimento; com investimento direto estrangeiro maior nas economias em desenvolvimento do que nas desenvolvidas (para o ano de 2012), com surgimento do G20⁵ e com novos países a tornarem-se doadores de ajuda (Brasil, Índia, China). A autora refere ainda que em termos de pobreza houve uma alteração na sua geografia mundial. Se antes era encarada como problema dos países em desenvolvimento, agora admite-se que grande parte das pessoas pobres, vivem também em países de rendimento médio.

Também há uma maior preocupação para com países como o Paquistão, Afeganistão, Líbano e Nigéria onde a instabilidade e insegurança passaram a ter que ser tidas em conta quando falamos de desenvolvimento.

Neste período, começa-se também a sentir as consequências da intervenção do homem na natureza, agravados pelo aumento da população que trouxe grandes desafios para o desenvolvimento sustentável, inclusão social e desigualdades no rendimento.

Sachs (2015) enumera alguns desafios que a sustentabilidade ambiental terá de enfrentar nos próximos tempos como as mudanças climáticas, a poluição ambiental, perda da biodiversidade, conversão das florestas em terrenos e pastagens e esgotamento dos recursos fósseis.

Tendo isto em conta, a ideia dos ODS ganhou terreno rapidamente devido à urgência de se levar a cabo um desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

É importante também referir que os ODS surgem num período em que se fazem as negociações de acordos de comércio multilaterais e acordos de investimento como o TPP (*Trans Pacific Partnership*)⁶ e TTIP (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*)⁷ que poderão ser um grande obstáculo à concretização dos mesmos.

Outro acontecimento importante neste período é a atual crise de pessoas refugiadas que coloca grandes questões no que se refere ao cumprimento Direitos Humanos e requer uma responsabilidade global partilhada em relação às soluções.

⁵ G20 (abreviatura para Grupo dos 20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia

⁶ Parceria Transpacífico

⁷ Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento

Importa referir que, ao contrário dos ODM, que vieram operacionalizar, pela primeira vez, dimensões do conceito de desenvolvimento humano, os ODS, como o próprio nome indica, assentam sobre os pilares do desenvolvimento sustentável.

Segundo, Roque Amaro (2003) o desenvolvimento sustentável faz parte de um conjunto de “novos” conceitos que apareceram nos últimos 30 anos.

Este conceito nasceu do resultado dos trabalhos da “Comissão de Brudtland” realizada em 1987 da qual resultou o relatório *Our common future* também conhecido como o relatório de Brudtland.

Pela primeira vez, definiu-se desenvolvimento sustentável como um processo que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de conseguirem suprimir as suas próprias necessidades. Segundo Roque, Amaro (2003),

(...) o desenvolvimento sustentável implica três exigências: «- a da solidariedade intergeracional - a da integração da gestão dos recursos naturais (das reservas limitadas, dos não renováveis e do ritmo de reprodução das não renováveis) nas estratégias de desenvolvimento – e na durabilidade dos processos de produção e consumo inerentes ao desenvolvimento, implicando a adoção de uma lógica de “steady state” (ritmo sustentável de equilíbrio entre a entrada de *inputs*, o processamento de *Throughputs* e a saída de *outputs* na interação entre subsistema económico e o sistema ecológico »(Roque Amaro, 2003: 14).

Todas estas alterações na geopolítica mundial irão ter influência na definição da nova agenda tornando-a mais complexa e mais política.

III.2.2. Processo de definição dos ODS

O processo de formulação dos ODS foi claramente diferente do dos seus antecessores. O modelo já estava encontrado (objetivo-meta-indicador) e por isso os esforços foram concentrados na tentativa de superação das lacunas dos antecessores. Foi também um processo mais linear, onde tivemos apenas a ONU (através dos grupos de trabalho) a liderar o processo, e, sem dúvida, mais participativo.

Como refere Ferreira (2013) temos um processo de formulação dos ODM essencialmente feito numa lógica de como os países mais ricos podem ajudar os mais pobres; ao contrário deste novo processo muito mais participativo e inclusivo, contando com a participação de muitas instituições e organizações que, apesar de tudo irá trazer outros tipos de desafios e complexidades.

III.2.2.1. Antecedentes:

A Cimeira de Desenvolvimento Sustentável e a Cimeira da ONU sobre os ODM foram dois grandes acontecimentos que influenciaram o processo de definição dos ODS e que podemos considerar como seus antecedentes porque, apesar de não fazerem parte do processo de construção da lista, tiveram influência no processo.

Na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) estiveram presentes mais 150 países. Neste encontro fez-se um balanço dos avanços dos ODM e dele resultou a Declaração de Joanesburgo em Desenvolvimento Sustentável e o respetivo plano de implementação com metas impostas em cinco áreas: agricultura, água, biodiversidade, energia e saúde, como também a adoção de um novo

posicionamento sobre as questões ambientais, o qual estará presente no conjunto final dos objetivos. Esta declaração é um dos documentos norteadores dos ODS.

Em 2010 realizou-se a Cimeira da ONU sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Neste encontro foi estabelecido um plano de ação para concluir as metas nos cinco anos que faltavam de forma a acelerar o progresso dos ODM. O documento que resultou da Cimeira: *Keeping the Promise: United to Achieve the Millenium Development Goals* identificou as lições dos últimos dez anos, incluindo barreiras e oportunidades. Esta análise foi muito importante para o processo de formulação dos ODS, pois estes serão construídos com base nessas conclusões. Foi também nesta Cimeira que o secretário-geral teve a iniciativa de formar um grupo de Alto Nível de pessoas eminentes sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 para o aconselhar nos assuntos respetivos à nova agenda. Deram-se aqui passos importantes para a construção da agenda pós-2015.

A rampa de lançamento dos ODS foi sem dúvida a conferência Rio + 20 porque é nela que surge a iniciativa de elaborar um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e inicia-se com ela um processo intergovernamental e inclusivo para preparar a lista.

Esta Cimeira realizou-se no âmbito dos 20 anos da Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992) da qual havia resultado três acordos multilaterais sobre ambiente: a Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas; a Convenção das Nações Unidas para a Diversidade Biológica e a Convenção da ONU para o combate à diversificação. Sachs (2015) afirma que em 2012 os governos voltaram ao Rio para celebrar o 20º aniversário dos acordos, mas a verdade é que nenhum tinha sido implementado com sucesso.

O documento final desta Cimeira *The Future we want – our common vision* estabeleceu que as metas e indicadores de desenvolvimento sustentável deveriam de ser compatíveis com a agenda de desenvolvimento pós-2015. Sobre os ODS o documento avançou que deveriam ser baseados na agenda 21 e no plano de implementação de Joanesburgo e respeitar os princípios estabelecidos na conferência do Rio. O documento também refere que os ODS deviam respeitar as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Este documento dá algumas diretrizes específicas para os novos objetivos. “(...) SDGs should be action oriented, concise and easy to communicate, limited in number, aspirational, global in nature and universally applicable to all countries while taking into account different national realities, capacities and levels of development and respecting national policies and priorities.” (ONU,2012: 63).

III.2.2.2. O processo de desenvolvimento dos ODS

Começa-se aqui um trabalho de definição de uma nova agenda e de um novo conjunto de objetivos. Para que este processo intergovernamental fosse elaborado de forma transparente e inclusiva, foram estabelecidos vários fluxos de trabalho: a criação de um grupo de trabalho aberto da assembleia geral para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (OWG⁸); a criação de um painel de alto nível de pessoas eminentes para a agenda de desenvolvimento pós-2015; a realização de consultas temáticas

⁸ Sigla inglesa para a designação deste grupo

nacionais e globais; a realização de consultas regionais e uma rede de soluções para desenvolvimento sustentável, entre outros.

De forma a apoiar as preparações da agenda pós-2015 foi também criado o grupo de trabalho da ONU sobre a agenda pós-2015. Este grupo, que reuniu representantes das agências da ONU e das organizações internacionais, efetuou consultas com todos os *stakeholders* e providenciou *inputs* analíticos e de divulgação. O seu objetivo foi o de estabelecer uma visão comum do sistema da ONU sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Em junho de 2012 este grupo lançou o seu primeiro relatório *Realizing the future we want for all* que serviu de *input* ao painel do grupo de alto nível de pessoas eminentes sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Este painel de alto nível, foi lançado, oficialmente, em julho de 2012, composto por 27 membros do governo, sociedade civil e sector privado com o objetivo de aconselhar o secretário geral nos assuntos que dizem respeito à agenda pós-2015 e informar os Estados membros. Este grupo focou o seu trabalho na reflexão sobre os ODM (o que foi atingido) e sobre os novos desafios de desenvolvimento (novas áreas que precisam de ser melhoradas).

No seu primeiro relatório sobre o desenvolvimento da agenda pós-2015 (em 2013) *A New Global partnership: eradicate poverty and transform economies through sustainable development* o grupo fez um balanço “otimista” dos ODM e definiu 12 objetivos, 54 metas com o prazo temporal até 2030.

Neste relatório são apresentadas cinco mudanças transformativas: não deixar ninguém para trás, sustentabilidade, trabalho e crescimento inclusivo, instituições e paz, e parcerias globais.

Objetivos do Painel de Alto- Nível:

1. Erradicar a Pobreza (entendida como pobreza extrema, abaixo de 1,25 dólares/dia)
2. Empoderar as raparigas e as mulheres para atingir a igualdade de género
3. Fornecer educação de qualidade e aprendizagem ao longo da vida
4. Assegurar vidas saudáveis
5. Assegurar a segurança alimentar e a boa nutrição
6. Atingir o acesso universal à água e saneamento
7. Garantir uma energia sustentável
8. Criar empregos, meios de subsistência sustentáveis e crescimento equitativo
9. Gerir os recursos naturais de forma sustentável
10. Assegurar a boa governação e instituições eficazes
11. Assegurar sociedades estáveis e pacíficas
12. Criar um ambiente global propício e catalisar financiamento de longo prazo

Tabela 2. 1- Objetivos do Relatório do Painel de Alto-Nível nomeado pelas Nações Unidas, maio de 2013

Várias organizações apresentaram as suas opiniões em relação a este relatório. Segundo a Plataforma Portuguesa das ONGD as reações foram consensuais nas críticas.

O Center for Economic and Social Rights, especializado em questões relacionadas com Direitos Humanos e justiça social congratulou-se com a referência aos Direitos Humanos na Nova Agenda de Desenvolvimento; critica, porém, a sua incorporação de forma fragmentada e inconsistente e a visão de desenvolvimento orientado por uma visão de negócio. Também a BOND, plataforma britânica de ONG, reagiu ao documento, sublinhando que este não reconhece, de forma efetiva, a questão da responsabilização e da prestação de contas (Plataforma ONGD, 2013 :15)

Em setembro de 2012, na 67ª sessão da assembleia geral da ONU formou-se um grupo de trabalho intergovernamental e aberto, composto por 30 membros. Um dos encargos a ser desempenhado por este grupo consistiu na apresentação de um relatório que incluísse uma proposta sobre os ODS que mais tarde seria incorporado na definição da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

Num esforço de ajudar os Estados membros nesta construção da agenda, o grupo de desenvolvimento da ONU liderou um processo inédito de consultas a múltiplas partes interessadas de forma a facilitar uma conversa global, e, desta forma, contribuir não só para o grupo de alto nível como para as deliberações do grupo aberto.

As consultas foram realizadas com diálogos nacionais lideradas por equipas da ONU dos próprios países em colaboração com os governos, sociedade civil e outros parceiros. O grupo organizou um conjunto de 11 consultas temáticas nacionais com os seguintes temas: Conflito e fragilidade, educação, sustentabilidade ambiental, governança, crescimento e emprego, saúde, fome, alimentação e nutrição, desigualdades; dinâmicas populacionais, energia e água.

Foram também desenvolvidos dois questionários: o questionário global das Nações Unidas conhecido como o *My world* que convidava as pessoas a enumerarem o top 6 das 16 questões que mais importavam para elas (1.3 milhões de pessoas visualizaram os objetivos através deste questionário) e um outro o *SDG Card* desenvolvido em setembro de 2014 que deu oportunidade aos indivíduos de classificarem os ODS em termos de ambição, probabilidade e ação.

No *My world* a educação e a saúde estiveram no centro das preocupações, sendo eleitas como o que mais interessa às pessoas tanto dos países desenvolvidos como em desenvolvimento.

Os resultados destas consultas foram publicados no documento *One Million Voices* onde estavam expressas as opiniões de muitos grupos diferentes como governos, grupos de reflexão, ONG, sociedade civil, académicos, crianças, comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgéneros) indígenas, sindicatos, agricultores, presidiários, deslocados, etc.

Este documento sugere que os programas de desenvolvimento internacional, num futuro, deixem de utilizar o PIB para avaliar o desenvolvimento, pois dessa forma existem grupos que são deixados para trás. Outra das conclusões referidas no documento centra-se na disponibilização de mais dados de forma a responsabilizar os governos e as instituições financeiras responsáveis por fazer cumprir as metas.

O grupo de trabalho aberto (que surgiu da conferência Rio + 20) reuniu-se cerca 13 vezes entre setembro de 2013 e julho de 2014, altura em que apresentou a proposta dos ODS. Pisano, et al. (2015) descreve, resumidamente, como foram organizadas as sessões do grupo:

In the eight sessions, OWG⁹ performed a stock-taking exercise, at the nine session (March 2014) the group started considering elements for goals and targets framework. The following sessions started producing focused texts on SDG's and targets, which culminated in 'zero draft' proposal that was published and adopted on July19,2014" (Pisano, et al. 2015: 8).

Este relatório do grupo pretendeu ser uma espécie de guia de implementação dos ODS e apresentou 17 objetivos e 169 metas agrupadas em 6 elementos essenciais: dignidade, pessoas, prosperidade, planeta, justiça e parcerias. Este documento irá servir de base ao documento de setembro de 2015 (Nota que em relação aos elementos-chave anterior é dada aqui uma especial importância ao elemento: dignidade). Segundo Vaggi (2015) este primeiro documento do grupo foi muito criticado em especial devido ao grande número de objetivos que apresentou e por ser extremamente ambicioso nas suas metas e objetivos. O mesmo autor apresenta também a sua crítica a este documento afirmando que há uma confusão entre meios e fins "There is also a confusion between ends and means, some targets are clearly final desired outcomes: energy for all, safe cities (...)" (Vaggi, 2015: 18).

Apesar das críticas o secretário geral da ONU mostrou-se a favor dos 17 objetivos agrupados nos 6 elementos essenciais referidos pelo grupo e a 11 de agosto de 2015 é publicado um novo documento com o texto que será adotado em setembro de 2015, apresentando poucas mudanças em relação a este último.

Todo este processo, à semelhança do anterior, vai culminar numa declaração: O documento aprovado em setembro de 2015 *Transforming the world: the 2030 agenda for Sustainable Development*.

No preâmbulo da declaração são-nos logo apresentadas as principais áreas para humanidade e planeta que, ao contrário dos documentos anteriores, passam a ser cinco: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. A justiça foi substituída pela paz e o primeiro elemento "dignidade" desapareceu.



Figura 2.1- Os 5 "ps" para o Desenvolvimento Sustentável

No parágrafo 5 da declaração é apresentada a intenção da mesma:

This is an Agenda of unprecedented scope and significance. It is accepted by all countries and is applicable to all, taking into account different national realities, capacities and levels of development and respecting national policies and priorities. These are universal goals, and targets which involve the entire world,

developed and developing countries alike. They are integrated and indivisible and balance the three dimensions of sustainable development” (ONU, Assembleia Geral, 2015: 3).

A declaração enfatiza questões que anteriormente haviam sido criticadas como a urgência e necessidade de transformação, a natureza universal da agenda (que é aplicável a todos os países) e a necessidade de ter em conta as condições iniciais dos países, a procura pela integração entre objetivos e, por fim, a certeza que os três pilares do desenvolvimento sustentável são assegurados. “The New agenda builds on The Millenium Development Goals and seeks to complete what these did not achieve, particular in reaching the most vulnerable” (General Assembly of ONU, 2015: 36).

É importante perceber o que a Declaração olha para o desenvolvimento sustentável nos seus três pilares aos quais os ODS estão conectados: desenvolvimento económico (incluindo pobreza extrema) inclusão social (igualdade de género, Direitos Humanos, redução das desigualdades) e sustentabilidade ambiental (combate às alterações climáticas, conservação e proteção dos oceanos e ecossistemas).“(...) sustainable development recognizes that eradicating poverty in all its forms and dimensions combatting inequality within and among countries, preserving the planet, creating sustainable economic growth and fostering social inclusion are linked to each other and are interdependent” (ONU, Assembleia Geral, 2015: 5).

Outras duas iniciativas que merecem destaque nesta fase de formulação são a campanha *Beyond 2015* que teve um papel relevante na fase de negociação da Nova Agenda Global a qual mobilizou mais de 1580 organizações da sociedade civil em 142 países durante cinco anos (2010-2015) e a *Together 2030* que merece destaque, por ser global e focada no envolvimento de atores não-governamentais de diversos sectores na promoção de ações relativas à agenda 2030.

Como podemos concluir, o processo de definição dos ODS foi substancialmente diferente daquele a que assistimos quando foram definidos ODM. Os ODS envolveram um grande nível de participação na elaboração de prioridades de desenvolvimento internacional, tendo integrado de forma participativa governos, sociedade civil, académicos, grupos de negócios e agências da ONU através de debates intensos e reuniões por todo o mundo e também através da internet. Ao contrário dos ODM que foram desenvolvidos por “tecnocratas” que fizeram consultas limitadas.

III.2.3. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fukuda- Parr (2016) defende que os ODS diferem dos ODM não só no seu processo como também no seu conceito e políticas. Quando comparados com os ODM, os ODS não são apenas diferentes no número, mas são substancialmente diferentes, pois incorporam várias questões que estavam incompletas ou foram ignoradas pelos ODM.

No capítulo *Sustainable Development Goals and targets* da declaração (ONU, Assembleia Geral, 2015) são apresentados os 17 objetivos e 169 metas com a indicação que entrarão em vigor a partir do dia 1 de janeiro de 2016 e terão um prazo de 15 anos.

Objetivos de Desenvolvimento sustentável:

- ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
- ODS 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
- ODS 3: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
- ODS 4: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
- ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
- ODS 6: assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- ODS 7: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
- ODS 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
- ODS 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
- ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- ODS 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- ODS 12: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- ODS 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
- ODS 14: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
- ODS 15: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
- ODS 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
- ODS 17: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Tabela 2.2- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Figura 2.2- Imagem Gráfica dos ODS (ícones)

Os ODS refletem a junção de dois aspetos importantes; por um lado, a continuação do desejo da redução da pobreza global num mundo cada vez mais globalizado, e por outro a ambição pelo desenvolvimento sustentável.

Vaggi (2015) apresenta um esquema no qual agrupa os objetivos pelas áreas dos documentos que lhes deram origem e pelos 3 pilares do desenvolvimento sustentável. Para este autor “pessoas” e “planeta” são as áreas que “lideram” os ODS que derivam claramente da mensagem do Rio +20. Integrados no desenvolvimento humano estão os objetivos relacionados com a pobreza, fome, saúde, educação, género, água e saneamento, paz e justiça. No ambiente (planeta) os objetivos relativos à água e saneamento, cidades, consumo e produção sustentável, alterações climáticas, oceanos e ecossistemas. Na área das estruturas económicas e sociais promoção do crescimento, infraestruturas e redução das desigualdades e, por fim, parcerias globais que inclui o objetivo das parcerias globais. Olhando para esta nova lista, assistimos a algumas diferenças e adições importantes em comparação com os ODM. Existe claramente uma intenção de terminar o trabalho iniciado pelos seus antecessores e por isso os objetivos que, anteriormente, se propunham a reduzir para metade, agora apresentam-se com a intenção de eliminar (erradicar a pobreza, a fome e mortalidade infantil) são chamados os “objetivos zero”. Em segundo lugar, como consequência do Rio+ 20 o grupo de trabalho aberto deu muita importância ao ambiente, em claro contraste com os ODM que estavam mais focados em questões do desenvolvimento humano. São objetivos compreensíveis, porque não incidem apenas na redução da pobreza e incluem questões como a paz, estabilidade, Direitos Humanos e boa governança; desta forma, há um corte com o paradigma anterior. Apresentam também uma agenda mais ampla que

¹⁰ Metas em anexo (anexo C)

inclui a sustentabilidade nas suas dimensões ambiental, social e económica. Nos ODM a fome e a paz eram temas incluídos num mesmo objetivo e nos ODS há um tratamento diferenciado.

Houve também muitas adições importantes tais como: a construção da paz, com ênfase na sua importância para o fim da pobreza e fome (aspeto que não vinha incluído nos ODM); as questões da monitorização e recolha de dados de qualidade com um prazo definido; a desigualdade que aparece como um objetivo específico (atribuindo importância à inclusão de grupos marginalizados) que veio romper com os ODM que excluía esta questão por não haver indicadores e por ser politicamente sensível; e o objetivo que refere a governança que, segundo Fukuda-Parr (2016) juntamente com os Direitos Humanos, gerou controvérsia, mas ainda assim foi incluído.

Esta lista dá destaque a muitas questões como a qualidade da educação que vem reconhecer a mesma como forma de alcançar um mundo mais humano, incluindo pela primeira vez questões ligadas à educação para o desenvolvimento.

Fukuda-Parr (2016) destaca que enquanto no processo de construção dos ODM aspetos relacionados com relações de poder de género foram considerados mais sensíveis, principalmente para os grupos de interesse mais conservadores, nos ODS muitos aspetos mais complexos da realidade da vida das mulheres sofreram um avanço considerável, que, segundo a autora, resultou do processo de consulta. Os ODS apresentam então um objetivo específico para a igualdade de género na sua essência multidimensional, incorporando metas relacionadas com a violência de género, práticas prejudiciais, saúde sexual e reprodutiva, etc. Outros objetivos como o da educação e o da saúde também apresentam metas na área da igualdade de género.

Outra diferença reside na forma de pensar o financiamento dos objetivos, enquanto os ODM foram concebidos para serem financiados por fluxos de ajuda, os ODS embebidos na perspetiva do desenvolvimento sustentável e dos seus três pilares, a nível económico incentiva a capacidade dos estados de gerarem as suas próprias fontes de receitas.

Outro ponto chave, referido por muitos autores, é o dos ODS trazerem uma agenda que contraria a agenda “norte-sul” onde parte dos objetivos e metas eram apenas relevantes para os países em desenvolvimento, pelo contrário os ODS definem-se como universais com objetivos para todos os países.

Para além das divergências existem também pontos que se mantêm iguais nas duas listas de objetivos. Vaggi (2015) faz uma leitura na qual analisa que da Declaração do Milénio (2000) até à resolução de 2015 o último objetivo diz sempre respeito às parcerias globais: nos ODM com o objetivo 8 e na lista final dos ODS o 17. O autor afirma que existem sempre duas questões comuns tanto no 8 como no 17: como dar um conteúdo verdadeiro ao termo “parceria” e como encontrar os recursos necessários para implementar todos os objetivos.

No entanto, apesar da clara tentativa de superação das limitações apontadas aos ODM, algumas das que já eram referidas nos ODM são novamente indicadas nos ODS.

III.2.4. Limitações dos ODS

Apesar de ainda estarmos numa fase muito inicial da implementação dos ODS, existem já algumas vozes mais críticas sobre os mesmos.

Não restam dúvidas de que os novos objetivos nasceram de uma tentativa de colmatar muitas das limitações apontadas aos seus antecessores, e isso é um avanço; no entanto, continuam a existir algumas lacunas e incoerências como vamos apresentar neste ponto.

Analisando a literatura existente sobre o tema, de uma forma geral, um dos aspetos mais criticados pelos autores reside no grande número de objetivos. Por um lado, o aumento do número de objetivos veio tentar trazer a complexidade do discurso sobre desenvolvimento para a agenda (aspeto que foi criticado nos ODM) no entanto, acrescenta outras complexidades. Vaughan (2015) critica esta expansão de objetivos, referindo que são muitos objetivos, muitas metas, muitos indicadores e demasiados países a participar no processo.

Vários outros autores alertam também para as consequências desta “proliferação” de objetivos. Doyle (2016) receia que cada Estado escolha apenas aqueles que lhes são mais convenientes, criando projetos que pretendem cumprir apenas com algumas metas, deixando as outras para trás e comprometendo a lista de objetivos como um todo.

O maior debate sobre o número de objetivos ocorreu no período em que se perspectivava a nova agenda porque a opinião geral era a de que os objetivos teriam de ser fáceis de comunicar como os ODM. Ferreira (2013) refere na Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD que os novos objetivos “(...) têm de ser simples e de número limitado, facilmente comunicáveis e monitorizados (...)” (Ferreira, 2013: 8). Também Vandemoortele (2015), um “amigo crítico dos ODS” (como se auto domina) faz menção a este aspeto dizendo que este aumento de objetivos irão torná-los insustentáveis “The SDG’s violate the three “Cs” that lie at the root of the MDG’s success: clear, concise and computable” (Vandemoortele, 2015: 3).

A verdade, é que para além do aumento de número de objetivos, que torna mais difícil a memorização e comunicação, a linguagem utilizada em alguns deles é demasiado técnica, podendo dificultar a compreensão dos mesmos por um público mais generalizado. Este é um dos maiores desafios dos ODS. Como refere Garcia (2016) na Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD “(...) Antes eram apenas 8. Agora temos 17, que se multiplicam por 169 metas. O nº de indicadores possíveis para avaliar o seu cumprimento já vai em mais de 300. Parece um universo difícil de gerir na competitiva agenda mediática. Ou talvez não” (Garcia, 2016, 12).

Como os ODM, os ODS continuam a ser apenas um acordo voluntário e não um compromisso vinculativo como muitas vozes críticas reclamavam nos ODM. Singh apresenta a sua visão

The SDG represent a collective aspirational goals of the international community and are intended to be integrated and indivisible, global in nature, and universally applicable- Although the SDG’s are grounded in human rights norms and are intended to be universally applicable, they are not a negotiated treaty” (Singh, 2015: 58).

Os grupos de ação para os Direitos Humanos (um dos grupos mais ativos e críticos em relação aos ODM) consideram que houve um avanço na nova agenda por integrar aspetos como a desigualdade, igualdades de género, entre outros. No entanto, referem que os ODS não conseguem cumprir com a sua proposta de inspirar e guiar um esforço internacional concertado de forma a garantir os Direitos Humanos universais para todos, pois ao olharmos para os ODS de uma perspetiva dos Direitos Humanos concluímos que: só fazem referência a alguns dos direitos e não a todos (apesar dos protestos sobre a indivisibilidade e interdependência dos mesmos); não exigem uma monitorização independente e ignoraram as reformas estruturais que são necessárias para combater a pobreza.

Este último ponto, é também amplamente criticado na literatura, da mesma forma que já o tinha sido nos ODM. Apesar dos ODS trazerem uma oportunidade de responder de uma maneira integrada aos problemas urgentes da humanidade, continua a haver obstáculos estruturais, que ao não serem questionados nesta nova lista, poderão fazer com que muitos dos objetivos possam não ser cumpridos. Como por exemplo, as causas estruturais da pobreza continuam a não ser abordadas, Hickel (s.a) refere que apesar de os ODS partirem do princípio que querem reduzir as desigualdades, não aceitam que o empobrecimento em massa é produto da acumulação extrema da riqueza e do hiperconsumismo de alguns. Desta forma, os ODS continuam a assentar no modelo antigo de crescimento industrial e capitalismo. Também Ritz (2016) refere este aspeto afirmando que os ODS apresentam uma fraca discussão sobre as causas estruturais e profundas das desigualdades e pobreza. Por exemplo o objetivo 8, apesar de fazer vagas referências a aspetos importantes como o trabalho digno e a degradação ambiental a mensagem que emerge, e que se constituiu como a primeira meta, é a de que é necessário haver um crescimento do PIB: “8.1 Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos”. A produção global e o consumo exacerbado podem levar a uma crise ambiental sem precedentes, mas, apesar de os ODS serem baseados no desenvolvimento sustentável e proporem soluções para este problema como a redução do desperdício alimentar, a utilização de recursos mais eficientes e a adoção de práticas de sustentabilidade por parte das empresas, rejeitam mais uma vez uma solução importante que passa pela redução do consumo do mundo rico e a regulação da exportação corporativa como refere (Hickel, s.a.).

Ritz (2016) refere também que não há uma responsabilização do sector privado, que é um dos grandes responsáveis pelo agravamento das desigualdades, pobreza e alterações climáticas.

Dutt (2015) afirma que um dos grandes obstáculos à implementação da agenda 2030 reside na nova geração de acordos de investimentos bilaterais e os tratados de comércio livre que não deixam muito espaço para que os governos possam implementar políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento em consonância com os padrões existentes de direitos sociais, ambientais e humanos. No fundo estes acordos são um passo atrás nos Direitos Humanos, sociais e ambientais legislando pelo menor denominador comum.

Como Hickel afirma, os ODS, embora assentes num modelo económico que para ele é falhado, irão bloquear a agenda para o desenvolvimento para os próximos 15 anos, sendo que poderiam ser a oportunidade para romper com a irracionalidade de olhar para o crescimento baseado no princípio capitalista e medido pelo PIB, que ao invés de ser a solução para a pobreza é uma das suas principais causas.

IV. Caracterização do Contexto Nacional

IV.1. A emergência das ONG e ONGD em Portugal

As ONGD são um dos tipos de organizações sem fins lucrativos existentes em Portugal e são parte integrante do “terceiro sector”.

Da revisão da literatura concluímos que não é fácil definir este sector não lucrativo devido à diversidade existente das organizações que o integram. De facto, é um sector que se caracteriza por ser muito diversificado, pois engloba um conjunto de associações, associações mutualistas, cooperativas, fundações, IPSS, misericórdias, organizações de desenvolvimento local, ONGD, federações, uniões e confrarias, entre outras, e por isso torna-se um conceito de difícil limitação das suas linhas de fronteira. A sua complexidade também se deve à existência de uma diversidade de termos que definem o mesmo sector, como por exemplo, organizações e instituições não lucrativas ou sem fins lucrativos, economia social e/ou solidária, terceiro sector, terceiro sistema, economia alternativa e organizações não governamentais.

Apesar desta diversidade evidente, de realidades heterogéneas, de atuação em diferentes áreas e diferentes formas jurídicas e diferentes organizações, existem valores essenciais que partilham entre si e que fazem com que haja uma identificação com o sector da economia: o terceiro sector.

Segundo o diagnóstico das ONG em Portugal (2015) incluem-se no terceiro sector organizações que têm cumulativamente as seguintes características:

Têm personalidade jurídica que é de natureza civil e coletiva; são privadas, no sentido de nascerem da livre iniciativa da sociedade civil e, por isso, não pertencerem nem à administração direta ou indireta do Estado, nem à Administração Pública autónoma, nem à categoria de sociedades de interesse coletivo; Têm modos de governo autónomos relativamente ao Estado; Os seus clientes, que geralmente não coincidem com os seus utentes, são voluntários, no sentido de contribuírem em dinheiro, em espécie, ou em trabalho voluntário, da forma que entenderem, para a sustentabilidade económica destas organizações; A sua missão principal é o incentivo à ação coletiva para o desenvolvimento de relações mais solidárias dos seres humanos entre si e com o meio ambiente em que vivem; O resultado global da atividade destas organizações, quando cumprem essa missão principal, tem a natureza de um bem público (ex. redução da pobreza e outras formas de exclusão social, defesa dos Direitos Humanos, redução das disparidades regionais, proteção do ambiente, proteção do património cultural e arquitetónico, proteção civil, melhoria da saúde pública, produção de conhecimento do domínio público, etc.), mesmo quando os bens e serviços que providenciam individualmente aos seus utentes possam ser bens ou serviços privados, ou bens de clube, desde que estes bens e serviços sejam fornecidos em condições que não ponham em causa essa missão principal, mas antes sejam instrumentais para o seu cumprimento (ex. a produção de bens e serviços privados fornecidos abaixo do preço de custo pelas IPSS aos seus utentes que, doutra forma, não poderiam ter acesso a eles); Os excedentes que sejam gerados na atividade destas organizações são reinvestidos no cumprimento da sua missão, sem distribuição a dirigentes, a colaboradores, a utentes, ou a clientes; Os bens que constituem o património da organização são geridos num regime de «universalidade», ou seja, de maneira a beneficiar a sociedade em geral e não exclusivamente os

proprietários desse património, os dirigentes, os colaboradores, os associados, os clientes, ou os utentes da organização (Universidade Católica Portuguesa: 27).

Segundo a Conta Satélite de Economia Social (CSES) 2013, que faz uma caracterização da Economia Social em Portugal, em termos de dimensão relativa do sector, em 2010, o valor acrescentado bruto (VAB) da Economia Social representou 2,8% do VAB Nacional e 5,5% do emprego remunerado.

Outro aspeto importante é que das 55.383 unidades consideradas no âmbito da Economia Social em 2010 as associações e outras organizações da Economia Social representavam 94,0%, sendo responsáveis por 54,1% do VAB e 64,9% do emprego (ETC, equivalente tempo completo remunerado). As cooperativas constituem o segundo grupo de entidades da Economia Social com maior peso relativo, em termos de unidades VAB e remunerações.

Dentro do terceiro sector, as ONG destacam-se das outras organizações devido ao seu campo de atuação e às atividades que desenvolvem. No entanto, e mais uma vez, não é fácil encontrar uma denominação comum, visto que se olharmos para uma noção mais abrangente de ONG podemos encontrar tanto Instituições de Solidariedade Social, como Associações sem fins lucrativos, cooperativas ou fundações, clubes, etc

Para Franco e Campos (2007) as ONG são um grupo específico de organizações dentro do 3º sector, definidas como “(...) as organizações que desenvolvem projetos de apoio em países em desenvolvimento sendo financiadas e tendo a sua sede em países desenvolvidos”.

Em Portugal a legislação refere dois tipos de ONG as ONGD (Organizações não Governamentais de Desenvolvimento) e ONGA (Organizações não Governamentais de Ambiente).

As ONGA são associações dotadas de personalidade jurídica, constituídas nos termos da lei, que visam, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

As ONGD regem-se pela Lei n.º 66/98, de 14 de outubro na qual foi aprovado o Estatuto das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento Artigo 6.º: 1 – São objetivos das ONGD a conceção, a execução e o apoio a programas e projetos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de ações nos países em vias de desenvolvimento: a) De cooperação para o desenvolvimento; b) De assistência humanitária; c) De ajuda de emergência; d) De proteção e promoção dos Direitos Humanos. [...]. Em Portugal existe uma plataforma que as representa: Plataforma Portuguesa das ONGD.

Segundo o Guia das ONGD (2014) estas organizações regem-se por uma ação solidária orientada para os objetivos da comunidade e em conformidade com as prioridades identificadas em comum. Desta forma, assumem um papel de parceria para o desenvolvimento. Por outro lado, têm também um grande papel no que toca à sensibilização e formação de uma opinião pública informada e empenhada sobre as problemáticas dos países em desenvolvimento.

O guia também refere que todas as ONGD têm por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a igualdade de género, o direito à educação e a cuidados de saúde e o direito ao desenvolvimento sustentável e potenciador das capacidades humanas e económicas de cada país.

Segundo o Glossário de Cooperação do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) entende-se por ONGD uma “Organização sem fins lucrativos, ativa no domínio da cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária de emergência”. Esta definição faz ainda uma distinção tendo em conta as características geográficas. Desta forma, as ONGD nacionais “São organizações sem fins lucrativos, incluindo os organismos religiosos, as sociedades cooperativas e os sindicatos ativos no domínio do desenvolvimento cujos fundos de que dispõem provêm integral ou principalmente da economia do país doador” (esta definição inclui os organismos *ad-hoc* criados para recolher fundos para um objetivo específico que poderão desaparecer uma vez cumprido o seu objetivo). As ONGD internacionais são organismos ativos no domínio do desenvolvimento que possuem sede num determinado país e uma ou várias associações congêneres noutros países.

IV.2. O Percurso histórico

Atendendo à evolução histórica, as ONG em Portugal surgiram na década de 60 ligadas aos missionários e aos movimentos de libertação dos países que se encontravam ainda sob o regime colonial e tinham como principal objetivo dar início a uma cooperação descentralizada. Neste período temos ONG com uma ação do tipo mais caritativa e assistencialista de ajuda a emergência que procuravam a modernização e crescimento económico dos países recetores de ajuda.

Em Portugal até 1974 existiam três instituições não governamentais que atuavam no âmbito de intervenção na ajuda humanitária Cruz Vermelha, Cáritas e Fundação Calouste Gulbenkian.

Rebola (2004) afirma que, nos anos 70, as ONG assumiram uma atitude de mudança radical e por isso surgiram movimentos com base em três pressupostos: “os recursos naturais são finitos, os efeitos da industrialização são, a prazo, nocivos para o ambiente, a qualidade de vida para as populações e própria sobrevivência do planeta e, por fim, que o crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento”. (Rebola, 2004:39). Assim preparou-se o caminho para que nos anos 80 as ONG começassem a prestar mais atenção, aquando da sua ação, aos recursos locais, económicos e humanos materializando-se este pensamento em movimentos cooperativos, iniciativas locais de emprego, etc.

Após 1974, em Portugal, surgiu a primeira ONGD portuguesa, o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, atualmente CIDAC (Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral) que teve uma intervenção baseada na luta pela independência das colónias e solidariedade pelos movimentos de libertação.

Em Portugal, durante uma década (1974-1984) o CIDAC foi a única ONGD portuguesa que, desde a sua criação, desenvolveu atividades de cooperação e educação para o desenvolvimento, apesar de se terem criado, naqueles 10 anos, outras organizações que inscreviam nos seus objetivos a solidariedade e a cooperação entre os povos. (Ribeiro e Marques, 2002: 132).

Foi com a entrada de Portugal na CEE (1985) que se intensificou o processo de criação de ONG em Portugal, levando a que em 1989 acontecesse a primeira reunião da plataforma com 13 organizações associadas. Esta plataforma nasce da vontade das ONG que estavam empenhadas em responder aos

“pedidos” das instâncias internacionais que proclamavam que o auxílio aos países em desenvolvimento era um dever.

Nos anos 90 surge o conceito de “parceria para o desenvolvimento” iniciando-se uma ação concertada entre os Estados e as ONG.

Em Portugal, este período foi importante para o movimento associativista, pois os problemas vivenciados nesta época a nível da execução de políticas públicas e as suas consequências ao nível das populações, levaram a que a sociedade civil se organizasse criando respostas e recolocando a questão da participação. Foram também trazidos para debate público novos temas como: o aprofundamento da democracia, ambiente, transportes, saúde pública, desenvolvimento, etc) (Rebola, 2004).

Um dos acontecimentos mais importantes para a Cooperação para o Desenvolvimento em Portugal foi a situação ocorrida em Timor Leste em que as ONGD portuguesas levaram a cabo um trabalho muito grande a nível de assistência humanitária em diversas áreas, melhorando as condições de vida do povo timorense.

A plataforma Nacional foi constituída em 1999, através de escritura pública, como associação de âmbito nacional com personalidade jurídica e sem fins lucrativos. A plataforma das ONGD é uma associação privada sem fins lucrativos que representa e apoia as ONGD portuguesas nacional e internacionalmente, procurando potenciar as capacidades das ONGD (Guia das ONGD, 2012).

Muitos são os desafios que se colocam às ONG portuguesas, em diferentes épocas e até aos nossos dias. Segundo as conclusões de Rebola, no período do seu estudo, em 2004, as ONG portuguesas passavam por diferentes desafios como: I) – falta de uma cultura de cooperação nacional, II) – falta de reconhecimento do seu trabalho, por parte da opinião pública, comunicação social e Estado e III) – escasso apoio financeiro do Estado, grandes dificuldades de acesso às linhas de financiamento comunitário e internacionais, a par dos reduzidos resultados do Mecenato para o Desenvolvimento.

Desta forma a autora conclui que as ONGD enfrentam três grandes desafios; I) - manutenção da autonomia, independência e princípios, II) – diversificação das fontes de financiamento e III) – formação e sensibilização, impondo-se uma reflexão conjunta, de todos os atores do Desenvolvimento sobre a sua situação atual e a rápida implementação de medidas ao nível político, legislativo, financeiro, administrativo e operacional, que garantam um clima mais propício ao reconhecimento pleno do seu direito de atuação, enquanto organizações da sociedade civil e que conduzam ao aproveitamento das suas capacidades e potencialidades.

Apesar de este estudo ser de 2004, a maior parte destes desafios, continuam atuais como veremos nas páginas seguintes.

IV.3. ODS a Nível Nacional

Seguindo a tendência internacional, nos últimos anos dos ODM, também em Portugal se começou a fazer um balanço dos ODM e a perspetivar a nova agenda.

Em 2014, o PNUD lançou o desafio de uma consulta em Portugal sobre a Implementação Local da Agenda de Desenvolvimento Global pós-2015 integrada no *The World We Want*, “Pesquisa Global das Nações Unidas por um Mundo Melhor”.

Foi um processo que teve pouca participação com total de 433 pessoas. No relatório final conclui-se que esta falta de participação foi especialmente visível nos workshops onde participaram apenas 60 pessoas. O relatório aponta dois fatores para explicar o sucedido: por um lado o calendário apertado das organizações e por outro “(...) tal como acontece com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, a agenda pós-2015 ainda é percecionada por muitas organizações como um problema do sector da cooperação para o desenvolvimento e, portanto, não é vista como prioridade para muitas delas (...)” (The World We Want, PNUD, 2014: 7).

É importante olhar para este documento pois faz uma síntese dos principais obstáculos à implementação dos ODM em Portugal, entre os quais: a falta de consulta nas comunidades locais, a não inclusão de detalhes sobre a responsabilidade dos países desenvolvidos, o facto de estes ignorarem a capacidade real de implementação de programas e projetos e alingagem demasiado técnica e pouco clara utilizada pelos ODM.

Como desafios apresenta a falta de comunicação e de conhecimento sobre a agenda que pode ser colmatada apostando na importância dos meios de comunicação, da educação para o desenvolvimento e da educação para a cidadania global.

Foram ainda referidos o facto dos currículos escolares não integrarem questões globais de desenvolvimento e cidadania, a pesada burocracia, a corrupção e a legislação inadequada.

Como recomendações para a nova agenda o documento refere a necessidade de combinar a Agenda Pós-2015 com as políticas nacionais e locais existentes, ter uma comunicação clara, ser integrada no conceito de desenvolvimento sustentável e nos currículos escolares, e haver um reforço ao nível do governo local e das redes sociais.

Por fim, refere que tudo isto só faz sentido se tivermos uma agenda que assente nos Direitos Humanos, pois é a única forma possível de assegurar o equilíbrio entre as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental).

Nos últimos anos dos ODM (sensivelmente a partir de 2012) várias organizações internacionais, governos e sociedade civil organizada promoveram consultas e reflexões dando os seus contributos sobre aquilo que queriam ver incluído na nova agenda.

O Instituto Camões em Portugal constituiu um grupo de trabalho sobre a agenda pós-2015 constituída por diferentes organizações da sociedade civil.

Em linhas gerais o documento do grupo de trabalho “Documento da Posição de Portugal sobre a Agenda pós 2015” (2014) refere que a agenda deveria ter uma abordagem assente nos Direitos Humanos pois são indissociáveis do desenvolvimento sustentável. Defende ainda que deveria ser dada maior atenção na futura agenda a questões relacionadas com paz e segurança, Estado de direito, boa governação e promoção das capacidades. Questões ambientais como o combate às alterações

climáticas, e prioridade à conservação. e utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos foram considerados prioritários em Portugal (ver tabela 3.1).

Portugal defende como temas prioritários que devem de ser refletidos em objetivos específicos da agenda pós-2015:

- 1- Erradicação da pobreza;
- 2- A consecução da igualdade de género, e empoderamento das mulheres e das raparigas a nível mundial;
- 3- A prevenção e erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres, meninas e raparigas;
- 4- O alcance de uma vida saudável para todas as pessoas;
- 5- A oferta de educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas;
- 6- A erradicação da fome, a melhoria da nutrição e a promoção da agricultura sustentável;
- 7- A promoção de sociedades pacíficas e inclusivas;
- 8- A possibilidade de acesso à justiça para todas as pessoas, e a criação de instituições eficazes e capazes;
- 9- A conservação e promoção da utilização sustentável da água e saneamento para todas as pessoas;
- 10- A garantia de acesso e gestão sustentável da água e saneamento para todas as pessoas;
- 11- A promoção do crescimento económico inclusivo e sustentável e o emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todas as pessoas;
- 12- A garantia de acesso à energia sustentável, fiável e a preços acessíveis sustentável para todas as pessoas;
- 13- Combate às alterações climáticas e seus impactos
- 14- A proteção e uso sustentável dos ecossistemas terrestres, a gestão sustentável das florestas, e o combate à desertificação, à degradação das terras e à perda de biodiversidade.

Tabela 31- Temas prioritários que devem de ser refletidos em objetivos específicos da agenda pós-2015 - Camões

A Plataforma Portuguesa das ONGD também apresentou recomendações daquilo que em termos estruturais a agenda deveria contemplar de forma a superar as falhas da agenda anterior (tabela 3.2). Dois aspetos já referenciados nos documentos anteriores estão novamente aqui apresentados, como a necessidade de uma agenda que assente nos Direitos Humanos e mecanismos de prestação de contas, e de maior transparência e acesso à informação.

É necessário que a nova Agenda Pós-2015:

- Reconheça que a situação mundial se alterou substancialmente na última década e que o atual modelo de desenvolvimento não corresponde às exigências e desafios globais. A nova agenda de desenvolvimento deve assim articular coerentemente a agenda de desenvolvimento humano e a agenda de Desenvolvimento sustentável
- Assimile e incorpore as lições aprendidas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, passando de uma abordagem essencialmente assistencialista para uma abordagem cuja centralidade são as pessoas e o respeito pela sua dignidade
- Crie um quadro, assente na realização dos Direitos Humanos de forma holística e integrada e no Direito ao Desenvolvimento. Para isso, os novos objetivos e metas de Desenvolvimento devem estar alinhados e ser coerentes com os instrumentos internacionais de Direitos Humanos para todos
- Seja universal, embora atenta e adaptada a novos contextos locais e às metas e prioridades definidas localmente, procurando envolver sempre atores locais na intervenção;
- Incorpore mecanismos de responsabilização política e de prestação de contas por parte de vários *stakeholders* de Desenvolvimento;
- Coloque as instituições, os mecanismos e os processos existentes na ONU para monitorização, avaliação, recomendação e responsabilização dos vários países sobre a sua situação de Direitos Humanos ao serviço da monitorização, avaliação, recomendação e responsabilização sobre os objetivos pós-2015;
- Promove a transparência e o acesso à informação para que possam ser ativados os mecanismos de responsabilização;
- Defina metas mensuráveis qualitativamente, analisando o progresso dos diversos objetivos com recurso a indicadores multidimensionais (equilíbrio entre indicadores qualitativos e quantitativos);
- Reconheça e assegure o papel central da sociedade civil na promoção do Desenvolvimento inclusivo e estimule a criação de alianças mais amplas e abrangentes de organizações da sociedade civil, de forma a fazer pressão e responsabilizar os seus governos pelos compromissos assumidos.

Tabela 3.2 - recomendações da Plataforma Portuguesa das ONGD

As ONGD também promoveram momentos de reflexão e publicaram as suas recomendações. A ONGD a Par- Respostas Sociais, promoveu um seminário do qual saiu uma publicação onde constam os contributos dos oradores presentes.

Como aspetos essenciais a estarem presentes na nova agenda Mónica Ferro, ex-deputada com grande envolvimento nos assuntos parlamentares ligados ao desenvolvimento refere que:

o futuro quadro de referência mundial para o desenvolvimento deverá ser universal, mas contextualizado nacionalmente, mensurável, mas com ênfase na qualidade dos desempenhos, erigir o direito a uma vida saudável como estruturante do que ser desenvolvido significa e, dentro deste, o acesso universal aos serviços, produtos e métodos de saúde sexual e reprodutiva como condição *sine qua non* de empoderamento das raparigas e das mulheres no topo da agenda (como aliás o afirmou o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português no evento dedicado aos ODM, nas Nações Unidas em 25 de outubro); centrando essa agenda nos jovens. Nas necessidades dos jovens- na escolarização, na formação no acesso à saúde (...) mas também no seu potencial. (Par- Respostas Sociais, 2013, p.14).

Pedro Krupenksi, outro dos oradores do seminário, refere também a importância da nova agenda assentar nos padrões e instrumentos universais dos Direitos Humanos garantindo dessa forma o seu carácter universal e indivisível, a criação de vários indicadores de avaliação de implementação e de aplicação, e mecanismos de responsabilização e monitorização.

Com a entrada em vigor dos ODS em janeiro de 2016, Portugal fez a apresentação da nova lista, aproveitando a data para lançar a Consulta Pública e a Aliança para os ODS, no dia 20 de janeiro de 2016.

A Aliança para os ODS foi criada pela United Nations Global Compact (UNGC) e a Global Compact Network Portugal (GCNP) de forma a dar a contribuição do sector empresarial na persecução dos ODS com o objetivo geral, segundo os termos de referência, de

criar sensibilização, informação, concretização, monitorização e avaliação da contribuição do Sector empresarial para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente em Portugal, podendo também envolver-se com projetos de outros países, nomeadamente os países abrangidos pela Cooperação portuguesa e Europeia (Global Compact Network Portugal, s.a).

A Consulta Pública Nacional foi gerida por um conjunto de coletivos de organizações¹¹ da sociedade civil que realizaram 7 workshops por todo o país com o objetivo de recolher contributos sobre o papel que as organizações da sociedade civil deverão ter durante a implementação da agenda 2030 (nível nacional, regional e local), que sugestões podem dar a quem governa (líderes nacionais) para a concretização da agenda 2030 (níveis nacional, regional e local) e sendo a Agenda 2030 uma Agenda Universal, que responsabilidade/compromisso deverá haver na relação entre (agentes dos) países desenvolvidos e (agentes dos) países em desenvolvimento?

¹¹ Plataforma das ONGD, Conselho Nacional de Juventude, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

V. Estratégia de Investigação

A investigação desenvolvida constitui-se como um estudo exploratório; como tal, não pretende ser extrapolada ao conjunto da população das ONGD portuguesas. Decidiu-se centrar o estudo nas ONGD, dado o papel mais ativo que tiveram no âmbito dos ODM, sendo por isso informadores privilegiados para o estudo desta dissertação.

Em relação à metodologia de investigação, numa primeira fase, recorreremos à recolha de informação existente sobre cada ONGD utilizando o Guia das ONGD portuguesas (2014) que forneceu informações gerais sobre as ONGD inscritas na Plataforma Portuguesa das ONGD.

Numa segunda fase foi necessário realizar um aprofundamento sobre o tema em análise. Como este objetivo solicitava uma reflexão, a técnica de recolha de dados escolhida foi a entrevista, dada a natureza qualitativa dos dados que se pretendiam recolher. Adicionalmente foi realizada uma análise documental (análise de brochuras, panfletos e publicações de projetos na área dos ODM e ODS) que permitiu complementar a informação disponibilizada nas entrevistas.

V.1. Metodologia

A metodologia deste estudo incluiu uma entrevista exploratória (fase de delineamento do estudo) e entrevistas e análise documental (estudo propriamente dito):

- Entrevista exploratória – numa fase inicial do estudo para contextualização e reconhecimento do tema junto da Plataforma Portuguesa das ONGD;
- Entrevista – entrevista presencial ao representante de cada ONGD incluída na amostra do estudo;
- Análise documental - para complementaridade das informações recolhidas nas entrevistas.

Entrevista exploratória foi realizada para permitir conhecer o contexto das ONGD, para ajudar a estabelecer critérios de seleção da amostra, para ajudar a definir critérios de operacionalização do estudo).

Visto que este trabalho de investigação assenta sobre a “perceção” a entrevista é um método privilegiado na recolha deste tipo de dados, uma vez que se pretende explorar o sentido e/ou interpretações de acontecimentos, bem como a leitura e reflexões dos mesmos. Segundo Quivy e Campenhoudt (1998) a entrevista é o método mais adequado para a problemática que este trabalho de investigação pretende estudar, pois “(...) permite ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 192).

As entrevistas foram realizadas através de uma comunicação direta semiestruturada: direta porque foi apresentado previamente o tema do questionário aos inquiridos; semiestruturada para permitir compreender o sentido que os atores atribuíram às diferentes temáticas, e incentivar à espontaneidade dando mais flexibilidade à entrevista.

Foi então construído um guião tendo em conta os pontos de análise definidos para a investigação, organizado em questões e tópicos (ver anexo D). As questões do guião foram um misto de questões

abertas e fechadas (com predominância de questões abertas), dando oportunidade aos entrevistados de falar livremente sobre o tema, dando, sempre que possível, uma opinião.

Para cada ONGD estudada foi escolhido pela própria organização um representante que foi o sujeito entrevistado; as informações e opiniões facultadas durante a entrevista foram assumidas como representativas da ONGD e não interpretadas como reflexões individuais.

Ao longo do período de recolha de entrevistas, um dos principais desafios de operacionalização foi a conciliação de agendas com as ONGD, visto que se encontravam num período importante de submissão de candidaturas.

Depois de realizadas entrevistas com todas as ONGD selecionadas para este estudo, considerou-se pertinente entrevistar a Plataforma Portuguesa das ONGD para validar algumas das informações dadas pelas ONGD referentes a esta plataforma. Foram realizadas várias tentativas de contacto com esta entidade, que não obtiveram resposta em tempo útil à realização desta dissertação. Na impossibilidade de realização desta entrevista, optou-se por recorrer aos documentos publicados pela plataforma, considerando-se como fontes válidas da visão da instituição sobre este tema.

A análise documental foi realizada através da consulta de publicações das ONGD, recomendações de instituições e documentos oficiais disponíveis online e acedidos até março de 2017.

A análise documental teve como objetivo condensar e analisar as informações provenientes das diferentes fontes e organizá-las de forma a complementar e contextualizar as informações fornecidas pelas ONGD nas entrevistas.

V.2. Caracterização da Amostra:

Atendendo ao elevado número ONGD portuguesas foi necessário, para permitir a operacionalização do estudo, estabelecer critérios de seleção para definir uma amostra de conveniência constituída pelas organizações que seriam submetidas a entrevista para recolha de informação qualitativa.

Assim, constituíram-se como critérios de inclusão no estudo os seguintes:

- ONGD inscrita na plataforma das ONGD;
- ONGD que trabalhe nas áreas de cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento;
- ONGD com trabalho e/ou posicionamento crítico na área dos ODM e/ou ODS;
- ONGD com sede física na área geográfica de Lisboa.

Foram definidos os seguintes critérios de exclusão:

- ONGD que não cumpra simultaneamente todos os critérios de inclusão;
- ONGD que recuse em participar no estudo.
- ONGD cujo representado entrevistado não possua conhecimentos sobre o tema em estudo (ODM e ODS)

Foram incluídas ONGD que cumprissem simultaneamente todos os critérios de inclusão e que não cumprissem nenhum dos critérios de exclusão.

Da aplicação destes critérios resultou uma amostra final constituída por 5 ONGD:

- CIDAC (Centro de Investigação e Documentação Amílcar Cabral)
- IMVF (Instituto Marquês Vale de Flor)
- FGS (Fundação Gonçalo da Silveira)
- Aidglobal
- Par- Respostas Sociais

V.3. Breve descrição das ONGD

ENTREVISTA	ONGD	<i>DESCRIÇÃO¹²</i>
<p>Entrevista A</p> <p>Representante Entrevistado:</p> <p>Nome: J. A</p> <p>Função: responsável pela área de educação para o desenvolvimento</p>	<p>CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral</p>	<p>O CIDAC iniciou a sua atividade em Maio de 1974 e tem pautado sempre a sua ação por um conjunto de valores, dos quais destacamos: a solidariedade, a justiça nas relações internacionais, o reconhecimento e a valorização das identidades e dos recursos locais, o papel específico da sociedade civil na procura e na construção de soluções alternativas, a independência e autonomia face aos poderes instituídos e a intervenção com outros – em rede, em parceria... Mantemos a vontade de estar atentos, de conseguir interpretar criticamente e deixar-nos interpelar pelas realidades e acontecimentos do mundo em que vivemos. Assim tem evoluído o nosso pensamento e a nossa ação. Verificámos como era importante fazer escolhas e centrar a nossa intervenção em temáticas fundamentais no contexto do Desenvolvimento, nomeadamente a Educação para o Desenvolvimento e o Comércio Justo na perspetiva da Economia Social e Solidária e da Soberania Alimentar. Esta opção permite-nos evitar a dispersão, ganhar conhecimentos e capacidades e dar contributos específicos mais aprofundados. Para concretizarmos a nossa intervenção, estruturamo-nos em três núcleos de trabalho: Centro de Recursos para o Desenvolvimento, Loja de Comércio Justo e Cooperação para o Desenvolvimento. Acreditamos que esta estruturação contribui para uma Maior abertura à comunidade onde estamos inseridos e para a aproximação a públicos diversificados</p>
<p>Entrevista – B</p> <p>Representante Entrevistado:</p> <p>Nome: M.S</p> <p>Função: técnica de Projeto</p>	<p>IMVF- Instituto Marquês de Valle Flor</p>	<p>Fundado em 1951 por vontade de Dona Maria do Carmo Constantino Ferreira Pinto, Marquesa de Valle Flôr, em homenagem ao seu falecido marido, o Marquês de Valle Flôr, e ao seu filho, José Luís de Valle Flôr, 2º Marquês de Valle Flôr, o IMVF começou por centrar a sua atividade na realização de estudos científicos, apoio à investigação e melhoria das condições socioeconómicas nos países de língua portuguesa, essencialmente na Ilha de São Tomé. A adesão de Portugal à CEE, em 1985, marca uma nova etapa na atuação do IMVF. Iniciam-se novas parcerias e a atividade do Instituto alarga-se a projetos de Desenvolvimento, na área da Cooperação e Educação bem como de Ajuda Humanitária de Emergência, considerados atualmente os pilares da sua atuação. Desde 2001, o IMVF está presente em Portugal e em todos os países da CPLP, sendo hoje responsável pela gestão de cerca de 25 projetos nos mais diversos sectores, entre os quais Saúde, Educação, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural, Capacitação e Fortalecimento Institucional, Sustentabilidade Ambiental, Cultura e Turismo Sustentável e Cidadania Global. Hoje, com mais de 60 anos de trabalho, o IMVF procura responder aos desafios do presente, ciente de que a crise económica mundial veio acentuar as dificuldades das populações mais vulneráveis.</p>
<p>Entrevista – C</p>		<p>A FGS – Fundação Gonçalo da Silveira foi constituída em abril de 2004 por iniciativa da Província Portuguesa da Companhia de</p>

¹² Descrições que constam do Guia das ONGD da Plataforma Portuguesa das ONGD

<p>Representante Entrevistado:</p> <p>Nome: T.C e .M</p> <p>Função: Diretora Técnica e Executiva e Técnico de Projeto</p>	<p>FGS - Fundação Gonçalo da Silveira</p>	<p>Jesus. O seu propósito inicial foi a coordenação e apoio às missões dos jesuítas, resultado da preocupação da Província com o impacto do seu trabalho no terreno. Em quase 10 anos de existência o aprofundamento do conhecimento de terreno, a identificação de necessidades de intervenção e a concretização de novas parcerias conduziram a um alargamento do âmbito de atuação da FGS intervindo hoje nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, da Educação para a Cidadania Global e da Ajuda Humanitária e de Emergência. O seu percurso inclui a gestão de projetos de Cooperação em Moçambique e Timor-Leste, a coordenação de campanhas educativas em Portugal, nomeadamente a Campanha Global pela Educação, e ainda a promoção de campanhas de advocacia e de Apoio Humanitário e de Emergência. A sua visão é a de um mundo mais justo e humano, onde todos vivam dignamente em liberdade e equidade, em harmonia e respeito pela natureza.</p>
<p>Entrevista – D</p> <p>Representante Entrevistado:</p> <p>Nome: M.S</p> <p>Função: Técnica de Projetos</p>	<p>Par-Respostas sociais</p>	<p>A Associação PAR – Respostas Sociais é uma associação sem fins lucrativos, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social e Organização Não Governamental para o Desenvolvimento. A sua criação surge na sequência de um processo de crescimento da Associação Juvenil Jovem a Jovem (AJJJ), criada em 1994. A Associação PAR viria a nascer em 2006, enquanto expressão do desejo de alargar a acção desenvolvida pela Associação Jovem a Jovem a novas áreas, de forma a promover, de forma sustentável, o desenvolvimento de mais pessoas, grupos e comunidades. A Associação PAR pretende oferecer a pessoas, grupos e/ou comunidades um conjunto de respostas integradas e individualizadas, tendo em vista a promoção do seu desenvolvimento e bem-estar, mediante um processo de descoberta e de valorização das suas capacidades e possibilidades. Neste sentido, apostando em rigorosos princípios éticos, científicos e pessoais e dispondo de uma equipa interdisciplinar de profissionais, propõe-se com o apoio dos seus sócios/as e entidades parceiras a desenvolver e disponibilizar respostas sociais de excelência nas áreas da Educação e Formação, Intervenção Social, Comunitária e Saúde.</p>
<p>Entrevista E-Aidglobal</p> <p>Representante Entrevistado:</p> <p>Nome: S.L</p> <p>Função: Gestora do Gabinete de Projetos</p>	<p>Aidglobal – Ação e integração para o desenvolvimento global</p>	<p>A AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global nasceu, em 2006, após uma experiência de voluntariado da sua fundadora, Susana Damasceno, em Moçambique, para perseguir um sonho: que todas as crianças tenham acesso à Educação e aos livros. Foi assim que se iniciou um programa denominado “Passaporte para a Leitura” de apoio integrado às bibliotecas municipais e escolares, na Província de Gaza, em Moçambique, para além de outros projetos pontuais realizados na Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Este programa integra-se na Visão da Organização. A AIDGLOBAL ambiciona um mundo mais justo, igualitário e sustentável com elevados níveis de literacia e educação, inerentes a uma cidadania ativa.</p>

Tabela 4.1- Descrição das ONGD entrevistadas

VI. Resultados

VI.1. Nota metodológica

Este capítulo não pretende ser uma descrição exaustiva de todos os acontecimentos e projetos que decorreram em Portugal na área dos ODM e ODS ele é o resultado de uma análise e sistematização da informação recolhida nas entrevistas da qual resultaram dados qualitativos que realçam os pontos mais importantes sobre este tema na ótica das ONGD.

Após análise estes dados qualitativos foram agrupados em doze categorias. Estas categorias serão analisadas e acompanhadas de análise documental quando disponível.

Por estarem co-relacionadas a categoria 2 e 3 serão analisadas em conjunto.

Categoria	Designação
Categoria 1	Perceção da trajetória dos ODM em Portugal
Categoria 2	Posicionamento das ONGD face aos ODM
Categoria 3	Projetos das ONGD face aos ODM
Categoria 4	Outros projetos e iniciativas referidos pelas ONGD
Categoria 5	Aspetos positivos dos ODM
Categoria 6	Limitações dos ODM
Categoria 7	Perceção da trajetória dos ODS em Portugal
Categoria 8	Posicionamento das ONGD face aos ODS
Categoria 9	Projetos das ONGD sobre os ODS
Categoria 10	Limitações dos ODS
Categoria 11	Aspetos positivos dos ODS
Categoria 12	Desafios para as ONGD

Tabela 4.2 - Categorias de análise

VI.2.As ONGD e os ODM

VI.2.1.1. Categoria 1: Perceção da trajetória dos ODM em Portugal

ONGD como principal agente

Embora várias organizações e instituições tenham tido atividades sobre e para os ODM, foram as ONGD de todo o mundo um dos principais agentes para a implementação de projetos que concorreram diretamente para a concretização das metas e sensibilização para os objetivos.

No nosso país, a atuação das ONGD para os ODM aconteceu essencialmente nos países beneficiários de ajuda, nomeadamente da CPLP e Estados prioritários, mas principalmente no próprio país na competência de educação para o desenvolvimento.

Ao pensarmos no porquê de terem sido as ONGD as principais impulsionadoras, podemos concluir que as mesmas têm características estruturais que as tornam agentes privilegiados para a disseminação destas listas de objetivos, destacando-se de outras organizações da sociedade civil. Esta é uma opinião

partilhada pelas ONGD entrevistadas “[as ONGD] são um dos atores fundamentais, porque são as ONGD que têm projetos estruturados e uma atuação estruturada ao longo do tempo” (entrevista D). Como características importantes para este tipo de trabalho destaca-se o facto de algumas delas já trabalharem anteriormente sobre os temas que a agenda veio contemplar, possuindo um grande *know how* de aplicação prática dos mesmos. As ONGD de cooperação destacam-se ainda pela forte capacidade de trabalho em parceria, de adaptação às necessidades de cada comunidade e de inovação e experimentação.

É também de referir que na valência de educação para o desenvolvimento são as ONGD as promotoras de momentos de discussão e reflexão. São ainda responsáveis pela autoria de diversas publicações, recomendações e manuais sobre esta temática (ED), além de terem parcerias estabelecidas com importantes instituições da sociedade como escolas, universidades, autarquias, etc.

Por todos estes motivos, foram as ONGD que mais discutiram, se interessaram e trabalharam sobre o tema, e por isso mesmo se constituem como elementos informadores-chave neste estudo.

Nas entrevistas foi consensual que em Portugal as ONGD são as principais impulsionadoras dos projetos que focavam os ODM: “Nos ODM foram ONGD e ponto. Por isso é que a coisa não avançou” (entrevista D). Contudo, muitas das ONGD também referem que pertencem a um sector com pouca expressão no país pelo que a sua ação nos ODM teve pouco impacto: “(...) somos um sector pequeno, não conseguimos chegar a todo o lado”. “O pouco que se sabe sobre os ODM em Portugal deve-se às ONGD portuguesas e à sociedade civil, mas como não têm grande expressão o nosso papel é um pouco redutor” (entrevista B).

Para além disso, algumas referem que as ONGD não têm força para influenciar políticas e impor uma agenda “(...) os grandes debates fazem-se sem nós, as grandes opções fazem-se sem nós (..) e acho que nos falta um pouco essa afirmação de ideias e advocacia social” (entrevista B).

Desconhecimento face aos primeiros anos

Os ODM foram aprovados no ano de 2000; verificou-se por parte das ONGD entrevistadas grande desconhecimento sobre como foram os primeiros anos “de vida” destes objetivos em Portugal, tendo a perceção de que não era um assunto de que se ouvisse falar muito. “Como chegaram os oito? não conheci o detalhe o progresso” (entrevista E) “Não tenho muita noção tenho um pouco mais em comparação com os ODS” (entrevista D).

Este desconhecimento poderá ser explicado pelo facto dos entrevistados serem jovens (entre os 20-30 anos) condicionando que nessa altura ainda não trabalhassem nesta área, e também por ainda não terem sido criadas a maior parte das organizações entrevistadas nesses anos iniciais.

No entanto, mesmo passados alguns anos após a oficialização dos objetivos, as ONGD continuam a afirmar que nos primeiros anos não se ouvia falar muito sobre o assunto. Na entrevista C, a entrevistada refere que no ano de fundação da sua organização, em 2004, ainda não se falava muito sobre o tema e que as candidaturas do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, atual Camões) não

pedia para especificar “a que ODM está a fazer referência” prática habitual nos anos seguintes e atualmente com os ODS.

Pouco envolvimento político

Portugal retificou os ODM enquanto Estado Membro e inclui-os nas suas prioridades para a cooperação (... os ODM servem à cooperação portuguesa, tal como servem à cooperação de muitos dos países mais evoluídos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, como um guião fundamental para as escolhas que têm de se efetuar, atendendo à harmonia entre os valores fundamentais da política externa portuguesa e os valores subjacentes aos ODM (IPAD, ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006: 9-20).

No entanto, a perceção das ONGD é de que não houve grande envolvimento político nem debates sobre o assunto na Assembleia da República “(...) eu acho que passou um pedacinho à margem de toda a gente como ia funcionar a agenda, tirando as ONGD que sabiam que isto se estava a passar, tenho grandes dúvidas que mais ministérios tivessem envolvidos” (entrevista B).” Não sei como foi trabalhada a nível político e governamental, não houve um envolvimento assim tão grande quanto poderia ter havido, foi mais o terceiro sector a focar-se nisso” (entrevista E).

VI.2.1.2. Categoria 2: Posicionamento das ONGD face aos ODM

VI.2.1.3. Categoria 3: Projetos ODM das ONGD

Olhando para os projetos das ONGD entrevistadas, verificamos que surgiram de diferentes motivações. Para algumas ONGD, como a FGS, o conhecimento e a vontade de trabalhar com os ODM surgiu de uma parceria com uma ONGD que já tinha projetos que trabalhavam a agenda e o que a organização fez foi trazer esse modelo e aplica-lo em Portugal. Para a Par – Respostas Sociais o projeto com os ODM surgiu através da Campanha do Milénio. Outras organizações como a Aidglobal e IMVF referiram que faz parte do seu trabalho estarem atentas aos enquadramentos internacionais, sendo que esta última também criou projetos na fase final dos ODM devido aos resultados do Eurobarómetro que concluíam que havia um grande desconhecimento sobre o tema em Portugal.

Devido ao seu posicionamento crítico em relação aos ODM o CIDAC não teve nenhum projeto criado com o propósito de trabalhar os ODM embora afirme que os seus projetos de cooperação para o desenvolvimento acabassem por tocar em alguns dos temas dos objetivos.

Podemos verificar que as ONGD que se posicionam como menos críticas em relação aos ODM são aquelas que acabam por criar projetos específicos para trabalhá-los, enquanto que as moderadas e mais críticas apenas adaptam projetos que já estivessem a decorrer.

Em relação aos projetos, de forma a facilitar a exposição dividimos em quatro categorias:

- Projetos Originais em educação para o desenvolvimento (projetos dentro da área de ED que foram especificamente criados com o objetivo de sensibilizar, educar e refletir sobre os ODM)
- Projetos adaptados em educação para o desenvolvimento (projetos dentro da área de ED que já existiam nas ONGD, mas que passaram a integrar o tema dos ODM)

- Projetos Originais em cooperação para o desenvolvimento (projetos dentro da área de cooperação para o desenvolvimento originalmente criados para concorrer para a realização das metas dos ODM)
- Projetos Adaptados em cooperação para o desenvolvimento (projetos dentro da área de cooperação para o desenvolvimento que já existiam e que passam a integrar metas dos ODM, ou concorrem para alguns dos seus temas)

Das ONGD entrevistadas a primeira a ter um projeto criado de raiz para divulgar os ODM em Portugal foi a Fundação Gonçalo da Silveira, embora tenha trazido um modelo de projeto de uma ONGD espanhola. O seu projeto “M=” procurou abordar os ODM em escolas e foi um projeto financiado pelo AICIDI (Alto Comissariado para as Migrações e Diálogo Intercultural) e pelo IPAD (atual Camões). Mais tarde, foram contactados pela Agência Objetivo 2015, que foi a representante da *Millennium Campaign* em Portugal, com a qual trabalharam 4 anos e que apoiou o projeto sobretudo com materiais e algum tipo de financiamento. Depois destes quatro anos esta ONGD direcionou o projeto para a Campanha Global pela Educação (CGE) trabalhando apenas o ODM ligado à Educação. Este foi um projeto muito importante para a FGS pois permitiu ter pela primeira vez na sua organização um projeto ligado à educação para o desenvolvimento.

De 2006 (um ano depois da sua fundação) até 2014, a Aidglobal, apesar de nunca tenha criado nenhum projeto específico sobre os ODM, começou a integrar os objetivos na sua formação de professores e em sessões de workshops que desenvolvia com jovens: “Começamos a trabalhar os ODM porque respondiam muito à ED, e nós, conhecendo a agenda internacional, porque somos do sector do desenvolvimento, e à semelhança do que as outras ONGD parceiras e do sector faziam, achamos que podíamos trazer esta agenda para enquadrar e falar dela nos nossos projetos” (entrevista E).

Apadrinhada pela Campanha do Milénio das Nações Unidas em Portugal, a Par-Respostas Sociais desenvolveu um projeto “Agência ODM” que começou em 2007 com a ação “Desperta contra a Pobreza”. Esta ação realizou inúmeras atividades na área de ED e organizou várias ações de formação (para mais de 400 jovens) que tinham como mote os ODM.

Esta organização desenvolveu ainda mais dois projetos sobre os ODM: o *ODM Campus Challenge*, um projeto financiado pelo Camões que colocou em competição jovens universitários em prol dos ODM e o projeto “Agência ODM para jovens universitários” entre 2008 e 2011 que foi reconhecido na World Summit Youth Awards 2011. Este projeto procurou capacitar um grupo de jovens (de Portugal Guiné e Cabo Verde) em torno de temas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e foi financiado pela CPLP

Após nove anos de vigência dos ODM, o Eurobarómetro *Development Aid in times of Economic Turmoil* (2009) revelou que, apesar de ter havido alguns progressos, existia um considerável desconhecimento da população europeia sobre os ODM: menos de 24% dos inquiridos nesta sondagem conhecem a existência dos mesmos.

Curiosamente Portugal encontrava-se acima da média europeia com 35% dos portugueses a responderem afirmativamente à pergunta “alguma vez ouviu falar dos ODM?”. Segundo o *Peer Review 2010 Portugal* elaborado pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, estes valores

podem justificar-se com a campanha de sensibilização para os ODM financiada pelo IPAD (OECD, 2010: 32).

A partir de 2011, o contexto europeu e português no que se refere à cooperação para o desenvolvimento não foi nada favorável para as ONGD. Num comunicado de imprensa “Portugal longe de cumprir os seus compromissos relativamente à Ajuda Pública ao Desenvolvimento” a Plataforma Portuguesa das ONGD refere que “A maioria dos Estados membros da União Europeia (EU) incluindo Portugal, não alcançou os objetivos a que se propuseram em termos de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), comprometendo assim os esforços globais para alcançar os ODM” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2011: 1).

Este cenário não se alterou nos anos seguintes. Em junho de 2012 (três anos antes de acabar o prazo de cumprimento dos ODM) foi notória, em Portugal, a redução das verbas destinadas ao cofinanciamento de projetos de ONGD. Segundo Oliveira (2013) em 2012 e 2013 assistiu-se a um corte abrupto de cerca de 53% do financiamento de projetos a ONGD portuguesas através da linha disponibilizada pelo Camões (quando comparado com 2011). O mesmo documento afirma que para os dois anos o montante disponibilizado para projetos de cooperação para o desenvolvimento rondou os 1,2 milhões de euros enquanto as iniciativas de educação para o desenvolvimento se fixaram nos 400 mil euros, revelando um desinvestimento total nesta área. Segundo Oliveira (2013) o volume de financiamento total (que engloba o montante disponibilizado por via de concurso anual e também por adjudicação direta) sofreu um corte de cerca de 30% em 2012. Estes cortes aconteceram na sequência das restrições que foram feitas ao orçamento de Estado e da necessidade de controlo do défice público. Todo este contexto levou a que, dois anos antes de terminar o prazo dos ODM, o Eurobarómetro *EU Development Aid and the Millenium Development Goals* concluísse que havia um elevado desconhecimento relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Neste ano, apenas 6% dos inquiridos da União Europeia tinha ouvido falar nos ODM e sabia do que se tratavam. Relativamente a Portugal, 74% dos inquiridos declarou que nunca tinha ouvido falar dos objetivos, 20% reconheceu que ouviu falar e não sabia o que eram, e apenas 5% afirmou que os conhecia.

Foi na sequência dos resultados deste último Eurobarómetro que o IMVF implementou o projeto “Estilos de vida mais sustentável”

(...) este projeto foi criado para que as pessoas tivessem uma informação mais forte sobre os ODM, porque segundo os Eurobarómetros e ao fim de 12 anos de implementação ninguém sabia o que eram os ODM em Portugal e o projeto foi feito para fazer aquele *boost* no final do tempo e ver se conseguíamos contrariar o conhecimento porque já sabíamos que vinha aí outra coisa (entrevista B).

Este projeto obteve financiamento europeu e consistia em desenvolver ações de rua, onde eram dadas pequenas pistas às pessoas sobre os temas dos ODM que depois podiam ser complementadas com informação no site, caso os participantes quisessem saber mais sobre o tema.

VI.2.2. Categoria 4: outros projetos e iniciativas referidos pelas ONGD

Fora do âmbito das ONGD, a maior ação para a promoção dos ODM, referida numa das entrevistas, foi desencadeada pela RTP em 2010 com a 2ª série dos “Príncipes do Nada”. Esta série era composta

por 13 programas em que cada um deles incluía duas ou três histórias de vida passadas em diferentes países de expressão portuguesa. Este programa apresentado por Catarina Furtado relatava na primeira pessoa o trabalho feito por organismos da ONU, organizações religiosas e pela cooperação portuguesa, através do IPAD (atual Camões) em países em desenvolvimento. Como se pode ler na descrição do programa no site da RTP

Esta nova série tem um dado novo e importante: a preocupação de traduzir para o espetador, através das pessoas que sofrem e dão a cara, o que são os oito objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), uma declaração assinada no ano 2000 por 192 Estados membros da ONU comprometendo-se até 2015 a erradicar a pobreza, promover a paz e alcançar os direitos fundamentais para todos¹³.

Face ao exposto anteriormente, podemos verificar que apenas três das cinco ONGD entrevistadas (FGS, Par-Respostas Sociais e IMVF) acabaram por criar projetos específicos, todos eles executados em Portugal na área de educação para o desenvolvimento. A Aidglobal incluiu os ODM em projetos já existentes que foram adaptados. E o CIDAC optou por não desenvolver projetos sobre os ODM.

No que toca à cooperação para o desenvolvimento, não houve criação de projetos específicos que concorressem para os ODM nas ONGD entrevistadas, mas os temas destes objetivos, estavam de alguma forma em consonância com alguns dos projetos que já existentes na IMVF e CIDAC (embora não especificassem o nome do projeto).

As cinco organizações entrevistadas referiram que a partir de um certo período tornou-se obrigatório, em algumas candidaturas a financiamento, especificar para que ODM estavam a concorrer, e por isso foi importante encontrarem pontos de ligação com os projetos que já estavam a decorrer.

Sendo que estas agendas marcaram o enquadramento de todo o mundo associativo das organizações de desenvolvimento, tornou-se difícil para as ONGD mais críticas estarem completamente fora do mesmo: “Ao longo dos anos, durante o período de vigência dos ODM, fomos trabalhando em temas que tocaram alguns dos temas dos ODM: educação, reforço para a capacitação, grupo de mulheres, etc. (...) muitas linhas de financiamento fazem menção aos ODM” (entrevista A). A FGS acrescenta ainda que mais difícil ter projetos fora da agenda dos ODM devido aos critérios das ajudas públicas: “As ONGD portuguesas neste processo foram um pouco empurradas a trabalhar os ODM, se não puséssemos ODM nas nossas agendas as ajudas públicas não vinham, as ajudas de outras entidades não chegavam, porque eles tinham de ter uma luz para poderem pôr nas estatísticas para apresentar” (entrevista B).

Os entrevistados advertem para uma das consequências de trabalhar fora dos temas dos ODM - projetos sem financiamento:

na altura dos ODM estava a trabalhar numa ONGD ligada à Saúde Mental que é um problema muito grave em países em desenvolvimento, sendo que existe uma grande necessidade de apoiar e dar formação, e não havia uma única linha de financiamento para a saúde mental. Era um flagelo, mas estava tudo focado nas agendas dos ODM (entrevista E).

¹³(rtp.pt/programa/tv/p26960).

VI.2.2.1. Categoria 5: Aspectos positivos

Em relação aos aspectos positivos há unanimidade em apontar que os ODM, beneficiaram de uma campanha de comunicação bem construída, trazendo para o público em geral temas que até então estavam muitas vezes fora dos debates internacionais. Os ODM foram também identificados como um bom instrumento para trabalhar alguns temas: “Ter 8 temas isso foi bom porque começamos a ver que há aqui 8 temas fundamentais” (entrevista C)

A visão da Plataforma Portuguesa das ONGD sobre os ODM foi expressa num documento intitulado “Pós-2015: Uma agenda de Direitos Humanos” e está alinhada com a opinião das ONGD entrevistadas:

É inegável o contributo dos oito objetivos enquanto ferramenta de sensibilização de *advocacy* e de recentramento sobre questões consideradas prioritárias, numa perspetiva de luta contra a pobreza e assente em princípios de dignidade e igualdade. Porém em época de balanços, existe igualmente um consenso generalizado do seu fator de distorção e de marginalização, ao constatar-se pouco ou nenhum progresso em determinadas questões-chave que não estão diretamente cobertas pelos ODM, como as desigualdades, o desemprego, a governação ou a questão da segurança dos Estados (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2013: 2).

VI.2.2.2. Categoria 6: Limitações dos ODM

Independentemente de terem ou não criado projetos que concorressem diretamente para os ODM, as ONGD têm um olhar crítico sobre os mesmos.

Para o CIDAC, os ODM estavam apenas preocupados em tratar sintomas, em vez de se preocuparem com as causas da pobreza e das desigualdades nas relações comerciais entre países, e com as desigualdades na distribuição de riqueza:

A nossa perspetiva é que os ODM centraram-se mais em tratar causas imediatas (...) houve alguns progressos, mas por exemplo também houve situações em que pioraram”. Como exemplos disso os retrocessos a nível da rede de distribuição de riqueza, a nível ambiental com impactos na agricultura, na degradação do solo, alterações climáticas e concentração da riqueza e a inexistência de casos ligados à justiça social.

Para a FGS “[os ODM] não foram uma boa maneira para diminuir a pobreza, as desigualdades são ainda maiores”, referindo que apesar de ter havido algumas transformações “os ODM eram uma agenda que serviam outra coisa e não o desenvolvimento humano” (Entrevista C).

Por fim, todas as organizações referem o facto de vários temas terem ficado excluídos, como a igualdade de género e o trabalho digno “é uma agenda global, sim, mas eram apenas 8 e muita coisa ficou de fora” (Entrevista C).

VI.3. As ONGD e os ODS

VI.3.1. Categoria 7: Perceção da trajetória dos ODS em Portugal

Maior abertura no processo

Ao contrário do que aconteceu com os ODM existe uma maior consciência sobre o processo de formulação dos ODS por parte das ONGD. Isto deve-se, pelo facto de ser um processo recente, por um lado, mas também porque tentou ser mais aberto e transparente desde o seu início.

A perceção das ONGD entrevistadas vai ao encontro deste último aspeto: “os ODS tentaram ser mais abertos, houve aquele inquérito o *My world* (em Portugal “O Nosso Mundo 2030”) foi recolhido imenso feedback, muito das camadas mais novas, houve um esforço para aprender com os erros dos ODM que ficaram a um nível institucional” (entrevista D).

Pouca participação nacional

De forma a tornar o processo mais participativo a nível internacional houve uma série de inquéritos e processos de consulta em todos os países e em várias organizações.

O inquérito *My World* (referido por duas ONGD entrevistadas) consistiu num questionário em que os participantes tinham de escolher os seis temas mais importantes para a sua vida. Os participantes elegeram “educação de qualidade” como a primeira prioridade, seguida de “melhoria dos cuidados de saúde” e “melhores oportunidades de emprego”.

Olhando para os resultados de Portugal neste questionário podemos observar no site do *My World* (último acesso em março de 2017) que votaram 5989 pessoas sendo que 34% dos votos dos portugueses foram atribuídos por jovens entre os 16 e os 30 anos.

Na entrevista B a entrevistada refere que houve muito pouca participação dos portugueses e pouco envolvimento das ONGD:

(...) os resultados em Portugal foram vergonhosos. Isto diz muito sobre as ONGD portuguesas, não preencheram e não participaram, queixam-se, mas depois a verdade é que abre um inquérito “O Nosso Mundo 2030” e nós aqui [IMVF] fizemos campanhas, preenchemos e tivemos empenhados e as pessoas achavam aquilo crítico porque era só votar e indicar, mas bom já era um processo” (Entrevista B).

Nas entrevistas todas as organizações envolvidas nestes processos queixaram-se da dificuldade de mobilizar as pessoas e organizações para a participação: “(...) parece-me que houve um grande ímpeto no início uma série de momentos de auscultação, eu acho que há falta de participação, começa a haver dificuldades de mobilização” (entrevista D).

Processo estagnado de implementação de um plano nacional

Sobre a perceção das ONGD do processo de implementação dos ODS em Portugal, a opinião é unanime, concordam que o processo está parado e que isso pode ser um obstáculo à implementação eficaz dos ODS em Portugal:

Enquanto país o processo arrancou da discussão de um possível plano de implementação nacional, mas parece-me que está um pouco parado” (entrevista D); “A partir do momento que haja uma estratégia nacional forte se calhar conseguimos posicionar onde vamos entrar e com que ministérios vamos trabalhar, enquanto isso não houver vamos só trabalhar na base da consciencialização (entrevista B).

Os entrevistados também referem, à semelhança do que aconteceu com os ODM, a falta de discussão do assunto a nível parlamentar e de ministérios:

Eu acho que a nível nacional há o reconhecimento de que é preciso termos um plano (...) espero que em 2017 se veja o fim (...) que traga algum tipo de resultado e o resultado até pode ser que não há plano nenhum, mas que haja uma tomada de posição eu acho que seria importante, em nome da Par (...) também para percebermos quais os contributos que podemos dar dentro das áreas que são o nosso foco” (entrevista D) (...) sem estratégia parece-me difícil perceber qual é o rumo que se vai tomar (entrevista B) eu pensei que se ia ouvir falar mais num plano de governo e das autarquias para a implementação. Nós estamos a trabalhar com seis autarquias. Não é claro que exista um plano nacional, e se existe não é uma coisa que esteja na boca das pessoas, (...) esperaria que houvesse um plano nacional de implementação dos ODS e já passou um ano (entrevista E).

VI.3.2. Categoria 8: Posicionamento das ONGD face aos ODS

Algumas ONGD e instituições portuguesas organizaram momentos de reflexão sobre a nova agenda emitindo recomendações sobre aquilo que gostavam de ver incluído na mesma.

A partir do momento que se conheceu a lista final dos objetivos, as ONGD tomaram uma posição em relação aos mesmos. Não há uma posição unânime de todas as organizações, havendo discrepância nas opiniões. Por exemplo, no grupo de trabalho de ED da Plataforma (do qual todas as ONGD entrevistadas são membro) não há uma posição consensual, havendo ONGD que são muito críticas em relação à agenda e outras que defendem que a agenda não deve de ser ignorada.

Enquanto agentes preocupados com a questão do desenvolvimento, consideramos pertinente estarmos envolvidos na reflexão que está na ordem do dia. Olhando atentamente para os cenários internacional e nacional, percebemos a existência de diversos posicionamentos que geram alguma controvérsia – que é sentida, inclusive, no seio do Grupo de trabalho de ED” (Maciel, 2016). No entanto tentaram chegar a um mínimo denominador comum “um pouco forçado” que foi “ela [agenda] existe, temos de ter uma atitude crítica em relação a ela, mas temos de atuar dentro e não fora dela (entrevista D).

Temos então o CIDAC que, tal como tinha sido com os ODM, mantém-se muito crítico também em relação à nova agenda, embora reconheça que tenha havido uma tentativa para colmatar as falhas da anterior. Admite que existem falhas que continuam a persistir e que vão contra aquilo que a organização acredita que é ou deverá de ser os processos de desenvolvimento.

A FGS que já tinha trabalhado com os ODM também tem uma atitude crítica em relação à nova agenda, pois refere que

da nossa experiencia o que aconteceu foi, a partir de uma participação um bocadinho mais focada nos ODM e depois uma avaliação em que os ODM não tiveram um impacto tão ligado à ED como nós a vemos, porque é importante haver coerência entre as coisas (...) parece que vêm [os ODS] mais instrumentalizados e muito mais passíveis de ser comercializáveis e isso não é compatível com a ED, enquanto nós a vemos, enquanto processo educativo transformador” (entrevista C).

Numa posição mais moderada estão a Par-Respostas Sociais e a Aidglobal que consideram que é necessário olhar para a agenda de forma crítica, mas também incluí-la nas suas atividades.

(...) [os ODS] acabam por encapsular a mudança que nós queremos, agora temos de trabalhar sobre eles, porque eles dão-nos uma série de valores, até podemos não concordar com as metas, há incongruências no conteúdo, mas não podemos olhar para os objetivos e dizer que não são importantes. Claro que vêm valorizar e legitimar o nosso trabalho que temos vindo a fazer e queremos fazer, responsabilizando-nos também, isto são metas e nós estamos a dar o nosso contributo para este caminho partilhado. A Par-Respostas Sociais refere que pela primeira vez, existe uma meta para a Educação para a Cidadania Global (ECG) "(...) a meta 4.7 ECG é a primeira vez, é super importante para o trabalho da Par, conseguimos por lá a Cidadania Global, e as outras "educações para" estão pela primeira vez plasmadas como super importantes" (entrevista D).

Por fim, a IMVF é a menos crítica em relação à agenda.

VI.3.3. Categoria 9: Projetos das ONGD sobre os ODS

Visto que a ação das ONGD está alinhada com aquilo em que acreditam verificamos que as duas mais críticas (CIDAC e FDS) não têm (nem têm perspectiva de vir a ter) projetos que concorram para os ODS. A Aidglobal como mais moderada incluiu os ODS num dos seus projetos em parceria com a associação Monte de Évora, um projeto que tem como objetivo levar os ODS às escolas, ressaltando sempre que o próprio projeto pretende que os participantes olhem para os objetivos de forma crítica.

A Par-Respostas Sociais, embora não tenha nenhum projeto a decorrer, não exclui a hipótese de integrar num futuro projetos que incluam os ODS.

A IMVF é a única que já tem projetos a decorrer com o objetivo de sensibilizar para os temas dos ODS nos quais utiliza material de divulgação sobre os ODS desenvolvido pela organização e ícons desenvolvidos pelas Nações Unidas. Foi também a única organização que referiu que os ODS fazem parte do seu plano estratégico "(...) nós respeitamos a agenda global para o desenvolvimento e porque a queremos promover, tentamos sempre enquadrá-la nas nossas atividades" (entrevista B). Esta organização tem projetos como "Museu Mundial" (que aborda questões da água e da vida) o projeto "Planeta Alimentar" (que trabalha sobre o ODS "Erradicar a Fome") o projeto "Fruta Tropical Justa (que trabalha a meta da economia solidária); um projeto sobre coerência das políticas (que trabalha diretamente o ODS 17) e a nível da ECG projetos para a sensibilização e divulgação da agenda.

VI.3.4. Categoria 10: Aspetos positivos

Em termos de mais-valias desta agenda, foram referidos pelas ONGD, o facto de o processo ser mais participativo e terem sido incluído temas que ficaram excluídos na agenda anterior. Uma ONGD referiu o facto de haver uma meta para a Cidadania Global.

VI.3.5. Categoria 11: Limitações dos ODS

Como limitações dos ODS o CIDAC afirma que, à semelhança do que se verificava com os ODM “Os ODS continuam concentrados na questão de trabalhar sintomas, as manifestações da pobreza e das desigualdades e não as causas” (entrevista A). Para esta organização a lista apresenta questões contraditórias, pois tanto fala da preservação e recuperação da biodiversidade e do meio ambiente como fala ao mesmo tempo em relançar processos de industrialização de vários países. Apresenta ainda outras críticas como o favorecimento, por parte dos ODS, de uma liberalização do mercado sem que haja normas mínimas de proteção das economias locais. Alerta ainda para o facto dos ODS serem apenas uma declaração de intenções questionando a coerência de os países que assinaram os ODS terem também assinado outros tratados internacionais de comércio como o TTIP (Trans- Atlantic Trade and Investment Partnership) o TISA (Trade in Service Agreement) CETA (EU- Canada Comprehensive Economic and Trade Agreement) que seguem o caminho da liberalização económica e não olham para a economia como mecanismo para lançar o bem-estar social e o desenvolvimento desejável de sociedades mais justas e respeitadoras do ambiente. “(...) a nossa questão é num momento de choque o que é que vai prevalecer entre tratados internacionais com força de lei ou os ODS que são um acordo voluntário?” (entrevista A).

Na entrevista E a representante da organização também refere que o facto do processo ter sido mais participativo, fez com que entrassem nos ODS também os interesses dos privados: “Há ali muitas metas de desenvolvimento económico, de promoção da indústria, de apoio ao desenvolvimento por uma ótica que não é clara se pretende mais uma vez exportar a nossa indústria para os países em desenvolvimento, estamos a cooperar para o desenvolvimento de que forma?” (entrevista E). (...) uma liberalização cada vez maior naquilo que são as opções económicas que retiram proteções a produção local no caso das economias desiguais” (entrevista A).

Duas das organizações mais críticas também referem que os ODS chocam com o conceito de ED que as ONGD adotam no seu trabalho “os ODS vêm mais instrumentalizados e muito mais passíveis de serem comercializados e isso não é compatível com a ED como nós a vemos, porque é importante haver consciência entre as coisas” (entrevista C) “Há várias questões que chocam aqui em nível de ED: Simplificação da mensagem, não abordar quais foram os motivos para existir aquela situação de emergência humanitária, reprodução de estereótipo” (entrevista A).

Por fim, duas organizações também referem que os ODS apresentam contradições quando comparados uns com os outros: “os ODS tanto falam da preservação e recuperação da biodiversidade e do meio ambiente como falam ao mesmo tempo em realçar processos de industrialização em vários países, e como consegues realçar estas duas perspetivas?” (entrevista A) Há coisas que não estão coerentes nos ODS; foi tão participativo que deixou entrar interesses dos privados” (entrevista E).

VI.3.6. Categoria 12: Desafios para as ONGD

Constrangimentos em termos de financiamento

A necessidade de recorrer a financiamentos externos, é para muitas organizações uma das principais formas de sustentabilidade. Todas as ONGD falam da experiência com a agenda anterior em que a determinada altura, tornou-se fundamental referir a que ODM fazia referência quando candidatavam projetos a linhas de financiamento, ou seja, as ONGD têm a percepção que fazer referência aos ODM, e agora ODS, será valorizado para que o financiamento seja aprovado.

As ONGD que têm uma posição mais crítica e que não se revêm na agenda afirmam com descontentamento que acabarão por ter que direccionar os seus projetos para onde há financiamento, que até 2030 será nos ODS: “Achamos que os ODS são importantes para as candidaturas, vamos ver se encontramos pontos de ligação” (entrevista C). Também referem que em Portugal, não existe muito espaço de manobra para financiamentos que trabalhem fora dos temas da agenda e que há financiamentos tão específicos que nem se conseguem candidatar: “dependendo muito do modo como os enquadramentos são implementados, pode ter impacto na flexibilidade de instituições públicas para trabalhar contigo” (entrevista A) “(...) [havia financiamentos sobre os ODM que] eram quase um caderno de encargos ‘nós queremos fazer este trabalho específico sobre divulgação dos ODM, quem quer fazê-lo?’ Porque foi feito quando os ODM estavam a acabar e a flexibilidade para fazer algo era extremamente pouca”.

As ONGD também referem que em termos de projetos de cooperação para desenvolvimento estas limitações em termos de financiamento foram uma realidade com os ODM e temem que volte a ser com a nova lista. As ONGD referem que, o facto de serem 17 objetivos, o mais provável é que os países escolham apenas 3 ou 4 áreas prioritárias e que se dediquem apenas a essas

(...) tenho medo que haja um condicionamento externo de financiamento em países como o Uganda e Equador só para aquela linha, só para aumentar os números, a partir do momento que os países fizerem um mapeamento e disserem: ‘Ok nós estamos mal na água, na igualdade de género e no consumo’, começam só a trabalhar nestas três áreas e tenho medo que todas as outras ONGD que trabalhem outros temas sequem à volta, porque deixa de ser prioritário falar daquilo (entrevista B).

Por outro lado, a FGS refere que as ONGD que querem trabalhar fora dos enquadramentos acabam por ter que ser mais criativas e que isso pode ser uma vantagem: “(...) acho que uma das vantagens que aqui temos é a criatividade e tentarmos fazer as coisas de forma diferente, sairmos da moldura, e acho que os ODS limitam a criatividade e a tua atividade” (entrevista C).

Podemos concluir que em termos de financiamento existem vários desafios para as ONGD portuguesas. Por um lado, as organizações que têm projetos que não pretendem trabalhar/concorrer directamente para os ODS, mas que vão tentar encontrar pontos de ligação para valorizar a sua candidatura; por outro as linhas de financiamento não deixarem espaço para quem não quer trabalhar dentro da agenda.

Desta forma, é importante que os financiamentos sejam flexíveis para quem quer trabalhar fora da agenda, e que surjam novas linhas de financiamento específicas para trabalhar a agenda, sem que estas substituam as já existentes.

Comunicação

Uma das principais preocupações das ONGD que querem trabalhar a agenda é como comunica-la. Esta preocupação já estava presente com os ODM, mas agravou com os ODS com a multiplicação de objetivos e a linguagem mais técnica "(...) as pessoas comuns não sabiam o que eram os ODM, nem sei se vão saber o que são os ODS porque são muito mais difíceis de comunicar" (entrevista D).

Como solução acreditam que é importante que quem trabalhe com a agenda encontre formas de simplificar a mensagem, por exemplo utilizando os 5 "Ps"¹⁴: "O facto de serem 17 é terrível porque ninguém os sabe, mas eles fizeram uma coisa fascinante, os cinco "P", são cinco, são dedos da mão e acho que eles pensaram nisso, ou seja conseguiram por os cinco "P" a funcionar para darem tempo das pessoas interiorizarem os ODS" (entrevista B).

No entanto, advertem para os cuidados a ter quando se faz comunicação para o desenvolvimento: a mensagem não deve de ser simplista, não deve reproduzir estereótipos e deve fazer com que as pessoas saibam mais sobre as causas dos problemas.

Participação de outras organizações fora das ONGD

No interesse do cumprimento do novo conjunto de objetivos muitos outros atores, organizações, instituições, etc, que não estiveram diretamente ligadas aos ODM serão chamados a agir.

Por um lado, porque esta é uma agenda universal; ao contrário dos ODM que apenas tinham um objetivo relacionado diretamente com os países desenvolvidos, os ODS foram pensados para que também os países desenvolvidos tenham metas a cumprir.

Na perceção das ONGD a inclusão de novos atores é um ponto positivo sendo que muitas delas já trabalham em parcerias com estas organizações; não obstante isto traz também traz alguns desafios.

Como vimos anteriormente, todas as ONGD concordam que seja qual for o seu posicionamento, é importante ter uma opinião informada sobre a agenda e por isso muitas delas promoveram encontros de reflexão e produziram documentos sobre a mesma. No entanto, as ONGD , questionam se este trabalho de reflexão está a ser feito fora do "mundo das ONGD":

(...) até que ponto os ODS estão a ser suficientemente debatidos nas organizações da sociedade civil portuguesa que normalmente não são as ONGD, como organizações de desenvolvimento local, organizações que tentam promover formas de economia alternativa, até que ponto estas organizações têm um posicionamento depois de um processo de reflexão acerca dos ODS e que só a partir daí podem agir (entrevista A).

¹⁴ Prosperidade, pessoas, planeta, paz e parcerias

Tanto na entrevista B como na E as ONGD reconhecem que devido ao facto das ONGD terem estado a trabalhar com os ODM têm conhecimento importante que deveriam de passar a outras organizações: “assim que os ODS começaram a ser discutidos, nós já estávamos a ouvir, porque vínhamos dos ODM (...) podemos nós como os conhecemos tentar aproximar (...) porque se eles não os conhecem não vão trabalhá-los” ; “nós projetamos imediatamente para os ODS, mas eles não estão habituados e não fazem isso, porque não ouviram falar dos ODM” (entrevista D).

A perceção de algumas ONGD é que pertencem a um sector muito fechado e que tem de haver um esforço de abertura e de dar a conhecer os modos de funcionamento, bem como de adaptação de linguagem para que este sector se possa abrir a outros intervenientes “Esta é a nossa oportunidade de criar novas parcerias, só que as ONGD estão numa bolha a falar para uma bolha, porque estão em modo sobrevivência, porque não deveriam de ser autofinanciadas (...) e estão numa lógica de fazer projetos e estabelecem muito poucas parcerias” (entrevista B).

Plano de implementação nacional

Todas as ONGD referiram na entrevista que há uma necessidade de um plano nacional com uma estratégia de implementação para que Portugal consiga cumprir as metas dos ODS. Esta necessidade é também apresentada por algumas organizações como solução para o ponto anterior, pois assim as organizações que não estão habituadas a trabalhar com este tipo de agendas poderiam ter orientação.

Quem não está dentro da área do desenvolvimento e cooperação para o desenvolvimento precisa de uma orientação a nível nacional que depois tenha repercussão a nível municipal, acho que era mesmo essencial para que isto esteja na boca das pessoas e se houver orientações estratégicas e políticas acaba por ser disseminado também para outros sectores da sociedade civil (entrevista E).

Por outro lado, há ONGD que referem que elas próprias deveriam ter um papel mais interventivo não só no que se refere a dar a conhecer a agenda, como ter uma postura crítica em relação à mesma e também de ter um papel de advocacia de forma a exigir por parte do governo português uma estratégia nacional.

Mesmo as ONGD mais críticas em relação a estas agendas referem que as mesmas devem de ser aproveitadas para trabalhar *lobbying* e *advocacy* de forma a colocar os temas que integram os ODS na agenda política, e trazer alguns termos de referência para trabalhar com entidades públicas.

Apesar da sua posição e de terem ou não projetos a decorrer na área dos ODS, as ONGD concordam que algumas posições devem ser tomadas e que o seu papel vai para além da implementação de projetos que concorram para estes objetivos. Neste sentido, o grupo de ED da Plataforma publicou em junho de 2016 o resultado do workshop no qual as ONGD presentes concluíram que, no que diz respeito aos ODS, o papel das ONGD passaria por:

- Pressionar os governos nacionais para que se envolvam de forma mais efetiva, conferindo mais força ao processo de concretização dos ODS;
- Chamar a atenção para o facto de que a não existência de um carácter vinculativo da implementação dos ODS pode conduzir ao incumprimento da concretização dos mesmos;

- Chamar a atenção para algumas incoerências detetáveis através de uma análise atenta ao texto que apresenta os ODS, os seus objetivos e metas;

- Chamar a atenção para a necessidade de medidas mais concretas que promovam a paz global.

Em traços gerais, o papel das organizações da sociedade civil, deverá centrar-se na necessidade de olhar para os ODS para além deles próprios.

VII. Conclusão

De acordo com a revisão bibliográfica a informação sobre ODM e ODS em Portugal é escassa. Este estudo exploratório da trajetória percepções e desafios das ONGD portuguesas na transição dos ODM para os ODS constitui-se assim como um estudo pioneiro na literatura portuguesa.

Este é um tema atual e com interesse nacional dado que os ODS estão a dar os primeiros passos na sua implementação, vão marcar o enquadramento de desenvolvimento até 2030 e trazem metas tangíveis de desenvolvimento para o nosso país.

Assim este é um estudo atual e pertinente na medida em que tenta aferir como se processou a transição de agendas no contexto nacional, alertando para as limitações e desafios da nova agenda.

Adicionalmente, atendendo ao histórico dos ODM serem um tema tradicionalmente discutido apenas no seio das ONGD, este estudo pretende ser um contributo à abertura da discussão à comunidade científica e às restantes organizações da sociedade civil, especialmente no que se refere aos ODS.

A principal limitação deste estudo prende-se com a amostra estudada: uma amostra de conveniência constituída por cinco ONGD. O tamanho da amostra dependeu da aplicação de critérios de elegibilidade que foram definidos por forma a permitir a operacionalização deste estudo. Por outro lado, tratando-se de uma amostra de conveniência não podemos extrapolar os resultados para o universo de todas as ONGD portuguesas. No entanto tratando-se de um estudo exploratório este é um tipo de amostra adequada.

Este estudo responde aos objetivos a que se propôs nomeadamente: descrever o processo de construção das listas de Objetivos a nível internacional (ODM e ODS), caracterizar a percepção das ONGD sobre a trajetória dos ODM e ODS em Portugal; conhecer o posicionamento crítico das ONGD em relação às agendas e identificar os desafios que têm de ser ultrapassados para que os ODS possam ser aplicados com eficácia em Portugal.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de construção dos ODM e ODS no contexto internacional que se considerou essencial ao enquadramento desta problemática no âmbito nacional. Daqui se retira que perceber o processo de construção dos ODM é essencial para compreender os seus sucessores, na medida em que estes foram propostos e edificados por forma a colmatar as limitações dos primeiros. Como vimos, o processo de definição dos ODM e ODS foi um processo complexo que envolveu negociações entre vários países, sendo necessário conjugar múltiplos interesses de diferentes organizações, sendo a inclusão/exclusão de objetivos um processo fechado numa lógica de *top-down*.

Apesar das listas de objetivos assentarem em verdades aparentemente inquestionáveis a revisão da literatura levanta questões pertinentes com especial destaque para o facto de não assentarem nos pilares dos Direitos Humanos, de não questionarem as estruturas económicas dominantes e o carácter voluntário do acordo (com conseqüente ausência de conseqüências ao seu incumprimento).

Todas estas críticas irão influenciar a maneira como as ONGD se posicionam em relação aos objetivos. Da revisão da literatura e dos resultados das entrevistas realizadas compreende-se que algumas das

críticas e limitações apontadas às agendas chocam com princípios e/ou áreas de atuação importantes das ONGD, como a ED que pretende ser uma educação transformadora onde se revela as dinâmicas globais Norte-Sul e a estruturas de poder económico (entre outros temas).

Apesar das críticas, a maioria das ONGD incluídas neste estudo, chegaram a um consenso, através de reflexões e debates sobre esta temática, e defendem que as agendas existem e não devem de ser ignoradas e que devem tentar trabalhar dentro da mesma mantendo sempre um olhar crítico. São também concordantes na necessidade de superar alguns desafios nesta transição, tais como:

- A existência de reflexão crítica em relação à agenda não só no seio das ONGD, mas dentro de outras organizações da sociedade civil que possam ter um papel importante na implementação da agenda (por exemplo: sindicatos, associações juvenis, associações locais, etc);
- A existência um papel ativo das ONGD de abertura, cooperação e parceria para com estas organizações;
- A existência de um plano nacional para a implementação dos ODS;
- A existência de linhas de financiamento nacionais com flexibilidade para trabalhar temas importantes que estejam fora da agenda;
- A existência de linhas de financiamento para projetos que concorram diretamente para os ODS sem comprometer outras linhas já existentes;
- A existência de uma comunicação para os ODS, por um lado, simples e descomplicada que chegue ao cidadão comum, mas não simplista ao ponto de cair na reprodução de estereótipos e de esconder as causas estruturais dos assuntos abordados.

Como referido anteriormente este trabalho pretende apenas dar “um passo”, desta forma era importante que se realizassem outras investigações futuras sobre o tema.

Seria interessante, que, de alguma forma, houvesse um estudo aprofundado de como foi o percurso dos ODM em Portugal para que haja um registo escrito de como decorreu o processo e para que possamos tirar lições para fazer diferente nos próximos anos com os novos objetivos.

Em termos de ODS perceber como é que estas metas globais podem ser adaptadas às condições específicas dos contextos regionais e nacional.

Era interessante perceber em que pontos os ODS “chocam” com outros acordos como o CETA e o TTIP.

Por outro lado, visto que a amostra deste estudo se restringiu apenas às ONGD com sede em Lisboa, poder alarga-lo a outras ONGD de outras áreas geográficas do nosso país.

Na área de Educação para o Desenvolvimento perceber como é que estes temas estão a ser integrados nos currículos escolares e nos projetos das ONGD e como é que os ODS podem ser “traduzidos” e comunicados de forma a chegar à generalidade da população.

Poderia ainda ser explorado, qual o grau de conhecimento sobre os ODS que os nossos decisores políticos têm e de que forma estão a ser integrados nas políticas públicas.

Finalmente, considero importante que no decorrer dos próximos anos haja uma monitorização com base nos relatórios e investigações que são produzidas, sobre o processo de implementação dos ODS em Portugal para sabermos em que ponto estamos e que caminho tem ainda de ser percorrido.

Bibliografia

- Annan, Kofi (2000), “Nós, os povos, as Nações Unidas no séc. XXI – o papel das Nações Unidas no séc.XXI” (online)
Disponível em: <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/Nosospovos.pdf>
- Bhandary, Rishikesh *et al* (2015), “Taking stock: a brief analysis of the UN Sustainable Development Summit”, *International Institute for Sustainable Development* (online)
Disponível em: <http://www.iisd.org/library/taking-stock-brief-analysis-un-sustainable-development-summit>
- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua (2014), “Documento de Posição de Portugal sobre a Agenda Pós-2015” (online)
Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/agendaPos2015/DocPosicao_POS2015.pdf
- Camões-Instituto da Cooperação e da Língua (2015), “Ficha Temática Cooperação para o Desenvolvimento” (online)
Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed_ficha_coop_desenvolf.pdf
- Carvalho, Paulo e Frederico Barcellos (2014), “Os objetivos de Desenvolvimento do Milénio – ODM: Uma avaliação Crítica” (online)
Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/11176/8976>
- Clark, David (2006), *The Elgar Companion of Development Studies*, UK, Edward Elgar Publishing Limited
- Comissão Europeia (2013), “EU Development aid in times of economic turmoil” (online)
Disponível em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_318_en.pdf
- Comissão Europeia (2013), “EU Development aid and the Millennium Development Goals” (online)
Disponível em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_405_en.pdf
- Doyle, Michael (2016), “Lessons from the MDG’s for implementig SDG’s”, *International Dialogue on Migration* (online)
Disponível em: https://www.iom.int/sites/default/files/our_work/ICP/IDM/2016_IDM/Statement-Michael-Doyle.pdf
- Dutt, Aruna (2015), “What does it really mean to leave no one behind”, *Inter Press Service* (online)
Disponível em: <http://www.ipsnews.net/2016/07/what-does-it-really-mean-to-leave-no-one-behind/>
- Eyben, Rosalind (2006), “The road not taken:international aid’s choice of Copenhagen over Beijing third world”, *Quarterly 27* (online)
Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/123456789/2150/The%20road%20not%20taken%20%20March%202006.pdf?sequence=4>
- Fehling, Maya *et al* (2013), “Limitations of the Millennium Development Goals: a literature review”, *Global Public Health* (online)
Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3877943/>
- Ferreira, Patrícia (2013), “A agenda pós-2015 para o desenvolvimento sustentável: Da redução da pobreza ao desenvolvimento inclusivo”, *Publicações IMVF*
- Ferreira, Patrícia (2013), “A definição de uma nova agenda para o desenvolvimento: Da redução da pobreza ao desenvolvimento inclusivo”, *Plataforma Portuguesa das ONGD*
- Franco, António e Raquel Campos (2007), *Economia do Conhecimento e Organizações Sem fins Lucrativos*, Porto, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação
- Fakuda-Parr, Sakiko (2013), “MDG Strengths as weakness”, *Great Insights*, volume 2 (online)
Disponível em: <http://ecdpm.org/great-insights/what-prospects-new-development-framework-post-2015/mdg-strengths-weaknesses/>
- Fakuda-Parr, Sakiko (2016), “From Millennium Development Goals to the Sustainable DEvelopment Goals: shifts in purpose, concept and politics of global goal setting for development”, *Gender & Development*, volume 24 (online)
Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13552074.2016.1145895?journalCode=cgde20>

- Garcia, Ricardo (2016), "A sustentabilidade pode não ser um tema aborrecido", *Revista da Plataforma das ONGD*, volume 9 (online)
Disponível em: file:///C:/Users/Beatriz/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Revista_ODS_2016_ONGD.pdf
- Global Compact Network Portugal, "Aliança para os ODS" (online)
Disponível em: http://globalcompact.pt/2013/images/alianca_ods/Termos_de_Referencia_Alianca_ODS.pdf
- Hickel, Jason (2015), "The Problem with saving the world- The UN's new sustainable Development Goals aim to save the World Without transforming it", *Jacobin* (online)
Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2015/08/global-poverty-climate-change-sdgs/>
- Hulme, David (2007), *The making of development goals: Human development meets results-based management in an imperfect world*, Brooks World Poverty Institute (online)
Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/773bwpi-wp-1607.pdf>
- Hulme, David (2009), *The Millennium Development Goals (MDG's) a short history of the worlds biggest promise*, Brooks World Poverty Institute (online)
Disponível em: <http://www.unidev.info/Portals/0/pdf/bwpi-wp-10009.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística (2016), "Conta Satélite da Economia Social 2013" (online)
Disponível em: http://www.cases.pt/wpcontent/uploads/2016/12/destaque_conta_satelite_da_economia_social.pdf
- IPAD- Ministério dos Negócios Estrangeiros (2006), "Uma Visão estratégica para a Cooperação Portuguesa" (online)
Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/visao_estrategica_para_cp.pdf
- IPAD-Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento" (online)
Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/av_au_glossario_coop.pdf
- Maciel, Carmen (2016), "Nota de Encerramento do *workshop* "Será possível um mundo diferente com os ODS?", Blogue do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma Portuguesa das ONGD (online)
Disponível em: <http://www.gtplataformaongd.pt/2014/04/ed-noticias.html>
- Manning, Richard (2009), *Using indicators to encourage development- lessons from the Millennium Development Goals*, Copenhaga, DIIS . Danish Institute For International Studies (online)
Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/59842/1/591898950.pdf>
- MCArthur, John (2014), "The Origins of the Millennium Development Goals", *SAIS Review*, volume XXXIV nº 2 (online)
Disponível em: <http://johnmcarthur.com/wp-content/uploads/2015/01/SAISreview2014mcarthur.pdf>
- OECD- Development Assistance Committee (DAC) (1995), "Development Partnerships in the new global context" (online)
Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/2755357.pdf>
- OECD- Development Assistance Committee (DAC) (1996), "Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Co-operation" (online)
Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/2508761.pdf>
- OECD (2010), "Portugal DAC Peer Review- Main findings and Recommendations (online)
Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/peer-reviews/portugal2010dacpeerreview-mainfindingsandrecommendations.htm>
- Oliveira, Ana (2013), "As ONGs e a Cooperação Portuguesa- Parcerias de uma agenda de desenvolvimento mais justa, equitativa e eficaz", *Plataforma Portuguesa das ONGD* (online)
Disponível em: http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publicacoes/140218_factsheet_3_aidwatch_WEB.pdf

- ONU (1995), "Report of the World Summit for Social Development" (online)
Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/116/51/IMG/N9511651.pdf?OpenElement>
- ONU, Assembleia Geral (2001), "Road map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration" (online)
Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/docs/56/a56326.pdf>
- ONU (2012), "The Future We Want- Our common Future" (online)
Disponível em: http://www.un.org/disabilities/documents/rio20_outcome_document_complete.pdf
- ONU, Assembleia Geral (2010), "Keeping the promise: united to achieve the Millennium Development Goals" (online)
Disponível em: <http://www.un.org/en/mdg/summit2010/pdf/mdg%20outcome%20document.pdf>
- ONU, Assembleia Geral (2015), "Draft resolution referred to the High-level Plenary Meeting of the General Assembly by the General Assembly at its sixty-fourth session" (online)
Disponível em: http://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/3/2015/08/120815_outcome-document-of-Summit-for-adoption-of-the-post-2015-development-agenda.pdf
- ONU, Assembleia Geral (2015), "Transforming our World - the 2030 agenda for sustainable development" (online)
Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>
- Par- Respostas Sociais (2013), "E o Pós-2015? Pensar os Objetivos do Milénio"
- Pisano, Umberto *et al* (2015), "The Sustainable Development Goals (SDGs) and their impact on the European SD Governance framework", *ESDN Quartely Report* nº 35
- Plataforma Portuguesa das ONGD (2011), Portugal longe de cumprir os seus compromissos relativamente à Ajuda Pública ao Desenvolvimento. (Online)
Disponível em: <http://www.plataformaongd.pt/noticias/noticia.aspx?id=531>
- Plataforma Portuguesa das ONGD (2012), *Guia das ONGD*. (online)
Disponível em: <http://www.plataformaongd.pt/conteudos/Documentos/Publicacoes/Guia%20das%20ONGD.pdf>
- Plataforma Portuguesa das ONGD (2013), "Pós-2015, uma agenda para os Direitos Humanos" (online)
Disponível em: http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publicacoes/140218_factsheet_4_aidwatch_WEB.pdf
- Plataforma Portuguesa das ONGD (2014), *Guia das ONGD*. [Online]
Disponível em: http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publicacoes/GuiaONGD_2014.pdf
- PNUD (2014) "The World We Want", Consulta Pública em Portugal sobre a implementação local da agenda de desenvolvimento global pós-2015- Relatório Final.
- Pogge, Thomas e Mitu Sengupta (2014), "Rethinking the post-2015 development agenda: eight ways to end poverty now", *Global Justice Theory Practice Rhetoric*, volume 7
- Pogge, Thomas e Mitu Sengupta (2015), "The Sustainable Development Goals (SDGS) as drafted: Nice Idea, poor execution", *Washington International Law Journal Association*
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações
- Rebola, Elisabete e Cristina Carona (2004), *Portugal Funcionamento e Sustentabilidade das Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG
- Ritz, Ingo (2016), "Mobilizar contra as desigualdades tornando o slogan "Não deixar ninguém para trás uma realidade", *Revista da Plataforma das ONGD*, volume 9
- Roque Amaro, Rogério (2003), "Desenvolvimento- um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria", *Caderno de Estudos Africanos* (online)
Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf
- Sachs, Jeffrey (2015), "Achieving the Sustainable Development Goals", *Journal of International Business Ethics* (online)
Disponível em: <https://www.questia.com/library/journal/1P3-4039046981/achieving-the-sustainable-development-goals>

- Singh, Jerome (2015), "The Sustainable Development Goals- the role of ethics", *Sight and Life*, volume 29 (online)
Disponível em: http://www.sightandlife.org/fileadmin/data/Magazine/2015/29_2_2015/11_The_sustainable_development_goals_the_role_of_ethics.pdf
- Tiwari, Meera (2015), "Looking back to look forward the MDG's and the road to post-2015: introduction to journal of international development special issue on reflections on the post-2015 debate", *International Development School of Social Sciences*, University of East London
- UN System Task team on the post-2015 UN development agenda (2012), "Review of the contributions of the MDG Agenda to foster development: Lessons for the post-2015 UN development agenda." (Online)
Disponível em: http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg_assessment_Aug.pdf
- Universidade Católica Portuguesa, (s.a)"Diagnóstico das ONG em Portugal", Fundação Caouste Gulbenkian
- Vaggi, Gianni (2015), *Development and the post 2015 challenge: making the sustainable development goals work*, Department of Economics and Management, University of Pavia
- Vandemoortele, Jan (2011), "The MDG story: intention denied", *Development and Change*, Vol. 42 (online)
Disponível em: <http://courses.arch.vt.edu/courses/wdunaway/gia5524/vandem11.pdf>
- Vandemoortele, Jan (2015), "A serene look at the sustainable development goals", *Poverty brief* (online)
Disponível em: <http://www.crop.org/viewfile.aspx?id=809>
- Vaughan, Scott (2015), "Inclusivity and Integration: the new Sustainable Development Goals and a second chance for Bretton Woods", *International Institut for Sustainable Development* (online)
Disponível em: https://www.iisd.org/sites/default/files/publications/inclusivity-integration-sustainable-development-goals-commentary_0.pdf

VIII. Anexos

Anexo A: Os 10 Compromissos da Conferência de Desenvolvimento Social, Copenhaga 1995

1. We commit ourselves to creating an economic, political, social, cultural and legal environment that will enable people to achieve social development.
2. We commit ourselves to the goal of eradicating poverty in the world, through decisive national actions and international cooperation, as an ethical, social, political and economic imperative of humankind
3. We commit ourselves to promoting the goal of full employment as a basic priority of our economic and social policies, and to enabling all men and women to attain secure and sustainable livelihoods through freely chosen productive employment and work
4. We commit ourselves to promoting social integration by fostering societies that are stable, safe and just and that are based on the promotion and protection of all human rights, as well as on non-discrimination, tolerance, respect for diversity, equality of opportunity, solidarity, security, and participation of all people, including disadvantaged and vulnerable groups and persons.
5. We commit ourselves to promoting full respect for human dignity and to achieving equality and equity between women and men, and to recognizing and enhancing the participation and leadership roles of women in political, civil economic, social and cultural life and in development.
6. We commit ourselves to promoting and attaining the goals of universal and equitable access to quality education, the highest attainable standard of physical and mental health, and the access of all to primary health care, making particular efforts to rectify inequalities relating to social conditions and without distinction as to race, national origin, gender, age or disability; respecting and promoting our common and particular cultures; striving to strengthen the role of culture in development; preserving the essential bases of people-centred sustainable development; and contributing to the full development of human resources and to social development. The purpose of these activities is to eradicate poverty, promote full and productive employment and foster social integration.
7. We commit ourselves to accelerating the economic, social and human resource development of Africa and the least developed countries.
8. We commit ourselves to ensuring that when structural adjustment programmes are agreed to they include social development goals, in particular eradicating poverty, promoting full and productive employment, and enhancing social integration.
9. We commit ourselves to increasing significantly and/or utilizing more efficiently the resources allocated to social development in order to achieve the goals of the Summit through national action and regional and international cooperation.

10. We commit ourselves to an improved and strengthened framework for International, regional and subregional cooperation for social development, in a spirit of partnership, through the United Nations and other multilateral institutional.

(aqui só estão apresentados os compromissos gerais e não os compromissos que foram definidos para cada um deles).

Anexo B – ODM – Metas e indicadores

ODM	(1990-2015)	OBJETIVO	1:
Erradicar a extrema pobreza e a fome			
Metas		Indicadores	
1. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC por dia		1. Proporção da população que ganha menos de um dólar PPC por dia 2. Índice de hiato de pobreza (incidência x grau de pobreza) 3. Participação dos 20% mais pobres da população na renda ou no consumo nacional	
2. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome		4. Prevalência de crianças (com menos de 5 anos) abaixo do peso 5. Proporção da população que não	

ODM	(1990-2015)	OBJETIVO	2:
Atingir o ensino básico universal			
Meta		Indicadores	
3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.		6. Taxa líquida de matrícula no ensino primário. 7. Proporção de alunos que iniciam o 1º e atingem o 5º ano. 8. Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos.	

ODM	(1990-2015)	OBJETIVO	3:
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres			
Meta		Indicadores	

<p>4. Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005.</p>	<p>9. Razão meninos/meninas no ensino básico, médio e superior.</p> <p>10. Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.</p> <p>11. Percentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola.</p> <p>12. Proporção de mulheres exercendo mandatos no parlamento nacional.</p>
---	--

ODM	(1990-2015)	OBJETIVO	4:
Reduzir a mortalidade infantil			
Meta	Indicadores		
<p>5. Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos</p>	<p>13. Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos</p> <p>14. Taxa de mortalidade infantil</p> <p>15. Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo</p>		

ODM	(1990-2015)	OBJETIVO	5:
Melhorar a saúde materna			
Meta	Indicadores		
<p>6. Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.</p>	<p>16. Taxa de mortalidade materna.</p> <p>17. Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados.</p>		

ODM	(1990-2015)	OBJETIVO	6:
Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças			
Metas	Indicadores		

7. Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS.	18. Taxa de prevalência de HIV/AIDS entre mulheres grávidas na faixa etária de 15 a 24 anos. 19. Utilização de anticoncepcionais. 20. Número de crianças órfãs devido à AIDS
8. Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças.	21. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à malária. 22. Proporção da população das zonas de risco que utilizam meios de proteção e de tratamento eficazes contra a malária. 23. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose. 24. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta.

ODM (1990-2015)	OBJETIVO 7:
Garantir a sustentabilidade ambiental	
Metas	Indicadores
9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015.	25. Proporção da área de terras cobertas por florestas. 26. Área de terras protegidas para manter a diversidade biológica. 27. PIB por unidade de dispêndio de energia (como padrão para a eficiência energética). 28. Emissões de Dióxido de Carbono (per capita) (Duas outras formas de medirs a poluição atmosférica: destruição da Camada de Ozônio e a acumulação de gases causadores do aquecimento global)
10. Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.	29. Proporção da população com acesso sustentável a uma fonte de água tratada
11. Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.	30. Proporção de pessoas com acesso a saúde pública de qualidade 31. Proporção de pessoas com acesso ao direito de propriedade.(A separação entre urbano e rural

de vários dos indicadores acima talvez seja relevante para monitorar o progresso na qualidade de vida dos habitantes das favelas)

ODM	(1990-2015)	OBJETIVO	8:
Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento			
Meta	Indicador		
<p>12. Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não-discriminatório.</p> <p>(Inclui um compromisso com a boa governança, o desenvolvimento e a redução da pobreza)</p> <p>13. Atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos</p> <p>(Inclui: regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados (PPME) e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza)</p>	<p>[Alguns dos indicadores abaixo serão monitorados separadamente para os países menos desenvolvidos (PMD), África, países sem acesso ao mar e pequenos Estados insulares em desenvolvimento]</p> <p>Ajuda Pública para o Desenvolvimento (ODA)</p> <p>32. Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) como percentagem da renda nacional bruta dos países doadores membros da OCDE/Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento - CAD (meta de 0,7% no total e 0,15% para os PMA).</p> <p>33. Proporção de APD para serviços sociais básicos (educação básica, cuidados de saúde primários, nutrição, água salubre e saneamento).</p> <p>34. Proporção da APD sem vínculo.</p> <p>35. Proporção da APD para o meio ambiente nos países insulares em desenvolvimento.</p> <p>36. Proporção da APD para o setor de transporte em países insulares.</p> <p>Acesso a Mercados</p> <p>37. Proporção das exportações (por valores e excluindo armas) livres de taxas ou quotas.</p> <p>38. Tarifas médias e quotas para produtos agrícolas, têxteis e vestuários.</p> <p>39. Subsídios agrícolas domésticos e para</p>		

	<p>exportações nos países da OCDE.</p> <p>40. Proporção da APD para promover o comércio.</p>
<p>14. Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p> <p>(Por meio do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as conclusões da vigésima segunda sessão extraordinária da Assembléia Geral)</p>	<p>35. Proporção da APD para o meio ambiente nos países insulares em desenvolvimento.</p> <p>36. Proporção da APD para o setor de transporte em países insulares.</p>
<p>15. Tratar de forma ampla o problema da dívida dos países em desenvolvimento, fazendo uso de medidas nacionais e internacionais, tornando suas dívidas sustentáveis a longo prazo</p>	<p>Sustentabilidade de Dívidas</p> <p>41. Proporção de cancelamento de débitos bilaterais dos PPME.</p> <p>42. Percentual de Serviço de dívida por exportação de produtos e serviços.</p> <p>43. Proporção da APD concedida para aliviar dívidas.</p> <p>44. Número de países que alcançam os pontos decisivos e conclusivos dos PPME.</p>
<p>16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam trabalho digno e produtivo aos jovens.</p>	<p>45. Taxa de desemprego entre os jovens com idade de 15 a 24 anos.</p>
<p>17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais nos países em vias de desenvolvimento.</p>	<p>46. Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais de forma sustentável.</p>
<p>18. Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, especialmente nos setores de informação e comunicações.</p>	<p>47. Linhas telefônicas por 1.000 habitantes</p> <p>48. Computadores pessoais por 1.000 habitantes.</p>

Anexo C – ODS Metas

ODS1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo

METAS:

- Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.
- Até 2030, reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
- Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.
- Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.
- Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais.
- Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos (LCDs), implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.
- Criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis ao género, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

ODS2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição bem como promover a agricultura sustentável

Metas:

- Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
- Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir até 2025 as metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

- Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.

- Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

- Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificadas e bem geridos ao nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

- Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

- Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

- Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de *commodities* de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

ODS4 - Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

METAS:

- Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

- Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

- Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

- Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
- Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
- Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
- Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, Direitos Humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
- Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, incluídos e eficazes para todos.
- Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular, os países menos desenvolvidos, SIDS e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação (TIC), técnicos, de engenharia e científicos programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.
- Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e SIDS.

ODS5. Alcançar igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas;

METAS

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

- Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da CIPD e da Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.
- Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
- Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular das TIC, para promover o empoderamento das mulheres.
- Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação exequível para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.

ODS6. Garantir disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos.

METAS:

- Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos.
- Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.
- Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.
- Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.
- Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.
- Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos.
- Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.
- Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

ODS8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho digno para todos;

METAS:

- Sustentar o crescimento económico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do PIB nos países menos desenvolvidos.
- Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra.
- Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
- Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o “Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.
- Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
- Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
- Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a moderna escravidão e tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.
- Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário.
- Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
- Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos.
- Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado (Enhanced Integrated Framework) para os países menos desenvolvidos.

- Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da OIT.

ODS11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

METAS:

- Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

- Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

- Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

- Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo.

- Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas económicas diretas causadas por elas em relação ao PIB global, incluindo os desastres relacionados com a água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

- Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

- Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

- Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

- Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às alterações climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o “Sendai Framework” para a redução do risco de desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

- Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

ODS12. Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis;

METAS:

- Implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP), com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.

- Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos *per capita* mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
- Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
- Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.
- Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
- Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
- Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
- Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
- Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
- Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

ODS13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

METAS:

- Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.
- Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.
- Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação da mudança do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce.
- Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da UNFCCC para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e

transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível.

- Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

Objetivo 14: Proteger a Vida Marinha

METAS:

- Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

- Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

- Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica em todos os níveis

- Até 2020, efetivamente regular a extração de recursos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor período de tempo possível, pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas

- Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

- Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios desse tipo, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

- Até 2030, aumentar os benefícios económicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

- Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de investigação e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a

contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

- Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

- Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que determina o enquadramento legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.

Objetivo 15: Proteger a Vida Terrestre

METAS:

- Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

- Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global

- Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

- Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

- Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

- Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

- Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e agir no que respeita tanto a procura quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

- Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras nos ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

- Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade
- Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas
- Mobilizar recursos significativos, a partir de todas as fontes, e em todos os níveis, para financiar a gestão florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover a gestão florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento
- Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive através do aumento da capacidade das comunidades locais para encontrar outras oportunidades de subsistência sustentável

Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

METAS:

- Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares
- Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças
- Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
- Até 2030, reduzir significativamente os fluxos ilegais financeiros e de armas, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado
- Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
- Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
- Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global
- Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento
- Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
- Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime
- Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

ODS17. Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

METAS

- Desenvolver um comércio e sistema financeiro abertos, baseado em regras, previsível e não discriminatório.
- Atender às necessidades especiais dos países em desenvolvimento.
- Atender às necessidades dos países em desenvolvimento interiores e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
- Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
- Fornecer o acesso aos medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento, em cooperação com as empresas farmacêuticas.
- Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação, em cooperação com o setor privado.

Anexo D - Guião das entrevistas

Identificação da organização:

- A que ONGD pertence?
- Qual a sua área de atuação?
- Missão?
- Qual a sua função dentro da organização?

ODM

- A sua organização teve algum projeto enquadrado nos ODM? Qual? Para que ODM concorre?
- Criaram o projeto de raiz seguindo as orientações dos ODM ou adaptaram projetos que já estavam em execução?
- Concorreu a algum financiamento específico? Qual?
- Que balanço faz do projeto?

Processo

- Como descreve o processo de formulação dos ODM a nível internacional? (participação das ONGD, comunicação, processos, etc)
- Na sua opinião como foi o processo de implementação dos ODM em Portugal? (mais valia, críticas, obstáculos e limites)
- Que papel tiveram as ONGD neste processo?

Balanço final/limites obstáculos /mais valias dos ODM

- Que características e elementos da estrutura dos ODM têm sido particularmente valiosos na luta contra a pobreza? Quais os aspetos que foram problemáticos, na sua opinião?

- Na sua opinião, na globalidade, quais foram as principais falhas?

(só para ONGD com projetos de cooperação)

Em que medida o quadro dos ODM influenciou as políticas nos países onde a sua organização atua?

Em que medida o quadro dos ODM foi benéfico para as pessoas pobres desses países?

- Na sua opinião quais foram os maiores obstáculos/dificuldades com que se debateu na sua organização ao intervir nos países onde atua no âmbito dos ODM.

- Estes países beneficiaram verdadeiramente da nova agenda?

Processo:

- Como descreveria o processo de formulação dos ODS (internacional)? Que diferenças em relação aos antecessores?

- Qual o papel das ONGD portuguesas neste novo quadro de objetivos que desta vez tem objetivos específicos para os países desenvolvidos?

- Para a sua organização dentro do quadro dos ODS quais são as vossas prioridades?

- Pela sua experiência que reflexão faz da nova agenda (processo de formulação/implementação) Quais são as mais valias? Que falhas existem? Que desafios trazem?

- Como pode a nova agenda envolver novos atores?

- Como poderá/deverá ser financiada?

- Na sua opinião, quais poderão ser as vantagens e desvantagens de uma estrutura de desenvolvimento global (como os ODM e ODS) na sua organização?

- Na vossa organização estão a pensar ter algum projeto enquadrado nos novos objetivos?

- Para que ODS os projetos concorrem?

- Vão concorrer a algum tipo de financiamento?

- Que desafios traz para as ONGD portuguesas, e em particular a sua organização?

Anexo E – Tabela sistematização da informação recolhida

	Categoria	Sub-categoria	Unidade de Contexto
ODM	Perceção da	ONGD como principal agente	"O pouco que se sabe dos ODM deve-se às ONGD portuguesas (...)"

Trajetória dos ODM em Portugal		(entrevista B)/ "(...) as ONGD são um dos atores fundamentais, porque as ONGD têm projetos estruturados e uma ação estruturada ao longo do tempo" (entrevista D) Nos ODM foram ONGD e ponto. Por isso é que a coisa não avançou (entrevista D)
	Desconhecimento face aos primeiros anos	"Como chegaram os oito? não conheci o detalhe o progresso" (entrevista E) "Não tenho muita noção tenho um pouco mais em comparação com os ODS" (entrevista D)
	Pouco envolvimento político	"não me lembro de ter havido grandes debates na assembleia" (entrevista B)
	Desconhecimento geral face aos ODM	"Não se ouvia falar muito dos ODM" / "as candidaturas não faziam referencia eu acho que passou um pedacinho à margem de toda a gente como iria funcionar esta agenda" E normal que haja mais conhecimento no final, mas mesmo assim nos achamos que o conhecimento não era generalizado tu não entras numa sala de aula e não tens toda a gente (...) a saber sobre os ODS havia uma baixa taxa" (entrevista E)
Posicionamento das ONGD face aos ODM	Críticas em relação aos ODM - CIDAC*1	" O CIDAC teve sempre uma postura crítica tanto dos ODM como dos ODS" (entrevista A)
	Moderadas em relação aos ODM (FGS)*2	" (...) a nossa maneira de olhar ODM é uma reflexão, é uma ferramenta e um instrumento em ter em conta, mas não é só isso que nos move" (entrevista C)

		Menos críticas em relação aos ODM - (IMVF, PAR, Aid Global) *3	"Eu se tivesse de fazer um balanço [dos ODM] achava muito positivo, se contribuístes para salvar vidas, se contribuístes para a melhoria da qualidade da vida e da dignidade humana nem que seja de 100 pessoas fizeste uma grande diferença"(E). "(...) achamos que podíamos trazer esta agenda para enquadrar os nossos projetos e falar dela nos nossos projetos"
Projetos sobre os ODM das ONGD	Motivação		
	Projetos	E.D - Projeto Original*4	"Mas aqueles que nos focamos mesmo na disseminação dos ODM foi o projeto Estilos de Vida mais sustentáveis" (entrevista B)
		E.D - Projeto adaptado*5	"Começamos a trabalhar os ODM porque respondiam muito à ED" (entrevista E)
		Cooperação - Projeto Original*6	
Cooperação - Projeto Adaptado*7		"Ao longo dos anos durante o período de vigência dos ODM, fomos trabalhando em temas que tocaram alguns dos temas dos ODM" (entrevista A)	
Outros projetos e iniciativas referidos pelas ONGD	Príncipes do Nada		
	Eurobarometro		
Críticas aos ODM	Abordam apenas os sintomas da pobreza		" A nossa perspetiva é que os ODM centraram-se mais em tratar causas imediatas (...)" (entrevista A)
	Houve situações que pioraram depois dos ODM		"Houve alguns progressos, mas por exemplo também houve situações

			que pioraram" / "Os ODM não foram uma boa maneira de reduzir a pobreza / as desigualdades são maiores" Os ODM eram uma agenda que serviam outra coisa que não o desenvolvimento humano" (entrevista C)
		Excluem temas importantes	"é uma agenda global, sim, mas eram apenas 8 e muito coisa ficou de fora" , "havia outros temas que não incluíram e que teria ser interessante"(entrevista E)
		Focado apenas em países em desenvolvimento	"(...) focou as perceções da pobreza no sul, quando sabemos que há pobreza nos países desenvolvidos e riqueza nos países em desenvolvimento" (entrevista E)
	Mais-Valias dos ODM	Bom instrumento para trabalhar E.D	
		Inclusão pela 1º vez de temas da agenda	"Ter 8 temas isso foi bom, porque começamos a ver que há 8 temas fundamentais"
		Excelente campanha de comunicação	"Foram um bom instrumento e uma boa campanha de comunicação (entrevista B)" "(...) os ODM tiveram alguma força de comunicação nos primeiros anos"(entrevista A)
ODS	Perceção da Trajetória dos ODS em Portugal	Maior abertura e participação	"Foi um processo que tentou abrir-se que se entendeu que fosse mais universal" (entrevista B)
		Pouca participação nacional	"os resultados em Portugal foram vergonhosos. Isso diz muito das ONGD portuguesas não preencheram e não participaram, queixam-se , depois a verdade é que abre "O Nosso mundo 2030" e nós aqui fizemos campanhas preenchemos e tivemos

			empenhados, e as pessoas acharam aquilo crítico porque era só votar e indicar, mas bom, já era um processo"(entrevista B)
		Processo estagnado de implementação de um plano nacional	"enquanto país o processo arrancou, de discussão de um possível plano de implementação nacional, mas parece-me que está um pouco parado" / " A partir do momento que haja uma estratégia nacional forte se calhar conseguimos pressionar onde vamos entrar e com que ministérios vamos trabalhar, enquanto isso não houver vamos só trabalhar na base da consciencialização" (entrevista B)
	Posicionamento face aos ODS	Críticas em relação aos ODS - CIDAC e FGS	"A não identificação com este tipo de agendas deste género, acabava por ser incoerente estar a promover um projeto que falasse só dos ODS (...) não nos revemos neste formato" (entrevista A) "não nos envolvemos em nada dos ODS" (entrevista C)
		Moderadas em relação aos ODS (Aid Global e Par	
		Menos relação aos ODS - (IMVF)	"nós respeitamos a agenda global para o desenvolvimento e porque a queremos promover, tentamos sempre enquadrá-la nas nossas atividades"
	Projetos sobre ODS nas ONGD	E.D - projeto Original	"Nós temos um projeto em que somos parceiros da Monte (Évora) tem como objetivo trazer os ODS para a escola. Tem mais foco nuns ODS do que outros. Este projeto é claramente ODS e foi mesmo desenhado para isso, financiado pelo Camões"(entrevista E)."Todos os projetos de Cidadania Global a

			partir de 2015 começamos a falar dos ODS ainda sem haver agenda" (entrevista B)
		E.D - projeto adaptado	
		Cooperação - Projeto Original	
		Cooperação - Projeto Adaptado	
Críticas aos ODS		Tratam apenas os sintomas da pobreza	"Os ODS continuam concentrados na questão de trabalhar os sintomas,as manifestações da pobreza e as desigualdades, não as causas" (entrevista A)
		Favorecem a liberalização do mercado	"(...) uma liberalização cada vez maior naquilo que são as opções económicas que retiram proteções a produção local no caso das economias desiguais" (entrevista A)
		Deixam entrar interesses dos privados	Há ali muitas metas de desenvolvimento económico, de promoção da industria, de apoio ao desenvolvimento por uma ótica que não é clara se pretende mais uma vez exportar a nossa industria para os países em desenvolvimento , estamos a cooperar para o desenvolvimento de que forma? (entrevista E)
		São apenas uma declaração de intenções	"a nossa questão é num momento de choque o que é que vai prevalecer entre tratados internacionais com força de lei ou os ODS que são um acordo voluntário" (entrevista A)
		Incoerentes com o conceito de E.D utilizado pelas ONGD	"os ODS vêm mais instrumentalizados e muito mais passíveis de serem comercializados

			e isso não é compatível com a ED como nós a vemos, porque é importante haver consciência entre as coisas" (entrevista C)) "Há várias questões que chocam aqui em nível de ED: Simplificação da mensagem, não abordar quais foram os motivos para existir aquela situação de emergência humanitário, reprodução de estereótipo" (entrevista A)
		Incoerência entre os objetivos	"os ODS tanto falam da preservação e recuperação da biodiversidade e do meio ambiente como falam ao mesmo tempo em realçar processos de industrialização em vários países, e como consegues realçar estas duas perspetivas?" (entrevista A) Há coisas que não estão coerentes nos ODS; foi tão participativo que deixou entrar interesses privados. (entrevista E).
	Mais -valias dos ODS	Processo mais aberto	
		Inclusão de temas que tinham ficado de fora	
		Inclusão de uma meta para a E.D	"Foi uma luta enorme nós conseguimos por a ECG nos ODS" (entrevista D)
	Desafios	Financiamento	"achamos que os [ODS] são importantes para as candidaturas, vamos ver se encontramos pontos de ligação (...)" (entrevista D) "dependendo muito do modo como os enquadramentos são implementados, pode ter impacto na

	*7 - Projeto já existente na associação, mas que de alguma forma contribui para a realização de um ou mais ODM
--	--

